



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 71

III Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 19 de Abril de 2007

Presidente: *Deputado Fernando Menezes (substituído no decorrer da Sessão pelo Vice-Presidente Deputado Costa Pereira)*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Luís Henrique Silva)*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos)

Após a leitura da correspondência foi apresentado um **Voto de Protesto “pelas atitudes discriminatórias da TAP relativamente aos Açores”**, pela Representação Parlamentar do CDS/PP.

Apresentado o voto pelo Sr. Deputado Artur Lima, usaram posteriormente da palavra os Srs. Deputados Lizuarte Machado (*PS*) e Jorge Macedo (*PSD*).

O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

De acordo com o artigo 74º do Regimento da ALRAA, proferiu uma declaração política o Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*).

Sobre a mesma proferiram intervenções os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Clélio Meneses (*PSD*) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

Para tratamento de assuntos de interesse político relevante usaram da palavra os Srs. Deputados Manuel Herberto Rosa (*PS*), Mark Marques (*PSD*), Costa Pereira (*PSD*), Piedade Lalanda (*PS*), Nélia Amaral (*PS*), Fernanda Mendes (*PS*), Maria José Duarte (*PSD*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*) e dos Assuntos Sociais (*Domingos Cunha*).

A **Agenda da Reunião** iniciou-se com **perguntas ao Governo Regional com resposta oral, nos termos do artigo 180º do Regimento da ALRAA**, apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Assim usaram da palavra para pedir e prestar esclarecimentos os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*), Cláudia Cardoso (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Pedro Gomes (*PSD*), António Marinho (*PSD*), Jorge Macedo (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*).

O segundo ponto, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/A, de 27 de Maio, regime jurídico da publicação, identificação e formulário dos diplomas regionais”, foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*), a quem coube a apresentação do diploma.

Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime jurídico dos Institutos Públicos Regionais da Região Autónoma dos Açores”, usaram da palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) e os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*) e José San-Bento (*PS*).

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se a Proposta de Resolução – “Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2007”, apresentada pela ALRAA”, a qual foi aprovada por unanimidade.

No que se refere ao **Parecer sobre a reapreciação do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2007, relativo ao regime jurídico da publicidade e do patrocínio dos produtos do tabaco, (apresentado pela Comissão Permanente de**

Economia), usaram da palavra os Srs. Deputados José Rego (*PS*) e António Marinho (*PSD*).

O parecer foi aprovado por unanimidade.

O penúltimo ponto da Agenda da Reunião foi constituído pelo **pedido de autorização para prestar depoimento o Sr. Deputado Alberto Costa (processo n.º 39/04.7JAPDL)**

Submetido à votação o parecer foi aprovado por unanimidade

Por fim foi apresentada pela mesa a Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de Abril.

A proposta foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 18 horas e 50 minutos)

Presidente: **Muito bom dia, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.**

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para fazer a chamada.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda **Moniz**

António Gonçalves **Toste** Parreira

António José Tavares de **Loura**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Fernanda Correia Garcia **Trindade**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**
Helder Guerreiro Marques **Silva**
Henrique Correia **Ventura**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José de Sousa **Rego**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Luís Paulo de Serpa **Alves**
Manuel Avelar Cunha Santos
Manuel Soares da **Silveira**
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Mariana Rego Costa de **Matos**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Osório Meneses da **Silva**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**
Alberto Abílio Lopes **Pereira**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Maria da Silva **Gonçalves**
António Pedro Rebelo **Costa**
Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins
Cláudio José Gomes **Lopes**
Jaime António da Silveira **Jorge**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**

Luís Henrique da Silva

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte

Mark Silveira Marques

Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Presidente: Estão presentes 39 Srs. Deputados.

Temos quórum. Pode entrar o público.

Tem a palavra os Srs. Secretários para apresentarem a correspondência.

Secretário (*António Loura*): Deu entrada o Acórdão 258/2007 do Tribunal de Constitucional referente ao processo de fiscalização preventiva da constitucionalidade das normas contidas no Decreto Legislativo Regional nº 8/2007, sobre o “Regime das precedências protocolares e do luto regional”, aprovado na sessão de 7 de Março de 2007, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho relatório e parecer sobre a reapreciação da Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 5/2007 – “Cria a Rede Regional de Áreas Protegidas dos Açores”.

Presidente: Apresentada a correspondência, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para apresentar o voto de protesto.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“Voto de Protesto

O serviço prestado pela TAP aos açorianos em geral e aos terceirenses em particular, vai de mal a pior.

A TAP usa e abusa da sua condição de monopólio para desgraça dos terceirenses, que não podem sair da sua ilha quando querem, mas apenas quando a TAP deixa.

Efectivamente alguns voos, nomeadamente ao fim-de-semana, estão consecutivamente cheios, não aceitando sequer lista de espera. O mesmo se passa no Natal, no Carnaval e na Páscoa, com dias seguidos de lotação esgotada, sendo a TAP incapaz de nessas alturas reforçar os voos extraordinários em quantidade suficiente para dar resposta à procura. Em vez de o fazer, a TAP opta por obrigar a emissão de bilhetes com três dias de antecedência, com incómodo para algumas famílias que apenas teriam de o fazer com vinte e quatro horas de antecedência, ou até no próprio dia, como de resto acontece no resto do País.

Mais recentemente a delegação da TAP nos Açores resolveu encerrar o CHECK-IN, no aeroporto das Lajes, quarenta e cinco minutos antes da hora de embarque, ao arrepio das normas da companhia a nível nacional, onde um passageiro sem bagagem de porão só precisa de estar, na porta de embarque, quinze minutos antes da partida do voo.

O que falta em tolerância, sobeja em arrogância!

À falta de profissionalismo, impõe-se o autoritarismo!

Razão há também para protestar pelo facto de a TAP não ter ainda uma ligação directa Terceira/Porto, quanto mais não fosse com um voo circular Terceira/Porto/Lisboa/Terceira, ou outro que igualmente servisse melhor os açorianos. Aliás, na versão mais recente do Plano Director do Aeroporto do Porto, divulgado no passado mês de Março, é claramente referido que há procura suficiente que justifica uma ligação directa entre o Porto e a Terceira. Não deixa de ser lamentável que a delegação da TAP nos Açores tenha opinião contrária, imputando responsabilidades às autoridades com competência na definição da política de transporte aéreo entre os Açores e o continente.

Ainda em desabono da TAP o facto de ser sempre a primeira a aplicar os aumentos de taxas e a derradeira a baixá-los.

Face ao que se referiu, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe-se que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de protesto pelas atitudes discriminatórias da TAP relativamente aos Açores, pelo mau serviço que presta aos açorianos, pelo desinteresse em dar resposta aos

anseios e necessidades que lhe são manifestadas e pelas atitudes de arrogância e prepotência que vem demonstrando.

O Deputado Regional, Artur Lima”.

Presidente: Está aberto o debate sobre este voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Temos consciência de que, quer a TAP, quer as outras empresas de transporte aéreo, têm imensas dificuldades em responder a picos de tráfego, com a satisfação que desejaríamos. Contudo, também temos consciência de que o tráfego tem crescido imenso, quer por via do aumento dos fluxos turísticos, quer por via também da movimentação dos açorianos que ao longo dos últimos anos foi sempre crescendo, por via também de medidas tomadas por governos socialistas, nomeadamente no que diz respeito às tarifas.

Também sabemos que para a TAP os Açores têm funcionado, desde há muito, como um mercado certo e seguro e até em muitas fases como um “mealheiro”, como a “bóia de salvação”.

Tendo consciência de tudo isso entendemos que a TAP deve fazer um esforço maior e mais significativo no sentido de servir melhor os Açores e os açorianos nas rotas para onde navega. Por isso mesmo votaremos favoravelmente este voto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na opinião do PSD, o voto de protesto em discussão encerra algum voluntarismo e alguma precipitação. Explico porquê:

As regras de serviço público são negociadas e previstas pelo Governo Regional. Ele é que as define e tem a obrigação de zelar na correcta definição das regras de serviço público de transporte aéreo de e para os Açores,

O voto de protesto está desfocado do seu objecto, porque as companhias SATA e TAP são companhias bem geridas, como o PSD já por mais que uma vez referiu.

Recorde-se, aliás, que o serviço público de transporte aéreo de e para os Açores é operado, porque as regras de serviço público assim o permitem, em *code-share*.

Então não é correcto focarmos a atenção e o protesto no serviço que é prestado apenas e só numa companhia.

O que está escrito nas regras de serviço público é que é possível que as operadoras SATA e TAP operem em *code-share*. Desse modo, ao nível das frequências, dos lugares, dos horários, das tarifas promocionais ou PEX, as companhias aéreas, os operadores, fazem aquilo que as regras de serviço público lhes permitem e que este Governo negociou.

Evidentemente que qualquer gestor à frente de qualquer uma dessas companhias aéreas faria rigorosamente aquilo que neste momento estão a fazer.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Só que quem aprovou foi o PSD lá fora!

Deputado Clélio Meneses (PSD): E quem é que negociou?

O Orador: Quando se refere no voto de protesto que estamos perante uma situação de monopólio, essa situação é originada precisamente pelas regras de serviço público que estão disponibilizadas aos açorianos e que são operadas pelas companhias aéreas, nomeadamente a TAP e a SATA.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): O Durão Barroso é que aprovou esse diploma!

O Orador: Neste sentido, o que eu gostaria de referir é que o voto de protesto do Partido Popular vai merecer o voto favorável do PSD, no pressuposto de que o protesto que aqui encerra o conteúdo deste voto se dirige não às companhias aéreas, porque essas cumprem e, como muito bem disse o Sr. Secretário Regional da Economia ontem, as companhias aéreas fazem muito mais do que o serviço público. Então se fazem muito mais do que serviço público, o problema coloca-se ao nível do serviço público.

Se o problema se coloca ao nível do serviço público, então deverá ser melhor negociado pelo Governo Regional que tem todo o interesse, toda a vantagem (e os açorianos assim o merecem) que essas regras possam servir melhor os Açores e os açorianos.

As regras colocam-se em cima do papel. As operadoras concorrem ao serviço público, aproveitam todas as oportunidades que são disponibilizadas pelas regras de serviço público.

Agora, julgo que não é minimamente correcto estar a acusar a companhia A ou B de cumprir as regras de serviço público que foram impostas, negociadas por esse governo. Ou seja, as regras é que são o problema. O problema não são as companhias.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): São as regras aprovadas pelo seu partido!

Deputado Jorge Macedo (PSD): O meu partido já saiu do Governo da República há muito tempo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Apenas para rejeitar os adjectivos “voluntarismo” e “desfocado” referidos pelo Sr. Deputado Jorge Macedo. Esse assunto já nos preocupa há muito tempo, não é de agora.

Eu queria saber, e o Sr. Deputado Jorge Macedo explicará, quem é que decide fechar o *check-in* 45 minutos antes? Não é a companhia? Não é o responsável pela companhia? Não é ele quem prejudica os passageiros? Não é uma decisão da própria companhia? Concorda com isto, Sr. Deputado Jorge Macedo?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Concordo, por isso é que o PSD vota a favor!

O Orador: É bom que fique aqui registado que o PSD concorda com isto.

Concorda com a aplicação da taxa para a Terceira sem ter a decisão do INAC?

Quem é que decidiu isso? Não foi a administração da TAP? Não foi a delegação da TAP?

O senhor concorda com isso.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quais taxas?

O Orador: As taxas de combustível.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é falso!

O Orador: É o que diz aqui. Quem está desfocado do voto é o senhor.

Concorda então que a delegação da TAP nos Açores, e mais precisamente na Terceira, obrigue as famílias a levantarem o bilhete com 3 dias de antecedência, quando no resto do país, em São Miguel, na Madeira, em Lisboa e no Porto é com horas de antecedência? Levanta-se o bilhete de manhã para embarcar à tarde.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não fale em Lisboa que eles enervam-se!

O Orador: V. Exa. concorda com isso?

Isto são pormenores de prepotentes da companhia, feitos pela companhia, pela delegação da TAP nos Açores com a concordância da administração em Lisboa. É isso que está referido neste voto.

O que eu lamento é que o senhor, apesar de tudo, mesmo tendo o bom senso de o votar favoravelmente, não tenha percebido o que aqui foi referido.

Críticas ao Governo também já as fizemos.

Entendemos que este voto deve ser um sinal à companhia para melhorar o seu desempenho e respeitar os açorianos. Foi essa a intenção deste protesto e que o PSD, apesar de tudo, percebeu, porque o vai votar favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar este voto de protesto.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O voto de protesto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi ontem esta Assembleia notificada do conteúdo do Acórdão nº 258/2007 do Tribunal Constitucional, relativo ao processo de fiscalização preventiva, suscitada pelo Representante da República para os Açores, do Decreto Legislativo Regional nº 8/2007, que aqui aprovamos no mês passado e relativo ao “Regime de Precedências Protocolares e de Luto Regional da Região Autónoma dos Açores” – já que foi assim que livremente o baptizámos.

É pois indispensável, necessário e mesmo urgente que, na qualidade de titulares políticos do órgão de Governo Legislativo da Região Autónoma dos Açores, com previsão, cargo e legitimidade inscrita na Constituição da República Portuguesa – legitimidade essa da maior nobreza democrática, já que aqui estamos em resultado duma eleição directa – analisemos a decisão, que a nós directamente importa, do Tribunal Constitucional, com lisura e respeito institucional. Mas com total liberdade, frontalidade e espírito crítico, autonómico e exigente – pois que em Democracia não há vacas sagradas, nem reverências intocáveis. Ungidos pelo voto popular, não nos intimidamos com o severo luto de algumas vestes, nem com a linguagem mais ou menos hermética de todas as corporações. Ao cabo e ao resto, se numa Democracia a discordância, ainda que veemente, das decisões dos Tribunais, fosse “ofensa à autoridade”, haveria já decerto sido declarado inconstitucional o direito de recurso!... Servem estas mal alinhavadas e insulares linhas de mal amanhado intróito à profunda discordância e vivo repúdio que somos obrigados a manifestar à decisão, conteúdo e fundamentação do Acórdão ora em análise.

Mas esclareça-se desde já as almas pias, alguma comunicação social e a precocidade reactiva de outros (quase sempre, aliás, causadora de arrependimento e frustração de objectivos) que, da leitura do Acórdão, cristalinamente se constata que o mesmo não sujou os seus soberanos punhos de renda com minudências reais e concretas, que aliás tanto ocuparam alguma da nossa oposição e da nossa imprensa no último mês, a saber: quem fica à frente de quem, ou: é lícita a desmarcação protocolar, quando joga em casa, do Presidente do Governo? Desenganam-se, meus senhores, tais bagatelas de telenovela podem ser um “must” para alguns domésticos da pequena política; terão mesmo um toque de aventureira excitação para alguns tabeliães da República que, ao conforto do subsídio de deslocação, acrescentam arejar a naftalina do traje profissional nos costumados rituais do pica-pica, seja por conta dos ossos de Camões, ou a pretexto de outro Santo, ou Marinheiro, de aquém ou além-mar.

De tais pormenores pois, não curam nem curaram os Senhores Juizes do Tribunal Constitucional. E, de resto, como poderiam escandalizar-se os Senhores Juizes com a concretização do princípio protocolar que indica que as cerimónias oficiais são presididas pela entidade que as organiza (artº 6º nº 1 da Lei nº 8/2006), se, como

lembra no seu voto de vencido Rui Pereira, nos actos promovidos pelo Tribunal Constitucional, é também o respectivo Presidente a presidir, salvo se estiver presente o Presidente da República?

Ou, citando o Acórdão a que nos vimos referindo:” (...) não está (esteve) em causa, no presente processo de fiscalização da constitucionalidade, a apreciação da bondade ou correcção intrínseca das soluções concretas adoptadas pelo legislador regional açoriano nem a questão da harmonia ou contraste entre essas soluções e as prescritas na Lei nº 40/2006 – Lei de Protocolo do Estado.

Do que se trata, antes demais, é de apurar se a projectada intervenção legislativa respeita os limites da Autonomia legislativa regional constitucionalmente estabelecidos e só se se responder afirmativamente a tal questão (isto é, só se se vier a entender que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pode legislar sobre a matéria em causa com a extensão com que o fez) é que se justificará enfrentar a questão da inconstitucionalidade material das normas dos nºs 1 e 2 do artº 10º do Decreto nº 8/2007” – fim de citação, com a devida vénia.

Quer dizer, e repetindo: só os pobres de espírito, os ricos em habilidades de pequena política, e os que não conhecem o Acórdão, mas “tocam de ouvido”, podem pensar que o mesmo se debruça ou ajuíza do mérito constitucional das concretas soluções no nosso diploma de precedências consagradas. A verdade é que o mesmo se consome numa questão logicamente anterior e muito mais fundamental: a delimitação da nossa competência legislativa regional, após a revisão constitucional de 2004. Que, consabidamente, eliminou conceitos vagos e indeterminados, como interesse específico, leis gerais da República e/ou os seus princípios, atendo-se a um limite positivo (as matérias enunciadas nos respectivos Estatutos) e a um limite negativo (a competência legislativa reservada da Assembleia da República).

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pois bem. De forma unânime foi isso que proclamou, em Abril de 2004, o legislador constituinte. Respigo um excerto da intervenção do então Deputado Medeiros Ferreira que, justificando a “revolução copernicana na filosofia e na evolução das autonomias” que a presente Revisão consubstanciou, sintetizava assim o Ilustre

Açoriano a evolução constitucional da Autonomia Democrática em matéria legislativa: “Os poderes legislativos das Regiões Autónomas ficaram, no entanto, prisioneiros do entendimento da jurisprudência constitucional sobre o que se devia compreender dentro do conceito de “interesse específico” e, mais tarde, da expressão “leis gerais da República”.

Ainda em 1997 se tentou deslaçar o aperto jurisdicional, mas sem resultado, tal era o peso da reflexologia unicista na produção de normas legais em Portugal, o que não deixa, aliás, de causar espanto num meio ambiente tão flexível na compaginação das normas comunitárias emanadas de Bruxelas com a ordem constitucional portuguesa, que, mais uma vez, encontrou aqui expressão na nova redacção do artº 8º já aprovado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Deputado, a boa política deve avaliar-se à margem da jurisprudência!

O Orador: As teses soberanistas estritas, tão mal vistas em Lisboa no interface com a Comunidade Europeia, foram insistentemente convocadas desde o Palácio Ratton até Coimbra quando se tratava de dirimir a repartição de competências legislativas entre a República e as Regiões Autónomas.

Perante esta realidade só restava ao unificado poder constituinte da República Portuguesa soltar o colete-de-forças entrouxado pelos limites do “interesse específico” e das “leis gerais da República”, eliminando esses apertados elásticos”.

Soltar o colete de forças, de Coimbra ao Palácio Ratton, - tal foi o grito libertário do soberano legislador constituinte em 2004, em matéria de competência legislativa das Autonomias. Acabando-se assim com o perverso jogo entre o Palácio de S. Bento e o de Ratton.

Vem, infelizmente, este Acórdão de forma absolutamente inaceitável, querer ressuscitar o pesadelo de que aqui, ainda há gato... e continua a haver quem queira fazer, teimosamente, das prerrogativas Autónomicas e do Poder Constituinte Supremo, relativismo interpretativo ilimitado.

É que o presente Acórdão, que aliás gasta 19 páginas a enumerar os fundamentos do pedido, e cerca de quatro e meia a descrever as conclusões do parecer do Professor Rui Medeiros, oferecido com a resposta desta Assembleia, resolveu inventar um novo limite à competência legislativa regional, ao interpretar a expressão “legislar no

âmbito regional” como uma limitação constitucional, impeditiva do exercício da nossa competência legislativa, que deixaria assim de poder afectar outras pessoas colectivas que não as regionais, o que na prática significa uma ressuscitação de todo ilegítima do conceito de interesse específico.

Tal aberração interpretativa, levada ao extremo, inutilizaria, por exemplo, a Lei Regional que estabelece a cooperação financeira com as Autarquias Locais; a que estende a remuneração complementar aos funcionários e agentes das mesmas Autarquias Locais dos Açores, ou a que classifica as vias municipais.

Saudará o líder parlamentar do PSD esta vitória do “centralismo justiceiro” sobre aquilo que ontem apelidou de “arrogância autonómica”?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ninguém cantou vitória. Seja sério!

O Orador: Seguindo a mesma argumentação, havemos de considerar qualquer polícia de giro (que não é, aliás, outra coisa senão um modesto representante do poder coactivo da República, logo imune ao deletério poder autonómico, desobrigado de aplicar qualquer contra-ordenação decidida por esta Assembleia, sejam as relacionadas com a apanha de lapas no período de defeso, sejam as adaptações ao Código de Estrada.

A bancada à minha direita, que é uma espécie de PSD, ainda aplaude? Ou leu entretanto o Acórdão? Arrependeu-se já, e amarguradamente, da velocidade com que, há pouco mais de 12 horas, correu para os holofotes que derretam as borboletas do fácil protagonismo?

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Clélio Meneses (PSD): Incomodou muito!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Curvamo-nos, com respeitosa humildade Democrática, perante a independência, probidade pessoal, indiscutível e elevada formação técnico-jurídica de todos aqueles que dão corpo ao Poder Judicial – garantia última, através da inexorável aplicação da

Lei, do Estado de Direito que todos construímos, e de que não queremos abdicar. E que se estriba na nossa Lei Fundamental: a Constituição.

Mas por isso mesmo não abdicamos do seu escrupuloso cumprimento.

A Constituição, que integrou as históricas aspirações autonómicas dos povos insulares, as corporizou e as garante como limite material da sua própria revisão – é demasiado importante para ficar refém de um só Poder. Por isso mesmo, o Legislador pode alterá-la. E o Presidente da República não pode tomar posse sem jurar cumpri-la e fazê-la cumprir. Por isso, hoje e sempre, desta e doutras formas, os havemos disso lhes lembrar, se e quando preciso for, como é agora.

Quem não perceber, e apercebe-se do que está em causa, está irremediavelmente fora do âmbito territorial delimitado pelo coração da Autonomia.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Coração do território!

O Orador: Pela nossa parte, vamos, incansavelmente, continuar a mover-nos nesse território sagrado que é o dos afectos e do combate pelas nossas Ilhas, os nossos direitos, o Direito. Lembrando em Abril que o Portugal de Abril, sem a dignidade das Autonomias, extravasa do âmbito da sua identidade e torna-se irreconhecível.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Com este Acórdão do Tribunal Constitucional estamos realmente perante um ataque preocupante da Autonomia.

Reavivar o interesse do conceito específico, marcá-lo, vincá-lo, neste Acórdão é para nós preocupante.

O CDS/PP sempre disse, e disse-o no memorando que entregou aquando da Revisão do Estatuto, que, enquanto a Autonomia não for um projecto nacional e encarada

como tal, por muitas boas revisões constitucionais que se façam, não iremos a lado nenhum.

O centralismo tem que integrar as Autonomias como um projecto bom para o país. Enquanto isto não estiver entranhado visceralmente no poder central de Lisboa teremos sempre estes problemas, independentemente das revisões constitucionais mais ou menos bondosas que se possam fazer.

Também queria dizer que enquanto o protocolo, para alguns de cá e outros de lá, for a principal preocupação, o que se verifica é que os verdadeiros problemas, em vez de andarmos a discuti-los e a resolvê-los, poderão ficar por resolver.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Assistimos aqui a uma declaração política do Partido Socialista objectivamente centrada naquilo que aconteceu ontem relativamente ao Acórdão do Tribunal Constitucional. E, desde logo, o Grupo Parlamentar do PSD assume, por aquilo que foi dito hoje, e sobretudo por aquilo que foi dito ontem pelo Presidente do Governo Regional dos Açores, que não recebe lições de Autonomia de nenhum outro partido, muito menos do Partido Socialista.

De resto, faço lembrar que foram alguns deputados do Partido Socialista que, aquando da aprovação nesta Assembleia dos símbolos heráldicos da Região, supostamente numa defesa da Autonomia, abandonaram a sala.

É este o passado! É este o património de defesa da Autonomia do Partido Socialista!

O PSD, no seu passado e no seu presente, mas sobretudo pelo futuro dos Açores e dos açorianos, põe sempre em primeiro lugar a defesa da Autonomia, não como um fim em si mesmo, mas como um meio para dar melhor vida às vidas daqueles que escolheram viver nestas ilhas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: É este o nosso fim na acção política: fazer com que as pessoas, com que os açorianos, tenham melhores condições de vida.

Entendemos que a Autonomia é o melhor e mais eficaz meio para promover essas melhores condições de vida. Ainda agora, na última revisão constitucional, os actuais dirigentes do PSD/Açores estiveram na linha da frente da defesa da Autonomia. Ainda agora, no âmbito da Comissão de Revisão do Estatuto Político-Administrativo, da qual o senhor faz parte, é presidente e é presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, os Deputados do PSD e os dirigentes actuais do PSD têm estado de forma colaborante, positiva, construtiva na defesa da Autonomia, e sempre tendo como pressuposto a concorrência legislativa entre a Autonomia e a soberania.

Por isso, e por muita vontade que tenha o Presidente do Governo Regional dos Açores de espalhar para os outros a culpa que tem, de espalhar para os outros o incómodo que tem por aquilo que aconteceu ontem que deriva apenas e só da sua ânsia de protagonismo, de querer estar acima de tudo e acima de todos,...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não apoiado!

O Orador: ... o PSD lamenta profundamente o conteúdo e a linha do Acórdão do Tribunal Constitucional que está agora em causa; lamenta profundamente que vá numa visão centralista de ataque à autonomia; o PSD lamenta profundamente que isso tenha acontecido.

Lamenta que se comece a assistir à densificação conceptual do conceito de âmbito regional que, como já foi aqui referido, acabará por substituir o conceito de interesse específico tão atacado por todos. Lamenta que isso tenha acontecido, mas sobretudo lamenta que a Autonomia tenha dado uma oportunidade ao centralismo para o centralismo se assumir. Quem deu essa oportunidade? Quem deu essa oportunidade ao centralismo?

Foi o Partido Socialista...

Deputados Mark Marques e Maria José Duarte (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... e a tentativa do Presidente Governo Regional dos Açores, que é apenas e só Presidente do Governo Regional dos Açores, de querer estar acima do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

É isso que está em causa.

Como bem sabe, o Presidente do Governo Regional dos Açores, como recordei ontem, foi deputado nesta casa durante vários anos. Vivemos num sistema parlamentar puro. A democracia directa deriva exactamente do voto popular nos seus deputados.

O Presidente do Governo Regional dos Açores responde politicamente perante a Assembleia.

Estamos perante um sistema parlamentar puro, por isso o Governo não pode estar acima da Assembleia.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Isso é falso!

O Orador: Por muita vontade que tenha o Partido Socialista de dizer que não é assim, é a própria decisão do Tribunal Constitucional a declarar expressamente inconstitucional a norma que previa que o Presidente do Governo Regional dos Açores ficasse à frente do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Essa norma está expressamente declarada inconstitucional.

A discordância do PSD resume-se apenas e só a isto. A discordância do PSD resume-se a esse atropelo, ao atropelo de querer pôr o Presidente do Governo Regional dos Açores acima do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Os açorianos nunca vão aceitar, os açorianos nunca vão perceber que alguém com as responsabilidades do Governo dos Açores, alguém com as responsabilidades da maioria no Parlamento dos Açores, tenha posto em causa a Autonomia, tenha posto em causa as conquistas da Autonomia apenas e só para saber quem é que fica acima ou abaixo, quem é que é mais importante ou menos importante, quem é que está no meio da mesa e quem é que está nos lados da mesa.

É muito custo para a Autonomia para tão pouca importância e para tão pouco resultado, mas foi a isso que o Partido Socialista e o Governo Regional reduziram a sua prioridade autonómica. A prioridade autonómica do Partido Socialista foi fazer à pressa um diploma que de forma imprudente e apressada quis aprovar nesta Assembleia, apesar do PSD ter, por várias vezes, em sede de Comissão, previsto que

era preciso ter cuidado, que não podia haver precipitação, que neste tempo em que se está a rever o Estatuto, que estamos no início de uma nova era da relação das novas Autonomias com o Estado, era importante haver cuidado, era importante perceber o que é que era a prioridade da Autonomia.

Para o Partido Socialista, para o Governo Regional dos Açores, a prioridade da Autonomia foi dizer que o Presidente do Governo Regional dos Açores tem que ficar acima do Presidente da Assembleia e tem que ficar no meio da mesa.

Esta não é a nossa prioridade e lamentamos profundamente que a imprudência do Partido Socialista tenha provocado o centralismo.

Por isso temos agora, infeliz e lamentavelmente, uma jurisprudência negativa, uma jurisprudência que vai ter, natural e convictamente, a oposição do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata e do Partido Social Democrata.

Deputados José Manuel Bolieiro e Pedro Gomes (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: A nossa oposição é claramente contra o centralismo.

A nossa posição é sempre, convictamente, a favor dos Açores e dos açorianos.

É isso que nos move.

Não nos move aqui nenhuma ânsia de ficar à frente ou ficar atrás de ninguém, porque foi isso que prejudicou a Autonomia e a responsabilidade é do Partido Socialista. O Partido Socialista nem sequer pode ter a leviandade de querer fazer aquilo que fazem alguns irresponsáveis, que é, quando sentem que cometeram algum erro, quanto sentem que a coisa correu mal, culpam sempre os outros.

Neste caso, o Partido Socialista, a maioria do Partido Socialista tem que assumir a responsabilidade de, por causa de uma mera ânsia de protagonismo pessoal do Presidente do Governo Regional dos Açores, ter posto em causa a Autonomia.

O PSD estará sempre contra o centralismo e contra as ânsias pessoais de protagonismo que põem em causa o interesse colectivo dos Açores e dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, ilustro, co-autor deste experimentar e deste querer conquistar mais poderes autonómicos, designadamente com a apresentação desta proposta de Decreto Legislativo Regional, que muita gente tem esquecido e é sempre bom no positivo e no negativo, em nome da história e da verdade dar o seu ao seu dono e este projecto foi assumido – tenho a certeza que nenhuma das partes se arrependeu – pelo Partido Socialista e pelo Partido Popular.

Tem razão, Sr. Deputado Artur Lima, quando diz que os preconceitos centralistas contra as Autonomias continuam vivos, creio que mais por parte de alguns sectores do que do legislador constituinte, como aliás, resulta de forma inequívoca da leitura de toda a documentação e dos debates acerca da última revisão constitucional.

Sr. Deputado Clélio Meneses, a primeira parte da sua intervenção surpreendeu-me, porque acho que ia bem e acho que esteve bem. Esteve bem quando constatou ao nível histórico que o PS, de há 20 anos a esta parte – não serei, com certeza, quem terá mais legitimidade pessoal ou histórica para o dizer – mudou.

O PSD mudou muito, Sr. Deputado. Eu temo é que essa mudança não tenha ido no melhor sentido.

Também esteve bem, Sr. Deputado, quando naquilo que nós entendemos, mas compreendemos, como uma auto-crítica elegante relativamente àquilo que ontem disse, veio aqui confirmar a preocupação do PSD contra este Acórdão,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso era o que o senhor queria. Ontem eu disse isso!

O Orador: ... que ontem era a vitória da lei sobre a arrogância, mas que hoje é preocupante e perigosíssimo para a Autonomia. Esteve bem nessa parte.

Esteve bem também quando referiu a preocupação e o espírito consensual com que têm decorrido os complexos e morosos trabalhos da nossa Revisão do Estatuto ao nível da respectiva Comissão Eventual, que eu confirmo com gosto, aliás. Mas, infelizmente Sr. Deputado, eu tenho que concluir que a sua auto-crítica não foi sincera...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Auto-crítica? Isso era o que o senhor queria!

O Orador: ... porque a segunda parte da sua intervenção voltou a ser um desastre. Desde logo, foi intelectualmente desonesta na parte em que o Sr. Deputado diz que as normas em concreto foram declaradas inconstitucionais. Foram, mas o Sr. Deputado não diz porquê?

O que o Sr. Deputado quis dizer numa parte da sua intervenção e o que disse ontem à comunicação social,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Artigo 10º, nº 2!

O Orador: ... não é a verdade dos factos...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está aqui Sr. Deputado.

O Orador: ... como fica absolutamente provado, quer pela citação do Acórdão, quer por aquilo que foi dito.

A declaração da inconstitucionalidade...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Suponho que o senhor tenha lido, com eu: artigo 10º, nº 2!

O Orador: Sr. Deputado Clélio Meneses, vamos ser sérios:

Deputado Clélio Meneses (PSD): Outra vez? Eu não admito!

O Orador: A declaração da inconstitucionalidade tem a ver – eu não lhe posso chamar ignorante nesta matéria – ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): A norma foi considerada ilegal, ou não foi?

O Orador: Isso é uma jogada esperta que não é para si, Sr. Deputado. Essa jogada não é para si e fica-lhe mal!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Se for para dizer o que fica mal, eu falo toda a tarde. Nunca mais me calo!

O Orador: Toda a gente já percebeu porque é que este diploma foi declarado inconstitucional. Aliás, deve ser por isso que o PSD – ou afinal era só para constar? – está preocupado com este Acórdão, porque se não, devia estar satisfeito, como estava ontem o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Mas o que temos aqui não é nenhuma análise em concreto às boas ou más opções das opções de precedência que estão no diploma. O que temos aí é, numa leitura restritiva e inaceitável, a invenção de um novo limite de competências que a Revisão

Constitucional de 2004 não concorda. Isso é que existe e dizer isto é que é ser honesto e é dizer a mais elementar verdade.

Sr. Deputado Clélio Meneses, essa ideia também de que nós somos autonomistas, ficando quietinhos, para não desafiar o “monstro” do centralismo, não colhe.

Então o PS e o PP, que eu quis poupar, mas que obviamente também está metido neste projecto, fizeram mal?

É claro que quando se quer testar os novos limites da Autonomia, quando se quer ir mais longe, quando se quer efectivar o poder legislativo que temos, senão não servia de nada tê-lo, é melhor ficar quietinhos. Não é essa Autonomia quietinha, prudente e poupadinha que nós queremos fazer. Foi isso que o Sr. Deputado disse, mas não é esse o nosso caminho.

Nós fizemos bem, nós vamos continuar a fazer, vamos continuar a exercitar os nossos poderes legislativos, porque é assim que eles se hão-de consolidar, hoje ou amanhã, e não querendo ter poderes ornamentais para não efectivar.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, que, em bom rigor, devia falar antes, mas eu inscrevi-o ao contrário.

(*) Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Nós estamos em presença de uma decisão do Tribunal Constitucional que se centra na inventariação de conceitos substitutivos daqueles que orientaram uma jurisprudência restritiva tradicional por parte daquele órgão jurisdicional.

A verdade é que aproveitaram a existência de um diploma regional que com toda a razoabilidade teria que existir, porque nós teríamos que legislar com estas ou outras precedências, com a entidade X ou Y à frente ou atrás, contemplando ou o Vice-Presidente do Governo Regional, ou os antigos Presidentes da Assembleia Legislativa Regional, os antigos Presidentes do Governo Regional, o líder regional do maior partido da oposição, os Vice-Presidentes da nossa Assembleia Legislativa, os

Presidentes dos Conselhos de Ilha, os Presidentes das Comissões Parlamentares, etc., etc., ou seja, nós teríamos que legislar em matéria de protocolo, teríamos que fazer legislação sobre protocolo e quando fizéssemos essa legislação e tivéssemos posto ou não à frente, numa determinada cerimónia, X, Y ou Z, nós teríamos na mesma este documento do Tribunal Constitucional.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): *Muito bem!*

O Orador: Era isso que nos ia acontecer nesta Assembleia.

Vê-se mesmo qual é a vossa prioridade. Neste momento o que os senhores querem é desculpar o Tribunal Constitucional, não é valorizar a Autonomia Regional.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Os senhores odeiam o Presidente do Governo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é verdade. Seja sério!

O Orador: Eu fui anos e anos membro da oposição, anos e anos líder da oposição e nunca odiei o Presidente do Governo da minha terra, ao contrário daquilo que o PSD hoje faz. Está cego de ódio!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Passa por cima da Autonomia, passa por cima do que for preciso só para atacar o Presidente do Governo Regional.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Seja sério!

O Orador: Meus caros amigos, não falem do PS do passado, do PS que se levantou quando se aprovaram os símbolos heráldicos da Região.

Esse PSD, esse que aí está, é pior do que o pior PS que alguma vez houve nesta Região.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Clélio Meneses (PSD): O ódio salta-lhe pelos olhos fora!

O Orador: Quem correu, quem fugiu pela rua fora, movido pelo ódio contra o Partido Socialista e contra o Governo, a correr para o Representante da República para fazer queixa da legislação da Assembleia Regional para ver se o Tribunal Constitucional entrava nesse processo; quem fugiu, quem correu contra a Autonomia Regional a caminho do Representante da República para forçar este relatório do Tribunal Constitucional, foi o PSD. O PSD foi o principal responsável por aquilo que está a acontecer hoje neste Parlamento.

Não me digam que o Presidente do Governo está nervoso...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não! Não se nota!!!

O Orador: Eu não estou nervoso!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Nada!!!

O Orador: Sabe, mesmo às vezes, quando eu fico nervoso (reconheço!), com problemas que um governante tem todos os dias, porque há coisas que correm bem às 10 da manhã, há outras coisas que infelizmente não correm bem às 11 da manhã, eu ao meio-dia pego num *pass-partout*, olho para o Grupo Parlamentar do PSD, olho para as vossas fotografias e fico completamente tranquilo.

(Risos do Secretário Regional da Presidência).

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses para um protesto.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para um protesto que tem duas dimensões:

Uma dimensão regimental, porque de acordo com o Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que ainda deve estar acima e mais uma vez de qualquer vontade de protagonismo do Presidente do Governo Regional dos Açores, quem encerra o debate é o Deputado que faz a declaração política. E mais uma vez a regra foi violada e merece claramente o nosso protesto.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não foi a primeira vez que isso aconteceu numa declaração política!

O Orador: Também merece o nosso protesto a forma claramente deselegante, mas para além da deselegância, a falta à verdade do Presidente do Governo Regional dos Açores que se dirige à oposição de uma forma em que, Sr. Presidente do Governo lamento dizer-lhe, não é o ódio de ninguém para si, é o ódio que lhe salta pelos olhos fora cada vez que se dirige àqueles que contestam qualquer uma das suas posições.

Deputados Mark Marques e Maria José Duarte (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: É o ódio e a revolta que lhe salta pelos olhos fora cada vez que o senhor se dirige ao maior partido da oposição, cada vez que o senhor se dirige àqueles que foram eleitos democraticamente pelos açorianos, porque, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, o senhor irresponsavelmente esquece-se, faltando à verdade e faltando ao respeito pela democracia, que todos nós que estamos aqui nem sequer estamos aqui pessoalmente, estamos aqui a representar os milhares de açorianos que votaram no projecto que apresentámos aos eleitores e cada vez que se dirige à oposição com essa terminologia lamentável...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Excessivo!

O Orador: ... excessivo e faltando à verdade, está exactamente a demonstrar aquilo que o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores é, claramente demonstrando que manifesta em muitas e muitas ocasiões falta de perfil e de postura para ocupar cargos públicos, porque a forma manifestamente deselegante com que se dirige a representantes políticos, revela que não respeita os outros, e quem não respeita os outros tem o tratamento que deve merecer.

Da nossa parte tem o nosso respeito. Tem o nosso respeito como Presidente do Governo Regional dos Açores, tem o nosso respeito como representante dos açorianos, como tem respeito todos os açorianos de forma indistinta.

Faltando à verdade disse que foi o Partido Social Democrata que se dirigiu ao Sr. Representante da República, mas o senhor deve saber tanto quanto eu que o primeiro partido que se dirigiu ao Representante da República por causa desta matéria foi exactamente o Partido Socialista.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Eu li nos jornais!

O Orador: Por isso, faltando à verdade, faltando ao respeito e às regras de convívio democrático, o Sr. Presidente teve claramente, hoje, um acto falhado. Em termos políticos, o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores teve hoje uma oportunidade para defender a Autonomia, para defender os Açorianos. Em vez disso limitou-se mais uma vez a espalhar o seu ódio, a espalhar a sua revolta por existir oposição democrática nos Açores que irá sempre, quer o senhor queira, quer não, defender as nossas convicções e sobretudo defender aquilo que entendemos que é melhor para os Açores e para os Açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

(Neste momento, o Deputado Cláudio Lopes foi substituído pelo na mesa pelo Deputado Luís Henrique Silva)

Presidente: Passamos ao ponto seguinte.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, desenvolvidas de modo progressivo a partir da segunda metade da década de 70 do século XX e com particular ênfase nos anos 90, veio possibilitar o aparecimento da **sociedade da informação**, também designada por **sociedade do conhecimento** ou **nova economia**. No geral, são consideradas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação os computadores pessoais, os telemóveis, a televisão por cabo, a Internet, o correio electrónico, as tecnologias digitais de captação de imagens e sons e as tecnologias de acesso sem fios, como o *wi-fi* e o *bluetooth*.

A revolução tecnológica operada nas comunicações e na electrónica, cada dia mais rápidas e mais eficazes, contribuiu decisivamente para o fenómeno da **globalização**, com todos seus aspectos positivos e negativos, em suma, para a transformação do nosso planeta na denominada **Aldeia Global**.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É óbvio que a nossa Região não está imune nem pode ficar alheia ao que se passa no Mundo. O sector das telecomunicações é o que mais rapidamente pode colocar os Açores em aproximação de circunstâncias com os restantes espaços, pelo que não podem subsistir dúvidas de que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação assumem um papel estratégico para o desenvolvimento dos Açores.

Como afirmou o Presidente do Governo Regional já há cerca de dois anos, na abertura do seminário internacional sobre comunicações realizado em Ponta Delgada, e passo a citar: **Numa região ultraperiférica e territorialmente dispersa, como é o nosso caso, torna-se fundamental um sector de telecomunicações que dê uma resposta rápida e eficaz às crescentes solicitações de uma sociedade produtiva e integrada, não só do ponto de vista do crescimento e sustentação das diversas actividades económicas, mas também ao nível cultural e em termos de promoção do bem-estar das populações, de forma alternativa ao seu isolamento secular. É, assim, indispensável disponibilizar um sector de telecomunicações de alta qualidade, no qual todo o tipo de informação possa ser transmitida com elevados padrões de fiabilidade e segurança, em tempo real, permitindo o seu acesso, bem como ao de um largo espectro de serviços, às empresas, escolas, instituições públicas e privadas e cidadãos em geral.** Fim de citação.

Estas preocupações estão aliás vertidas no Programa do IX Governo Regional, que, no capítulo das Comunicações, inclui três objectivos fundamentais:

Primeiro: Estimular a acessibilidade e a participação das novas tecnologias de informação e de comunicação em articulação e complementaridade com outras intervenções necessárias à construção de uma sociedade do conhecimento e da informação.

Segundo: Promover a inserção da Região na Sociedade da Informação, aproveitando as novas tecnologias de informação e de comunicação para ultrapassar os seus condicionalismos específicos e para criar condições para uma maior coesão e valorização social dos açorianos.

Terceiro: **Disponibilizar a todos os açorianos a oferta de serviços de telecomunicações com níveis de qualidade e de tarifas idênticas aos do restante território nacional e comunitário.**

E há que reconhecer o muito que tem sido feito e os avanços significativos que nesta matéria se têm verificado nos Açores.

São disso exemplo, entre muitos outros: a implementação da rede de postos de informação juvenil; a criação da rede de Postos de Atendimento ao Cidadão; o lançamento do projecto “Escolas Digitais”; o lançamento da rede digital da Administração Pública; e o acesso gratuito aos canais generalistas nacionais de televisão. E novos projectos vão em breve ser concretizados, como é o caso da Telemedicina ou da instalação, na ilha de Santa Maria, de uma estação de rastreio de satélites e telemetria, na decorrência do protocolo celebrado entre o Governo Regional e a Agência Espacial Europeia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apesar dos progressos que nos últimos anos se registaram no sector, os Açores enfrentam ainda dificuldades significativas no que concerne à implementação e difusão das telecomunicações e tecnologias de informação ao nível da população e das empresas das diversas ilhas.

Ao nível das infra-estruturas, sete ilhas estão ligadas pelo anel de fibra óptica, aliás participado pela Região, enquanto que a ligação ao Grupo Ocidental é feita via satélite.

Quanto ao cabo de fibra óptica, volto a citar o Presidente Carlos César: **o pleno aproveitamento de tal infra-estrutura só será possível na realidade se os custos das comunicações nesse sistema – quer para os operadores, quer para os utilizadores – forem equivalentes, pelo menos, aos custos médios das comunicações no continente português.**

No que se refere à ligação às Flores e ao Corvo, já em Janeiro de 1997 afirmei desta tribuna: **Tanto quanto sabemos, esta solução vai implicar menor velocidade e pior qualidade nas comunicações, devido às frequências utilizadas e ao número de canais disponíveis, havendo também que contar com o que se designa por eco do satélite. E acrescentei que mesmo a alegada vantagem em termos de custos,**

que é sem dúvida um dado a ter em conta, também suscita algumas dúvidas dada a grande diferença do tempo de vida útil previsto para cada um dos sistemas. Sinceramente, o facto de ter tido razão antes de tempo não me dá nenhuma satisfação...

Depois, o facto das infra-estruturas fixas serem controladas por um único operador constitui uma dificuldade acrescida, como aliás resulta das conclusões do estudo sobre o mercado das comunicações nos Açores até 2010 encomendado pelo Governo Regional e apresentado em finais de 2005, estudo esse que, para além de propor a modernização das infra-estruturas de rede, no conjunto de medidas a adoptar para promover o desenvolvimento das telecomunicações e da tecnologia aponta para a necessidade de ser proporcionado um maior nível de concorrência entre operadores de telecomunicações, de forma a viabilizar novos serviços com tarifas acessíveis à população.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Tal como o Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos sou dos que acredita que **o desenvolvimento dos Açores passa pela rapidez e fidelidade de comunicações.**

Também defendo, tal como o Presidente Carlos César, que **as diversas entidades regionais deverão poder assumir um papel mais interventor no sector das telecomunicações, nomeadamente quando o mercado não consegue assegurar convenientemente determinadas funções e quando está em causa a definição dos serviços de interesse público e geral.** Assim, a regulação deve ser posta ao serviço dos resultados positivos da inovação, da concorrência e da panóplia de serviços.

Daí que o papel da ANACOM, como reguladora do mercado de telecomunicações, deverá, tanto quanto possível, ser desenvolvido em articulação permanente com o executivo açoriano. E, infelizmente, sou levado a concluir que não é isto que está a acontecer e que a entidade reguladora nacional, mesmo quando chamada a intervir, se tem demitido do papel que lhe cabe.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Concretamente no que se refere à ilha das Flores, realidade que me toca mais de perto e que melhor conheço, o serviço prestado pela Portugal Telecom, em termos de banda

larga, tem vindo a degradar-se progressivamente. Permito-me mesmo afirmar, sem medo de errar, que, quanto mais clientes tem e mais dinheiro recebe, pior é o serviço prestado aos utentes por aquela empresa.

Já foram feitas diligências, designadamente pelo Conselho de Ilha, quer junto dos responsáveis regionais da PT, quer junto do membro do Governo Regional que tutela as comunicações, mas até agora sem permitir alcançar sucessos significativos.

Não farei, contudo, a injustiça de acusar de desinteresse ou falta de empenho o Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Sei que se tem empenhado, quer junto da PT quer junto da ANACOM, e reconheço que a questão é complexa e difícil, senão já estava resolvida. Sei, por exemplo, que tem insistido junto das operadoras das redes fixa e móvel para que aumentem a sua oferta, melhorem a qualidade e baixem os tarifários de serviços na Região, o que abrange a generalização do acesso à Internet em Banda Larga, do Sistema Wi-Fi e de novos serviços no domínio do espectro radioelétrico, para além da melhoria da cobertura da rede móvel em todas as ilhas.

Assim, para além de reivindicar, quero, aqui e agora, exortar o Governo Regional para que continue a lutar pelo direito dos açorianos de terem acesso a telecomunicações rápidas, fiáveis e a preços razoáveis, enfim, para que continue a insistir e persistir junto de quem de direito para que sejam asseguradas à nossa Região as condições necessárias para poder ser dada resposta eficaz aos desafios que se lhe colocam a nível da tecnologia, da inovação e da globalização.

Isto na convicção de que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação são essenciais ao nosso desenvolvimento, por poderem trazer vantagens competitivas às empresas, elevar o nível cultural e promover a qualidade de vida ou, até, servir como forma de atenuar o isolamento dos residentes na Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sei, sabemos todos, que a solução dos problemas que aqui enunciei não depende directamente da Administração Regional Autónoma. Mas porque também subscrevo que **aquilo que acontece nos Açores é sempre um assunto que tem a ver com o Governo Regional**, termino com uma citação de Winston Churchill:

É inútil dizer «estamos a fazer o possível». Precisamos de fazer o que é necessário.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão inscritos para o debate o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos e o Sr. Deputado Mark Marques.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

(*) **Secretário Regional da Habitação e Equipamentos** (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional assume, desde a primeira hora, que este sector das telecomunicações é importante nos Açores como pilar de um desenvolvimento que hoje se exige e que tem implicações em vários domínios sociais, mas também da economia.

Mesmo sabendo, como foi dito aqui na intervenção do Sr. Deputado Herberto Rosa, que nós não tutelamos as empresas que estão nos Açores a prestar esse serviço, temos demonstrado a nossa insatisfação mas não ficamos pela insatisfação.

A demonstração dessa insatisfação foi feita junto do Governo da República e também da própria Portugal Telecom, relativamente ao problema concreto do ADSL da Ilha das Flores, e queria anunciar que não foi de balde que o Governo tem tido essa postura, uma vez que nós sabemos que está em curso, e não é um assunto que vai ser feito, o reequipamento da estação em São Miguel e nas Flores. A informação que dispomos é que ainda este mês este problema fica resolvido.

Mas a nossa atenção e a nossa vigilância a esta questão continuará e só quando os florentinos e corvinos efectivamente utilizarem o seus equipamentos informáticos e verificarem que não “compraram bife e lhes venderam osso”, é que naturalmente o Governo ficará satisfeito com as diligências que entretanto tomou.

Queria reafirmar que valeu as posições firmes que assumimos publicamente com a Portugal Telecom e também com a própria ANACOM para que...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É pena que o Grupo Parlamentar do PS não siga o exemplo em relação aos consulados!

O Orador: ... de facto, tivesse havido a alteração de posição na postura da PT em relação a este problema das Flores.

Mas nós não ficamos satisfeitos com aquilo que está resolvido. Nós continuamos insatisfeitos e a pugnar para que outras situações também sejam resolvidas, nomeadamente as lacunas que ainda existem em matéria de cobertura da rede móvel em algumas ilhas.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Secretário.

O Orador: Também queria anunciar que em 2007 há duas operadoras que vão melhorar a cobertura da rede móvel de acordo com a informação que nos foi prestada e que está inscrita no plano de investimento dessas operadoras das redes móveis das Ilhas de São Jorge, Pico e também São Miguel, para além de um situação em particular em Santa Bárbara, na Ilha de Santa Maria.

Essa é a informação que nós queremos aqui disponibilizar à Assembleia na certeza de que o Governo Regional considera que o sector das telecomunicações, instituindo-se como uma área que pode singrar em termos de cluster tecnológico nos Açores, é fundamental para que, em termos da qualificação do emprego e também em termos de receitas para a Região, possa constituir um novo pilar de desenvolvimento.

Presidente: Sr. Secretário, tem que concluir.

O Orador: Termina, Sr. Presidente, dizendo que nesta última afirmação queria incluir naturalmente os projectos da ESA para Santa Maria, que estão em curso e que vão ser instalados os equipamentos em matéria de fornecimento de energia já no próximo mês, e também o projecto da EDISOFT...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Conquista dos Governos do PSD!

O Orador: ... para Santa Maria como uma estação fixa de observação da terra, que também é uma realidade, para além do protocolo que celebrámos com essa entidade para o estabelecimento de uma estrutura de produção dos sistemas de engenharia de alta tecnologia em São Miguel, que vai funcionar inicialmente com um grupo de pessoas da ordem da vintena, que será o início e a fase pioneira da instalação real e da

expressão de que o sector das telecomunicações é importante para os Açores se trazer emprego qualificado e receitas para a Região.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

(*) **Deputado Mark Marques (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Participo neste debate apenas para me congratular com a intervenção do Sr. Deputado Herberto Rosa. Assim, como as Flores sente falta das comunicações, São Jorge também sente.

Reparei que o Sr. Secretário Regional da Habitação, prolongando o tempo a que tinha direito, já referiu São Jorge e foi respondendo porque sabia quem é que se tinha inscrito.

De facto, comungo um pouco com a intervenção do Sr. Deputado Herberto Rosa, porque em São Jorge, agora, só ver para crer.

Vários têm sido os requerimentos, várias têm sido as intervenções sobre a questão das telecomunicações.

Em resposta a um requerimento do ano passado, o Governo Regional informava que tinha vindo a insistir junto da ANACOM. Nós acreditamos que o Governo o tem feito, mas a verdade é que se o tem feito não tem sortido efeito.

O Sr. Secretário agora diz que vai ser para breve. Continuamos a aguardar que assim seja.

Esta minha participação neste debate é, sobretudo, para comungar da preocupação que foi trazida pelo Deputado Herberto Rosa, onde São Jorge, o lado Norte da Ilha, sobretudo em termos de telemóveis, continua às “escuras”.

Sobre a questão da ADSL, da banda larga, várias são as zonas da ilha, quer do Norte, quer do Sul, quer do Topo, que ainda não têm. De facto, hoje em dia é muito importante a questão das telecomunicações.

Fica registado no diário das sessões, mais uma vez, a intenção por parte do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, que eu acredito que esteja a falar a verdade, só que agora para eu acreditar mesmo, tenho que ser como São Tomé, “ver para crer”, porque em resposta e por escrito, a requerimentos feitos, já então o

Governo manifestava a intenção e dizia que era para breve. Mas claro, o “seu breve” pode ser um mês, um ano, dois ou três.

Portanto, faço votos para que as vossas insistências, as vossas preocupações continuem de forma a que, em breve – e quando refiro breve, que seja mesmo breve – tenhamos em São Jorge também uma boa cobertura de rede de telemóveis e de ADSL, neste caso, a banda larga.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

(*) **Deputado Herberto Rosa (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde logo, para registar o apreço do Sr. Deputado Mark Marques pela questão aqui trazida. Penso que é uma questão transversal a toda a Região.

Referi em particular alguns aspectos que eram mais agudos nas Flores, mas penso ter trazido uma questão estratégica e fundamental para o desenvolvimento dos Açores, como são as telecomunicações e as acessibilidades nesse sector.

Relativamente àquilo que disse o Sr. Secretário, desde já quero agradecer as informações prestadas e desejo ardentemente que elas se concretizem, que vão estar atentos e, mesmo com o risco de ser redundante, permita-me Sr. Secretário que lhe peça, que insista para que continue numa vigilância activa e militante à acção das empresas que prestam serviços de telecomunicações aos Açores, algumas delas em regime de monopólio.

Não tenho conhecimentos técnicos para pôr em causa as soluções, mas tenho algumas reservas relativamente a algumas soluções, até porque algumas já foram experimentadas e não funcionaram.

Nós precisamos, por parte das empresas concessionárias, de soluções que efectivamente dêem respostas não só àqueles que são hoje utentes, mas inclusivamente ao alargamento e à burocratização ao acesso fácil e generalizado dos cidadãos florentinos açorianos – jorgenses, também porque não? – a estas ferramentas que são fundamentais para nos transformar não em periféricos, mas em centrais em termos daquilo que é a comunicação e a informação.

Obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É consensual considerar a Família como o quadro natural onde começa a existência do Homem. Como escreveu Kofi Annan, é nesse quadro natural que “os seres humanos – e, em especial, as crianças – podem receber o alimento e apoio emocional, financeiro e material que são indispensáveis ao seu desenvolvimento”. Por isso, a família é o meio mais adequado para o indivíduo se promover como pessoa: é nela que cada um é aceite por aquilo que é e não por aquilo que faz.

A família é também uma estrutura fundamental e imprescindível na organização das sociedades, onde se adquirem e desenvolvem os comportamentos sociais e a integração na sociedade e, também por isso, ela é a primeira e a mais privilegiada instituição educativa.

Embora a família seja uma comunidade anterior ao Estado e, nessa medida, incorpore em si o forte peso institucional que lhe vem da sua longevidade, a verdade é que a instituição familiar tem sofrido mudanças e alterações, fruto dos tempos e do devir histórico. A família alargada, constituída por pai, mãe, filhos e avós ou outros parentes, foi progressivamente dando lugar à família nuclear, que reduz o agregado a pais e filhos. Mas até este, que era o modelo da família moderna, vem conhecendo nos últimos anos profundas alterações motivadas pelo número crescente de divórcios, pelo aumento das famílias monoparentais, pela reconstituição familiar de pais separados e conseqüente formação de agregados com filhos de vários casamentos.

Em simultâneo, como causa e efeito, a própria sociedade vem-se alterando profundamente e até de forma muito acelerada nos últimos anos e, muitas dessas mudanças, atingem a vivência das famílias, confrontando esta instituição com novos desafios e novas dificuldades.

E grande parte destas radica em problemas transversais e comuns às sociedades contemporâneas e, portanto, não exclusivos dos Açores: o mundo global “impõe-nos” uma sociedade onde domina crescentemente um liberalismo impessoal, onde o capital e a finança imperam sobre o cidadão, onde o consumismo ganha formas altamente contagiosas, onde predomina o transitório e o efémero, onde se promove o facilitismo

e se condena a exigência, onde os valores e os princípios tendem a ser cada vez mais relativizados, onde a riqueza e o poder se apresentam como objectivos de vida e onde valores como a seriedade, a honestidade, o serviço aos outros, são tendencialmente vistos, em determinados meios, como coisas “fora de moda” ou de importância relativa, em função dos fins que se pretendem atingir.

Vivemos cada vez mais numa sociedade confrontada com o envelhecimento da população, o abandono dos idosos, a perda do sentido gregário, substituído por um crescente individualismo.

Simultaneamente generalizou-se a exigência de na família o casal ter de trabalhar. Por via disso, logo, desde muito novos, os filhos são lançados para fora da família, ao cuidado de outros e com eles passando mais tempo do que com os pais. Estes, por seu turno, são confrontados com uma vida profissional mais exigente e mais absorvente e o tempo que lhes resta para os filhos, é o tempo do fim do dia, o mais pobre e para o qual menos energias há.

Tudo isto, que faz a nossa vida e a vida da nossa sociedade, influi negativamente na instituição familiar e na sua estabilidade. E de tal forma assim é que, hoje, falar da infância, da juventude, dos idosos, dos seus problemas, dos seus direitos, da sua integração, e falar das formas de os combater e travar, é falar na urgência de se atacar os problemas a montante, isto é, na família e nas crescentes dificuldades e transformações por que passa no tempo presente.

Reconhecendo estes problemas e procurando despertar os povos e os governos para a necessidade de investir em programas, estratégias de desenvolvimento e medidas concretas que levem ao fortalecimento económico e social das famílias, as Nações Unidas declararam 1994 como Ano Internacional da Família.

A sua importância foi tal e o que ainda falta fazer permanece tão significativo que 2004 foi celebrado, no âmbito das Nações Unidas, como o ano do 10º Aniversário do Ano Internacional da Família, sublinhando-se, assim, novamente, a urgência e a centralidade da abordagem à temática da “Família”.

Também, desde 1993, por determinação da ONU, o dia 15 de Maio é o Dia Internacional das Famílias, destinado a promover a reflexão sobre as dificuldades da família nas sociedades do mundo inteiro e, particularmente, sobre os problemas

económicos, sociais e culturais que a afectam, sem esquecer o problema do decréscimo demográfico que está a atingir sobretudo as sociedades ocidentais.

Como escreveu o Secretário-Geral das Nações Unidas, Koffi Annan, “Uma estrutura familiar forte conduz ao bem-estar dos seus membros e da sociedade em geral. É no seio da família que as crianças podem aprender valores positivos que as guiarão durante o resto da vida e é também no seio da família que as pessoas podem aprender lições sobre a igualdade, a tolerância e a partilha de responsabilidades” e, por isso, exorta “os Governos, a sociedade civil e os indivíduos a continuarem a trabalhar em prol de políticas e programas que reconheçam e apoiem os contributos de cada família...” e assegurem “um ambiente susceptível de apoiar as famílias, para benefício das gerações vindouras.”

Estas comemorações e estas iniciativas, se bem que têm permitido colocar a “família” na agenda das nações e levado as famílias a tomarem mais consciência das suas capacidades de intervenção social e política, designadamente, através da criação e desenvolvimento de associações de família e de uma presença mais activa no campo da solidariedade social e, mesmo, da educação, a verdade, porém, é que na prática estamos ainda muito longe do salto necessário e continuamos a preferir a facilidade das palavras e das intenções inconsequentes que só vão satisfazendo a nossa consciência.

Já é mais que tempo dos fundamentos das decisões políticas, das orientações económicas, da organização das comunidades urbanas e rurais, da estruturação da habitação, do funcionamento do sistema de saúde, da segurança social, dos transportes, da promoção do emprego, da acessibilidade da cultura, do sucesso e eficiência do sistema educativo, já é tempo, dizia, para que os fundamentos das decisões em todas estas áreas se centrem na ajuda ao desenvolvimento das competências e responsabilidades da instituição familiar.

É que, também entre nós, ainda não se conseguiu que uma política de família seja uma realidade efectiva, coerente e integrada em todos os sectores da governação. Urge, pois, promover uma Política da Família que constitua a visão integradora, que dê coerência, unidade e um sentido à intervenção nestas áreas, que dignifique e promova a família como instituição que é fundamento da vida comunitária, que

releve o papel insubstituível da família na realização do ser humano e no desenvolvimento da sociedade e que, por ela, se criem condições para que a família seja por excelência o espaço da solidariedade entre gerações.

Enquanto não se conseguir intervir a este nível, enquanto as palavras e as ideias não tiverem tradução em acções concretas, continuaremos todos a conhecer os problemas, continuaremos todos a saber onde reside a solução ou parte dela, continuaremos talvez todos a procurar lenitivos para tranquilizar a nossa consciência, mas nunca conseguiremos ultrapassar a distância que importa encurtar entre as palavras e a acção.

Que nos deixemos livremente questionar sobre o que pode cada um de nós fazer para mudar este cenário.

Em 1981, João Paulo II já postulava que “o Futuro da Humanidade passa pela Família”.

Que contributo podemos e queremos dar, especialmente nós que temos responsabilidades acrescidas, para que assim seja efectivamente?

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD, dos Deputados da bancada do Partido Socialista Nuno Amaral, Helder Silva e Catarina Furtado e do Sr. Deputado Independente).

Presidente: Está aberto o debate.

Estão inscritas as Sras. Deputadas Piedade Lalanda e Nélia Amaral.

Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira não nos conduz a nada de concreto, quanto muito pode conduzir é a esta pergunta final: o que é que cada um de nós pode

fazer? Mas o Sr. Deputado também não foi capaz de alinhar nenhuma linha estruturantes dessa política de família que entende que é necessária para a Região.

Pelas várias partes da sua intervenção deu a entender que de alguma forma há um certo saudosismo de um modelo de família que já não existe ou que está a ser alterado, que é o modelo pais, mães, filhos ou até a família alargada com mais de uma geração coexistindo na mesma casa.

A investigação sociológica revela que essa família alargada não deu lugar à família nuclear. Ainda existem as famílias alargadas, até existem novas famílias alargadas nos tempos que correm. Há jovens que regressam à casa dos pais, por dificuldades até económicas, até constituírem a sua própria casa.

Portanto, este modelo não é tão antiquado, nem tão ultrapassado como o Sr. Deputado quis fazer crer.

Por outro lado, os novos modelos de família (a família monoparental, a família recomposta) também não são nenhum fim da família, são novas formas de família nuclear, porque as famílias recompostas não deixam de ser casais, com filhos. A questão que se coloca é que há um alargamento das relações: há mais avós, o amigo da mãe, a amiga do pai, ou seja, há novas relações que se vêm anexar a este novo núcleo familiar. Portanto, é uma nova forma de evidenciar a realidade família.

Não é forçosamente pior, nem melhor do que a anterior. É uma nova forma de viver a realidade família.

Eu penso que é importante termos consciência de que não podemos estar sempre a olhar para o passado à procura de uma família que não existe, mas tentar encontrar a diversidade de formas familiares que existe no presente.

Se alguma política de família tem que existir não pode ser na tentativa de proteger a família do passado, mas na tentativa de ser resposta a estas novas formas de família que existem no presente, nomeadamente aos novos papéis de pai e de mãe que a sociedade actual exige.

Eu não vejo que seja negativo e acho que é um bocadinho agressivo dizer que a família atira com as crianças para fora de casa, como se isso devesse criar um sentimento de culpa nos pais, dizendo “vocês não trabalhem”, ou melhor dizendo “ó

mães não trabalhem, porque estão atirar os filhos para a creche e isso é mau para a família”.

Não é mau. É uma nova forma de vivenciar a família, é uma nova forma de socialização das crianças e, portanto, tem que ser entendido como tal.

Criar creches, ATL, espaços para idosos de centros de dia, não é negativo em si. É uma resposta a uma nova forma de viver a família, é uma nova forma de relações familiares.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Por um lado, para o saudar por ter trazido a esta Assembleia mais uma vez uma discussão sobre a família, que é um assunto sempre importante e relevante para o bem-estar e para o desenvolvimento da nossa Região.

Por outro lado, para concordar consigo nalguns aspectos e discordar noutros, como seria de esperar.

O senhor deixa-nos, na sua intervenção, uma visão sobretudo negativa do processo de globalização que nos expõe factores negativos que, sem dúvida, não vou negar. Mas gostaria também de deixar presente nesta casa que este mesmo processo de globalização nos expõe também a factores positivos, nos expõe a novas oportunidades, nos expõe a novos destinos, nos expõe a novas formas de promover o nosso desenvolvimento.

As nossas crianças e jovens, hoje, têm possibilidades de aprendizagem diferenciadas, têm possibilidades de desenvolvimento pessoal e social que ultrapassam as nossas barreiras geográficas, fruto também desse processo de globalização.

No que concerne à tipificação da família, não vou repetir aquilo que a minha colega acabou de dizer, mas gostaria de dizer que é fácil, por vezes, nós cairmos na tentação de termos uma visão romântica da família tradicional.

Se é certo que a família tradicional, tal como os outros modelos de família que têm vindo a surgir, tem vantagens, não é menos certo que também tinha desvantagens, também representava, sobretudo para as mulheres, limitações graves, limitações sérias ao seu desenvolvimento e à sua promoção pessoal.

Também queria discordar consigo num outro aspecto. Quando fala numa política de família, eu gostaria de lhe apresentar ou de lhe sugerir uma perspectiva ligeiramente diferente.

Eu concordo que a promoção do bem-estar da família não se limita – e já o tenho afirmado nesta casa por várias vezes – à segurança social e à solidariedade social.

Há que ter em conta a família na política dos transportes da habitação, na saúde e na política fiscal, como o senhor bem disse.

O que eu gostaria de defender, e já tive oportunidade de o fazer anteriormente, é que isso não se traduz, no meu ponto de vista, na definição de uma política de família. Isso traduz-se, sim, numa perspectiva de valorização da família, na definição das diferentes políticas sectoriais.

Quando se estiver a definir a política de habitação é necessário ter presente uma valorização da família para ter essas prioridades em conta; quando se estiver a desenvolver ou a pensar uma política fiscal, por exemplo, é preciso pensar por que é que determinados artigos ficam isentos de carga fiscal e outros não, tendo em conta essa valorização e essa dinamização da família.

Para finalizar, o Sr. Deputado diz também que há muito ainda a fazer. Concordo consigo. Há muito a fazer, mas não podemos deixar ficar nesta casa a perspectiva de que nada se fez.

Há muito a fazer mas é preciso reafirmar também que muito já tem sido feito no âmbito de apoio às crianças, no âmbito de apoio aos idosos, no âmbito de apoio às pessoas com deficiência e as infra-estruturas sociais e os recursos disponíveis na comunidade estão aí para provar isso mesmo.

(Neste momento o Deputado Cláudio Lopes retomou o seu lugar na mesa)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uso a palavra para genericamente colocar as coisas no sítio onde eu julguei que a minha intervenção tinha colocado.

Em primeiro lugar, quando se analisam estas questões, eu não gosto, sobretudo por respeito ao rigor da minha formação histórica, que, quando se traça uma evolução genérica, que procurou ser o mais objectiva possível, da evolução dos modelos de família, se comece logo a pôr “carimbos” de que esta é uma visão saudosista, ou que é uma visão romântica.

Eu não fiz absolutamente nenhum juízo de valor sobre a evolução que aqui tracei dos modelos de família que se sucederam na História da Humanidade. Limitei-me, de uma forma sucinta, a estabelecer como é que a família funcionou durante um certo tempo e como é que essa evolução se fez até aos dias de hoje, sem dizer que hoje é melhor ou pior do que no passado.

O que eu disse, e está escrito na minha intervenção, é que hoje a família tem problemas diferentes para enfrentar do que tinha no passado e um deles é esse, o dos filhos estarem mais tempo com outros do que com a família.

Eu não disse nada de depreciativo, nem fora da realidade. Eu enfrentei-a com os meus filhos e cada um de nós que está nesta casa sabe que é assim.

Esta é uma realidade diferente e, perante esta realidade diferente, a sociedade dos nossos dias não encontrou ainda soluções nem respostas equilibradas, por comparação com as que o modelo familiar anterior pôde dispor.

Penso que ninguém contestará que os nossos filhos se estiverem com os seus pais, serem educados pelos seus pais em ambiente familiar, estarão garantidamente melhor do que numa instituição profissional. Se acham que não estão, eu discordo.

A minha preocupação foi a de traçar um quadro evolutivo destes modelos e face a esse quadro apresentar algumas das preocupações que fazem parte das sociedades contemporâneas.

E estas preocupações não são minhas. Eu tive o cuidado de, repetidamente, citar documentos das Nações Unidas e do ex-Secretário-Geral das Nações Unidas sobre este problema. É ele que diz que os Governos, a sociedade civil, os indivíduos, têm que continuar a trabalhar em prol de políticas, programas que reconheçam e apoiem os contributos de cada família, que assegurem um ambiente susceptível de apoiar as famílias.

Foi esta a preocupação que procurei aqui trazer, não com o objectivo de trazer soluções, porque não as tenho e elas não são fáceis.

Agora, o que eu não posso é ficar confortado, a cada mês de Maio, quando há o Dia Internacional das Famílias, com algumas declarações pias para, depois, em termos das acções políticas dos Governos (este problema não é do Governo Regional dos Açores, não é do Governo de Portugal, é um problema sobretudo das sociedades ocidentais), ficarmos mais ou menos da mesma forma.

Foi essa preocupação que eu procurei aqui trazer e, sobretudo, fazer um apelo a que haja, pelo menos, essa preocupação e haja políticas activas nos vários domínios (na habitação, na fiscalidade, na solidariedade social e em outros), e, sobretudo, políticas integradas, naquilo que eu chamo uma política da família.

E uma política da família não é uma coisa que se faz num gabinete (aliás, a Deputada Nélia Amaral estava a referir-se nesse sentido); ela é um conjunto de medidas integradas e inter-sectoriais.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente o Sr. Deputado Costa Pereira ao dizer que não fez nenhum juízo de valor,...

Deputado Costa Pereira (PSD): Na intervenção!

A Oradora: ... depois acabou por confirmar na intervenção, o que estava subentendido na sua intervenção, ou seja, ao afirmar categoricamente que os filhos estão sempre melhor com os pais do que com qualquer outra pessoa. Essa é uma máxima que sintetiza o seu conceito de família.

Foi isso que eu tentei chamar a atenção ao dizer que era uma visão saudosista da família, porque felizmente esse tempo em que os filhos estavam sempre com os pais...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não é proibido!

A Oradora: ... e estavam sempre melhor com os pais, independentemente daquilo que se pudesse dizer, era o tempo em que se tapavam e abafavam situações de maus

tratos infantis, em que se abafavam situações de violência conjugal, violência doméstica, em que havia abuso sexual por parte de pais sobre crianças e que, felizmente, porque o espaço da família se abriu à relação com outras instituições, hoje em dia são um crime e são passíveis de se ter que retirar as crianças a esses agregados familiares e colocar, infelizmente, em outras instituições, porque essas famílias não conseguem cumprir com o seu dever, que é de ser um espaço afectivo, porque a família alterou-se, nomeadamente nas suas funções.

Hoje em dia a função económica da família não é de produção. Hoje em dia a função educativa da família não é de ensinar a ler e a escrever. A família tem que partilhar a sua função educativa com outras instituições de educação, a família tem que partilhar a sua situação económica com outras instituições económicas. Isso faz parte da alteração da sociedade.

Portanto, os filhos não estão sempre melhor com os pais do que estarem na escola. Podem estar melhor na escola do que com os pais, podem estar melhor no ATL do que com os pais.

Portanto, há que ter uma visão partilhada das funções sociais.

A família tem um papel importante. Ao nível dos afectos, é um espaço afectivo, ninguém lhe retira esse papel, mas tem que partilhar a inserção social das crianças com outras instituições. Isso não há dúvida.

Portanto, a sua visão é realmente saudosista.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero transformar este debate num pingue-pongue, mas vai desculpar-me a sinceridade: eu respeito a visão que a Sra. Deputada tem da família e o mínimo que lhe posso pedir é que tenha o mesmo respeito pela minha visão.

Eu tenho profundo respeito, tanto pelos pais que sofrem porque gostariam de ter uma proximidade maior com os seus filhos e acompanhá-los mais de perto e não podem por causa da sua vida profissional; como tenho um profundo respeito pelos pais que prescindem de algumas coisas da sua vida profissional e económica para poderem estar em casa a educar os seus filhos.

Eu tenho a certeza, Sra. Deputada, que os pais são sempre, genericamente, melhores educadores do que o melhor educador de infância ou o melhor professor que eles possam ter, porque a afectividade de um pai ou de uma mãe não se substitui por funcionário nenhum.

Por isso, é uma grande demagogia aquilo que a senhora veio aqui dizer, quando faz uma listagem de problemas que existem, desde o assédio sexual à violência, querendo colá-los à família tradicional.

Deputada Piedade Lalanda (PS): Ninguém sabia deles. Ninguém falava!

O Orador: Esses problemas tanto existiram na família tradicional como existem nos modelos de hoje.

Sra. Deputada, eu respeito a sua visão e o mínimo que lhe peço é que tenha igual respeito por quem pensa de forma diferente.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para tentar clarificar um aspecto que surgiu nesta última parte do debate.

Creio que o que está em causa não é a falta de respeito pela opinião de quem quer que seja.

A mim, o que me parece, é que quando o Sr. Deputado Costa Pereira afirma que as crianças estão sempre melhor com os pais, estou convencida que o senhor está a dizer isso pensando numa família saudável, não está a dizer pensando nas inúmeras famílias, infelizmente, disfuncionais, que, como o senhor disse, sempre existiram e continuam a existir.

O que não existia antes eram as diversas alternativas e oportunidades que estão disponíveis a estas crianças hoje fruto também, em parte, da alteração que a família sofreu.

As inúmeras creches, jardins-de-infância, centro de actividades ocupacionais, não existem hoje porque existem estas famílias disfuncionais. Surgiram, sim, fruto da necessidade ou da vontade das mulheres saírem de casa e terem outra actividade, porque eram as mulheres que tradicionalmente ficavam em casa a tratar dos filhos.

Não podemos esquecer, quando o senhor afirma que as crianças estão sempre melhor com os pais, que nem sempre isso é verdade. Acho que foi isso que a Deputada Piedade Lalande, há bocadinho, quis deixar claro e foi isso que eu inicialmente, quando disse que era fácil cair numa visão romântica da família tradicional, quis dizer.

Deputado Costa Pereira (PSD): Se a tradicional é romantismo, então eu sou um romântico!

A Oradora: Percebo que o Sr. Deputado não tenha querido assumir nenhuma defesa de um modelo de família em relação ao outro, mas através das suas observações deixa transparecer uma valorização de um em detrimento dos outros e não posso deixar passar que a família tradicional tinha aspectos muito positivos, e continua a tê-los, mas tinha, sem dúvida, aspectos negativos para muitos dos seus elementos.

Deputado Pedro Gomes (PSD): É de qualquer família!

A Oradora: É de qualquer família mas não podemos chegar aqui e dizer que a família tradicional era boa, porque tinha a mulher em casa e dava apoio às suas crianças...

Deputado Costa Pereira (PSD): Eu não disse isso!

A Oradora: ... que é isso que elas precisam, porque o melhor para as crianças é estarem com as suas famílias, e os novos modelos de família,...

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Deputado Costa Pereira não disse isso!

A Oradora: ... porque as mulheres saem de casa, e as palavras foram suas, têm que atirar com as crianças para fora de casa.

Deputado Costa Pereira (PSD): Não ponha na minha boca coisas que eu não disse!

A Oradora: Quando o senhor se refugia nos documentos da Comunidade Europeia, é verdade que os documentos da Comunidade Europeia promovem uma defesa da família e tentam promover essa defesa nos Governos dos diferentes estados-membros, mas em nenhum documento europeu o senhor encontra essa frase que o senhor aqui disse: “as crianças estão sempre melhor na família”. Nenhum documento europeu traduz essa visão.

O que os documentos europeus dizem é que a família precisa de ser fortalecida, qualquer que seja o modelo de família.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes. Pedia ao Sr. Vice-Presidente que me substituísse na mesa.

(Neste momento, o Sr. Presidente foi substituído na mesa pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira)

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente em exercício, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Nesta Sessão Plenária e neste período regimental especialmente destinado ao tratamento de assuntos de interesse político relevante, não poderia deixar passar em branco o mês de Abril pelo seu significado na nossa vida democrática.

Invocar determinadas datas, buscar memórias e reescrevê-las à luz das circunstâncias que o nosso olhar salienta, face ao que se passa ao nosso redor, é contribuir para que nos transformemos em fazedores de acção.

Com efeito, segundo José Gil no seu livro “Portugal, Hoje: o Medo de Existir”, “no tempo de Salazar nada acontecia por excelência [...], o que era a vida, nesse tempo? [...] uma sucessão de actos obscuros, com tanto mais valor quanto se faziam modestos, humildes e despercebidos...Onde inscrevê-los, se não havia espaço público e tempo colectivo visíveis; onde, senão na eternidade muda das almas, segundo a visão católica própria de

Salazar. [...] porque inscrever implica acção, afirmação, decisão com as quais o indivíduo conquista autonomia e sentido para a sua existência”.

O 25 de Abril devolveu-nos o espaço público. E mais do que um mero espaço de comunicação, segundo o mesmo autor, é um lugar de transformação anónima das matérias (objectos) individuais de expressão.

É na sequência dessa conquista que no plenário do passado mês de Março, se assinalaram os 50 anos da Assinatura dos Tratados de Roma.

Neste contexto, importa salientar – como se pode ler no livro “Cinco Regimes na Política Internacional”, de Medeiros Ferreira – que “o pedido de adesão da República Portuguesa às Comunidades Europeias, entregue em Bruxelas a 28 de Março de 1977, foi a decisão estratégica mais importante tomada até agora pelo regime

democrático saído da Constituição de 1976 e só possível pelo fim do regime autoritário e colonialista”.

[...] “Será de novo com Mário Soares como Primeiro-ministro que se irão concluir as negociações e assinar o Tratado de Adesão, na manhã de 12 de Junho de 1985, nos Jerónimos, em Lisboa”.

Se o Abril da conquista da liberdade e da democracia foi o início de um novo caminho para o nosso país, em que um Estado de Direito democrático passa a vigorar em substituição de um regime ditatorial, onde a censura impedia a livre expressão, a tortura fazia parte dos procedimentos policias e o obscurantismo o apanágio da política cultural;

Nada pode apagar ou branquear esta realidade histórica, nem mesmo um qualquer programa de entretenimento televisivo pretensiosamente auto intitulado de histórico-cultural, como aquele que findou no dia 25 de Março passado, na RTP – aquela que é suposto prestar um serviço público e de qualidade!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Comemoramos no próximo dia 25 de Abril a Revolução dos Cravos, aquela que nos permitiu o acesso a União Europeia, que nos possibilita estar aqui, hoje, nesta Assembleia Legislativa, órgão primeiro de uma Região dotada de uma ampla autonomia, nascida das legítimas aspirações dos Açorianos desde o finais do século XIX, também ela só possível depois do derrube do regime ditatorial do Estado Novo.

Nunca é demais referir que enquanto no nosso país se brincava aos concursos e se elegia um ditador como o maior português de sempre, nesse mesmo dia 25 de Março, comemoravam-se os 50 anos da assinatura dos Tratados de Roma, surgidos para evitar uma nova guerra, como aquela que tinha assolado a Europa, a segunda guerra mundial, que teve por de trás um ditador fascista, causador de umas das maiores atrocidades infligidas a seres humanos, inconcebíveis numa Europa considerada civilizada e civilizadora.

A Declaração de Berlim, adoptada a 25 de Março de 2007, assinada pelos líderes europeus reunidos naquela cidade, reforça os valores comuns europeus cujo cerne centra-se na pessoa humana, na inviolabilidade da sua dignidade e na inalienabilidade dos seus direitos.

“Vivemos hoje uma comunhão que nunca antes se havia revelado possível, [...] Aspiramos à Paz e à Liberdade, à Democracia e ao primado do Direito, ao Respeito Mútuo e à Responsabilidade, ao Bem-Estar e à Segurança, à Tolerância e à Partilha, à Justiça e à Solidariedade”.

É por tudo isto que, hoje, subo a esta tribuna para evocar o 25 de Abril, “Dia Nacional da Liberdade”, o 17 de Abril, dia da Crise Académica de 69 da Universidade de Coimbra e o seu papel na luta contra o regime Salazarista e o 22 de Abril, dia da Comunidade Luso-Brasileira, data da chegada da esquadra de Pedro Alvarez Cabral à Terra de Sta. Cruz. Faço-o em contra movimento às provocações de uma extrema-direita saudosista de regimes políticos antidemocráticos, xenófobos, racistas e obscurantistas, como as que recentemente têm vindo a público.

Subo a esta tribuna para, também, lembrar, reforçar e regozijar-me por este nosso Abril, pelo seu significado para o nosso país e para todos nós e por ter sido a chave da entrada na então CEE, hoje, União Europeia, possibilitando-nos a integração nessa comunidade e o caminho já percorrido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A democracia que comemoramos neste mês de Abril é, como todos o sabem, um Sistema Político imperfeito, dinâmico e delicado.

Necessita de transparência, participação e crítica.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): E de regulação. A regulação faz parte de estado de direito!

A Oradora: Necessita de uma vigilância e cuidados do tipo que dispensamos às coisas que nos são preciosas, para que a espinha dorsal do sistema se mantenha, consolide e desenvolva, porque o certo é que nada, absolutamente nada, está definitivamente adquirido.

A defesa do nosso sistema democrático também está na intervenção ou na atenção dada às coisas simples do dia a dia, na denúncia dos seus infractores, na indignação dos seus atropelos, e ainda no desprezo pelos intriguistas que à força do maldizer minam tudo e todos criando redes de suspeição marginais que corroem a força motriz da essência do devir político.

A democracia nascida política e não económica só estará defendida se nos pautarmos pelos valores que a sustenta. Por isso os seus defensores têm que ter consciência de que, se muitas vezes, o essencial está no acontecimento em si mesmo, muitas outras, e, infelizmente num número cada vez maior de situações, está no significado que lhe é atribuído, nas distorções que lhe são introduzidas e no desvio para o acessório, o marginal, numa trama sem fim.

Veja-se o sistemático ataque às instituições democráticas e aos seus intervenientes, muitas das vezes cientificamente misturadas com a legítima crítica e fiscalização dessas mesmas instituições.

A defesa da democracia e dos seus valores não diz respeito somente às suas perdas reais mas também às perdas simbólicas e crenças previamente sustentadas.

A desumanização, a degradação e a violência estão hoje cada vez mais a coabitar com os verdadeiros valores democráticos e pior ainda, em alguns casos são justificadas e utilizadas como instrumentos de recuperação dos referidos valores.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A Sra. Deputada pode enquadrar essa intervenção também na ética!

A Oradora: Veja-se o que se passa nos teatros de guerra actuais, onde o Iraque se inclui.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Abril fez-se para que as nossas primaveras pudessem ser uma manifestação simbiótica entre a natureza irrompendo em vida multicolor, após um Inverno silencioso, frio e cinzento e a natureza humana renascida em tons ideológico no que respeita as suas crenças, honra e dignidade, sustentadas num regime democrático.

Só assim, e tal como o indivíduo que se estrutura ideologicamente é o que se encontra melhor defendido das ameaças inerentes a própria condição de se viver, a nossa democracia estrutura-se e se desenvolve na ultrapassagem das suas limitações através da consolidação ideológica dos seus valores.

Extrapolando os dizeres da Declaração de Berlim de 25 de Março...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Faça referência à ética, Sra. Deputada!

A Oradora: ... deste ano, só em conjunto poderemos preservar para o futuro o nosso ideal europeu de sociedade a bem de todas as cidadãs e cidadãos da UE, onde se conjugam sucesso económico e responsabilidade social, só em conjunto, ou seja, com a força da coesão, de grupo, de corpo ideologicamente democrático podemos preservar Abril como o Dia Nacional da Liberdade.

Liberdade que não se coaduna com uma qualquer promoção do velho ditador do Estado Novo, nem com o incitamento à xenofobia e ao racismo, pelo contrário, Liberdade resgatadora do obscurantismo e criadora de pessoas livres, conscientes, responsáveis e solidárias – verdadeira e única força motriz de uma sociedade Livre, Plural, Democrática e Solidária.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Maria José Duarte.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A toxicodependência é uma doença que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, é definida como «um conjunto de fenómenos fisiológicos, comportamentais e cognitivos, no qual o uso de uma substância ou uma classe de substâncias alcança uma prioridade muito maior para um determinado indivíduo que outros comportamentos que antes tinham maior valor. Uma característica descritiva central da síndrome de dependência é o desejo (frequentemente forte, algumas vezes irresistível) de consumir drogas....».

Não podemos dizer que existe uma única razão que leve ao consumo de drogas, mas sim vários factores que podem influenciar o seu consumo. Estes factores podem ser individuais, familiares, sociais, ambientais ou inerentes a cada substância. A curiosidade, a pressão do grupo, a disponibilidade da droga e o gosto pelo risco são as principais causas que, frequentemente levam as pessoas a experimentar a droga. A fuga a determinados problemas afectivos, de ordem pessoal ou familiar é também, uma razão comum para o consumo, tanto nos jovens como nos adultos. De um modo

geral as pessoas que se drogam revelam uma baixa auto-estima, sentem pouca confiança e segurança e não sabem dizer «não» ao consumo.

As drogas dividem-se em drogas ilícitas e lícitas. As drogas ilícitas mais consumidas pelos portugueses são a cannabis, o haxixe, a heroína, a cocaína e o ecstasy, enquanto que as drogas lícitas mais consumidas são o álcool, as benzodiazefinas e a nicotina.

Há vários tipos de consumidores, o ocasional, que consome esporadicamente, geralmente em encontros sociais; o que abusa de substâncias e que corre o risco de rapidamente se tornar dependente e o dependente, que é aquele que consome para não sentir o síndrome da privação.

É sabido que os adolescentes hoje enveredam cada vez mais cedo pelos caminhos das drogas, contudo existem casos de dependentes que iniciaram o consumo após terem feito 30 anos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se o consumo das denominadas drogas lícitas é preocupante, muito mais preocupante será, certamente o de drogas ilícitas.

Nos Açores, infelizmente, o consumo de drogas ilícitas abrange milhares de açorianos e afecta, em consequência, as suas famílias.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

A Oradora: A droga não escolhe idade, sexo, famílias ricas ou pobres, nem ideologias ou crenças religiosas, em contrapartida, deixa atrás de si um rasto de dependência física e psicológica, de doença, de infelicidade, de absentismo ao trabalho, à escola, de pobreza económica e de morte.

Os Açores é das regiões do País onde se consome mais drogas. Segundo Alberto Peixoto, em termos absolutos, nos Açores, de um total de 241.762 pessoas, 26.110 já consumiram substâncias ilícitas, pelo menos uma vez, o que corresponde 10,8% da população, enquanto que a média nacional é de 7,8%. Consumos que não só estão a aumentar, como também, são cada vez mais precoces. Consumos que não ficam somente pelos centros urbanos mas que também estendem-se a meios rurais, cada vez mais com maior implantação. Estamos conscientes de que o seu combate não é fácil. Estamos também conscientes de que precisamos de uma verdadeira política e de acções concretas neste combate.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Certamente que é a prevenção, a prevenção primária a melhor aposta para evitar que o problema se alastre, devendo ser assumida como uma responsabilidade do conjunto da sociedade, da família, dos poderes públicos, das associações privadas, da comunidade escolar, das empresas e dos meios de comunicação numa partilha de competências. De facto, a prevenção dos consumos de drogas não pode ser isolada de um conjunto de áreas de intervenção do âmbito da promoção da saúde e do desenvolvimento social e comunitário.

É imprescindível conhecer a realidade do meio para perceber as causas ou os factores que possam levar ao uso e abuso de drogas e a outros comportamentos de risco.

É imprescindível definir objectivos concretos e se possível mensuráveis para alterar a situação.

É imprescindível contar com todos os recursos locais para levar a cabo as actividades programadas.

É imprescindível a realização de intervenções coerentes e sustentáveis no tempo.

É imprescindível a implementação de projectos adequados aos diferentes contextos da realidade regional.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: É imprescindível o desenvolvimento e aquisição de competências pessoais e sociais junto das populações a atingir, principalmente crianças e jovens.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Será que o que acabei de referir como sendo imprescindível para uma consciente e eficaz prevenção das toxicodependências tem sido concretizado aqui na nossa Região? Não, não tem sido. Todos nós sabemos que assim é. O Governo Regional o que tem feito é uma autêntica prevenção «do faz do conta», é como se estivesse a construir uma casa sem alicerces.

Ora vejamos:

Como é que podemos conhecer a verdadeira realidade do fenómeno das toxicodependências nos Açores se não existe um Observatório Regional das Toxicodependências?

Como é que as medidas mais adequadas e concretas para a resolução do problema das toxicodependências podem ser tomadas se não se tem conhecimento da verdadeira realidade daquele flagelo na Região?

Como é que são realizados programas e campanhas de prevenção onde são gastos milhares e milhares de euros do erário público, sem se saber e conhecer a verdadeira realidade e dimensão daquele fenómeno?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Reconhecemos que é irrealista pensar-se que mesmo os melhores programas de prevenção sejam capazes de controlar na sua globalidade um problema social tão complexo como é o do abuso de drogas, mas, por outro lado, não tenhamos dúvidas de que é realista pensar-se e dizer-se que o Governo Regional pouco ou nada tem feito de consequente e válido para combater o problema das drogas, das toxicodependências nos Açores.

A verdade é que não há uma estratégia integrada e sistemática nos Açores para combater as toxicodependências.

Tudo se encontra de forma desligada e desintegrada. Não encontramos nenhum conjunto de medidas de natureza heterogénea, mas articuladas e compatibilizadas entre si, no que concerne ao combate à droga e às toxicodependências.

Todos nós temos consciência de que a prevenção primária no meio escolar e familiar é fundamental para a consciencialização do consumo de drogas nos Açores.

Todos nós temos consciência de que a prevenção nasce na família e na escola, através do diálogo e na divulgação de informação adequada.

Todos nós temos consciência de que parte dos problemas que podem levar à toxicodependência, relacionam-se com conflitos familiares. Deste modo, torna-se urgente e fundamental promover uma política de prevenção relativamente à família. Uma política que seja dinâmica, inovadora e sistemática.

Sras. e Srs. Deputados, o Inquérito Nacional em Meio Escolar relativamente ao consumo de substâncias psicoactivas ilícitas pelos alunos do 3.º ciclo e do secundário do ensino público em Portugal, realizado pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT), em Novembro de 2001 (por mais incrível que pareça não

existem dados mais recentes relativamente aos Açores), refere que os Açores é a Região do País não só com maior percentagem de alunos que consomem habitualmente drogas, mas também, é a região do País com maior percentagem de alunos que já experimentaram drogas, não só cannabis, mas também outras drogas, como por exemplo a heroína e a cocaína.

E agora perguntamos: perante esses dados preocupantes que medidas concretas, consistentes e eficazes o Governo Regional tomou ou tem tomado para combater o consumo de drogas em meio escolar, ao longo destes 6 anos? Nenhunas.

A verdade é que o Governo Regional, pura e simplesmente, continuou e continua a «assobiar para o lado».

A verdade é que o Governo Regional pura e simplesmente, nada fez e nada faz de concreto e eficaz para combater o problema das toxicodependências em meios escolar.

Sras. e Srs. Deputados, os resultados estão à mostra é só abriremos os jornais para lermos: *Portões fechados para evitar entrada de droga*, isto relativamente à Escola Secundária Antero Quental (Expresso das Nove, 16 de Março de 2007) ou então *Venda e consumo a olho nu nas Laranjeiras* (Expresso das Nove, 16 de Março 2007) ou ainda *32% dos alunos das escolas secundárias consomem drogas* (Correio dos Açores, 7 de Março 2007).

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, é isto que querem para os nossos filhos? É isto que querem para os vossos filhos?

Todos nós sabemos que o Governo Regional tem promovido uma série de campanhas e acções preventivas das toxicodependências junto das nossas escolas.

Mas também sabemos que são acções avulsas, sem continuidade, que dependem da vontade, ou melhor da boa vontade dos conselhos executivos e dos professores de cada uma das nossas escolas, não abrangendo deste modo, o total das escolas dos Açores. E quando falamos no total das escolas dos Açores queremos dizer **todas** as escolas, todos os anos e todas as turmas do pré-escolar, do 1.º, do 2.º e do 3.º ciclo, todas as escolas, todos os anos e turmas do secundário, mas também, todas as escolas e cursos profissionais das nove ilhas dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais e Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência:

Gostaríamos de perguntar a Vs. Exas. se não seria mais coerente e mais profícuo, se em vez da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais **convidar** as escolas da Região a aderirem a esta ou àquela campanha ou acção preventiva, essas acções passassem a fazer, **obrigatoriamente**, parte dos conteúdos dos programas curriculares das nossas escolas?

Não tenhamos dúvidas de que as campanhas e acções preventivas junto das nossas escolas só poderão surtir efeito se forem efectuadas de forma continuada, consistente e sistemática, e não como têm sido concretizadas, de forma esporádica e dependentes, como já referimos, da boa vontade dos conselhos executivos e professores das nossas escolas. Além disso, devem ser encontrados novos meios de informação acessíveis aos pais, de formação dos educadores e professores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No que respeita à prevenção primária, é fundamental, que esta seja cada vez mais dinamizada no meio escolar. É aí, na escola que grande parte dos nossos jovens têm o primeiro contacto com o sub mundo das drogas. Deste modo, e como já referimos, só a presença de acções preventivas continuadas e sistemáticas em todas as nossas escolas, a partir e sobretudo do ensino básico, poderão valorizar perfis e atitudes de autonomia em relação ao consumo de drogas. Podem fazer com que os nossos jovens, com mais propensão para aquele tipo de consumo, consigam e saibam dizer NÃO à droga.

Não tenhamos dúvidas de que a prevenção primária no meio escolar é fundamental para a consciencialização da problemática do consumo das toxicodependências nos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de finalizar esta intervenção, gostaríamos de realçar o seguinte: aquando da discussão do Plano e Orçamento para 2007, na sequência de uma questão por nós levantada sobre para quando a implementação do anunciado, mas nunca

concretizado, «Plano Integrado de Promoção da Saúde na Prevenção de Comportamentos de Risco», o Senhor Secretário Regional dos Assuntos Sociais respondeu o seguinte: «...esse é um plano que está integrado no próprio programa de maus usos e abusos dos processos psico-activos da droga. Também está directamente relacionado com a abertura de 4 espaços que nós idealizamos para Ponta Delgada, Angra, Horta e Rabo de Peixe, para dar apoio directo e implementar este plano, como também a articulação com o chamado Observatório das Toxicodependências e também o Centro de Recursos.

Isto é para se fazer, só que queremos juntar neste processo o problema da Sida e, portanto, rentabilizar os mesmos espaços para, em conjunto, tratarmos estes problemas nos mesmos espaços, embora com técnicos diferentes, mas apoiar directamente estas questões.

Por isso, como sabe, foi aprovada recentemente a resolução que alterou a estrutura da Comissão Regional de Luta Contra a Sida, por razões estratégicas e também por razões daquilo que há a nível nacional.

Portanto, gostaríamos e vamos fazer todos os esforços para dinamizarmos estas estruturas e a partir daí criar, de facto, raiz.

Também gostaríamos de alargar à cidade da Horta essa possibilidade para termos, de facto, 5 pólos em que possamos dinamizar este plano».

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje, passados 5 meses, a implementação do «Plano Integrado de Promoção da Saúde na Prevenção de Comportamentos de Risco» continua a ser uma ilusão.

Os açorianos gostariam de acreditar na palavra do Governo Regional.

Porque as famílias açorianas sentem na pele, no dia a dia, as dores causadas pela toxicodependência.

Porque as famílias açorianas querem ver os seus filhos a trilharem caminhos que não os da droga.

As famílias açorianas gostariam de ter uma certeza, uma data, um objectivo concretizado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, para quando, afinal, a implementação do «Plano Integrado de Promoção da Saúde na Prevenção de Comportamentos de Risco»?

Iremos terminar a nossa intervenção com uma frase da autoria de Martin Luther King, Jr. «Nossas vidas começam a terminar no dia em que permanecemos em silêncio sobre as coisas que importam».

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigada Sra. Deputada. Informo que o PSD esgotou o seu tempo. Para o debate estão inscritos o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência, o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, a Sra. Deputada Piedade Lalande e os Srs. Deputados Nuno Tomé e Osório Silva.

Dentro deste condicionalismo, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

(*) Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Embora com o respeito devido pelo esgotamento do tempo, a intervenção que foi feita suscita-me os seguintes esclarecimentos:

A primeira questão tem a ver com o enquadramento dessa campanha e das campanhas que têm sido feitas no âmbito das escolas. Ela não existe porque há boa vontade deste ou daquele. É verdade que há boa vontade e grande empenho, mas as escolas cumprem determinadas orientações, determinados programas e a autonomia das escolas, que aliás está balizada por um diploma aprovado nesta casa, tem limites muito claros, graus de intervenção muito claros e cada um faz aquilo que é da sua competência. As escolas têm obrigação e estão a cumprir uma obrigação nessa área.

Gostava de lhe dizer que o tema que trouxe também preocupa todo o Governo Regional e todo o sistema educativo, mas é um problema que não se reduz ao meio escolar...

Deputada Maria José Duarte (PSD): Mas é principalmente no meio escolar que se pode conseguir alguma coisa no que concerne à prevenção das toxicodependências!

O Orador: ... e que não pode ser para aqui trazido com um inquérito feito por esta ou por aquela turma, que aliás, com todo o respeito pelos inquéritos, merece a maior das reservas, porque há questões de natureza científica e metodológica que precisam de ser esclarecidas.

Não é por eu encontrar uma pessoa e lhe fazer uma pergunta, que isso significa que se a pessoa responder Sim ou Não isso quer dizer que 100% é sim ou 100% é não. Há questões que têm a ver com metodologias.

Portanto, não se pode de maneira nenhuma afirmar que a percentagem dos jovens que têm contacto com dependências é 30 e tantos por cento, porque isso não é verdade, não há nenhuma base científica que permita afirmar isso.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Desde 2001 que não há qualquer tipo de bases científicas!

O Orador: Há um inquérito feito com o Governo Regional...

Deputada Maria José Duarte (PSD): Onde é que está esse inquérito? Nós gostaríamos de ter acesso!

O Orador: ... e com uma entidade credível nesta matéria, há alguns anos atrás, que aponta valores diferentes desses, que continuam a ser preocupantes. Não são os valores que gostaríamos de ter, mas têm outro fundamento e outra solidez.

Quanto às medidas que estão a ser tomadas, elas estão a ser feitas como devem ser. Estamos a cumprir um plano que tem produzido os resultados que nessa matéria, infelizmente, ficam sempre aquém daquilo que gostaríamos, nos Açores ou em qualquer outro lugar.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Quantos anos é que mais irão levar?

O Orador: Gostaria de terminar lembrando-lhe uma coisa: esta temática não pode ser circunscrita ao meio escolar. É uma questão da sociedade e das famílias.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Eu também falei nas famílias!

O Orador: É preciso não esquecer que as escolas funcionam 180 dias por ano, funcionam num determinado período e, com certeza, quando um jovem chega a casa às 5 da manhã, não veio da escola. É preciso não esquecer que esse problema

percorre um conjunto de comportamentos e um conjunto de meios que não está restrito às escolas.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Eu falei nas famílias, nas instituições públicas... Não falei somente nas escolas! O Sr. Secretário estava certamente desatento. Só pode!

O Orador: As escolas, felizmente para nós, continuam a ser dos lugares mais seguros onde podemos ter os nossos filhos.

Deputada Maria José Duarte (PSD): O Sr. Secretário sabe muito bem que a droga está dentro das nossas escolas! As nossas escolas não são locais seguros. Eu tenho filhos na escola e sei muito bem o que se passa lá !

O Orador: E os nossos filhos, incluindo os meus, passam por muitos outros lugares. Muito obrigado.

(O Sr. Presidente voltou a ocupar o seu lugar na mesa)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão aqui trazida pela Sra. Deputada Maria José, gostaria de dizer que, contrariamente ao que afirmou (“passados 5 meses, nada está feito”), penso que há alguma falta de precisão nesse sentido. O que posso dizer é que efectivamente faltam 8 meses para nós concluirmos o nosso projecto e o nosso programa que está implementado em toda a Região, desde Santa Maria ao Corvo.

As acções são múltiplas. Dirigidas desde aos pais, aos educadores escolares...

Deputada Maria José Duarte (PSD): Quantos pais e educadores escolares participam nessas acções?

O Orador: ... aos profissionais de saúde, aos vários técnicos, desde o envolvimento que fazemos em toda a comunidade para informar, formar e educar, isto é feito em colaboração com várias instituições que estão vocacionadas para esta finalidade.

Nós iremos cumprir aquilo que anunciamos e, por isso, terá as conclusões da implementação do nosso programa.

Tal como disse o Sr. Secretário da Educação, nós não convidamos escolas, estimulamos escolas a participarem nos nossos projectos, nos nossos programas.

Como também já tive oportunidade de dizer neste plenário, numa dessas acções (por exemplo, na Escola das Laranjeiras) em que desafiámos os pais e encarregados de educação para acções dirigidas nesta matéria da prevenção, tivemos a presença de dois encarregados de educação, ao passo que noutras escolas tivemos outro número de pais e encarregados de educação.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Se calhar 4!

O Orador: O que é preciso também dizer é que temos a preocupação de dar formação aos diversos níveis para, cada vez mais, estarmos todos...

Deputada Maria José Duarte (PSD): Mas nada é integrado. São acções avulsas!

O Orador: Isto é integrado. É numa rede integrada, Sra. Deputada, com as instituições e associações que têm competência, que têm técnicos sensibilizados para este processo, que se deslocam para receber informação a nível nacional, que vêm para a Região e dinamizam essa formação e replicam em todas as acções, em todas as áreas que são transversais.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Mas estão dependentes da boa vontade dos conselhos executivos!

O Orador: Não temos influência nas escolas. Temos que solicitar às escolas que participem neste processo.

Portanto, estão integrados. Como disse o Sr. Secretário da Educação, os Conselhos Executivos têm a sua autonomia e nós o que temos a fazer é dinamizar os Conselhos Executivos para que os próprios professores e os próprios alunos se envolvam neste processo.

Fizemos, ao longo dos anos, N acções de formação nas escolas. Damos apoio às escolas e aos Conselhos Executivos que pedem o nosso apoio. Continuamos no nosso programa.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Este ano o Governo ainda não promoveu uma única formação nas nossas escolas. Nem sequer propôs!

O Orador: Concluiremos o nosso projecto e o nosso programa dentro dos prazos que nós anunciámos, porque temos os estudos, conhecemos a situação. Termina,

perguntando à Sra. Deputada que outras acções, ou quais as acções concretas que propõe para nós intervirmos nesta situação?

Deputada Maria José Duarte (PSD): Eu não sou membro do Governo!

O senhor é que tem de propor.

Eu é que vou dizer ao Governo o que tem de fazer? Não faltava mais nada!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para começar acho que a Deputada Maria José Duarte devia ter coordenado melhor o tempo com o Deputado Costa Pereira, porque terminou...

Deputada Maria José Duarte (PSD): Não é certamente a senhora que virá dizer como o Grupo Parlamentar do PSD deverá proceder.

É preciso ter descaramento. Haja paciência!

Deputado Hernâni Jorge (PS): É uma opinião!

A Oradora: Não há hipótese.

Vou só citar uma frase que diz:

“As famílias açorianas não querem ver os seus filhos a trilharem caminhos pela droga”.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Não é uma questão de droga. Não é pela droga!

A Oradora: Eu estou pondo um **não** aí.

A Sra. Deputada, ao longo da sua intervenção, referiu que o governo é responsável por esta desgraça, por esta tragédia.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Eu não disse que o Governo era o responsável. O que eu disse foi que o Governo não toma as medidas adequadas para tentar resolver o problema, ou pelo menos minimizá-lo. É bem diferente!

A Oradora: Sra. Deputada, não se enerve. Eu sei que não tem tempo, mas também não abuse.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Eu não estou enervada. Eu estou a contrapor aquilo que a Sra. Deputada diz. Ou melhor, estou corrigindo!

A Oradora: Realmente a senhora não precisa de tempo disponível. Usa o tempo de qualquer maneira.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Eu não tenho tempo. Então o que queria? Que eu ficasse calada?

A Oradora: Eu já sei que não tem. Mas já agora deixe-me usar o meu, porque eu tenho.

A Sra. Deputada falou que era necessário um observatório das toxicodependências. Eu convidada a Sra. Deputada a analisar os estudos produzidos pelo Observatório Social da Câmara Municipal de Ponta Delgada, que realmente tem muito produção, e é um observatório de referência.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Sra. Deputada, nós não estamos aqui numa reunião da Assembleia Municipal da Câmara de Ponta Delgada! Estamos numa reunião plenária! E aqui não nos compete avaliar o que a Câmara faz ou deixa de fazer!

A Oradora: Sr. Presidente, desculpe, mas isto já não é aparte. Isto é diálogo. Ou temos tempo disponível ou não temos.

Presidente: Eu percebo que a Sra. Deputada não tem tempo.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Tenho. Tenho os apartes!

A Oradora: Chamar a isso apartes é obra!

Presidente: Eu percebo a sua necessidade de aproveitar os apartes mas eles têm que ser com *grano salis*. Não podem ser permanentemente, tipo intervenção. Deixe prosseguir a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

A Oradora: Vou tentar sintetizar.

Primeiro aspecto: responsabilidade na questão da prevenção da toxicodependência. Foi, de uma forma clara, endossada, vamos assim dizer, às entidades governativas, dizendo que as famílias com isso estariam a ver os seus filhos a trilharem caminhos que não eram os mais desejáveis.

Por outro lado, foi o apelar à criação do Observatório das Toxicodependências, e, só por uma questão de comparação, ...

Deputada Maria José Duarte (PSD): Está prometido desde 2005!

A Oradora: Sra. Deputada, acho que o Sr. Presidente já lhe chamou a atenção o suficiente.

Só por uma questão de tentar ver qual é o papel desta figura de observatório, eu convidava a senhora a analisar os estudos produzidos pelo Observatório Social da Câmara Municipal.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Outra vez a Câmara Municipal?!

A Oradora: Em relação à boa vontade dos Conselhos Executivos, realmente não me parece que seja uma boa vontade. Mesmo que sejam convidados a fazer alguma coisa é um dever de cidadania as escolas participarem neste programa, nesta dimensão importante da prevenção das toxicodependências e a questão do controlo das entradas parece-me que não é só para evitar que a droga entre nas escolas, mas é, infelizmente, para evitar que muitos dos jovens saiam das escolas sem a devida autorização, num desrespeito completo pelas regras de funcionamento da instituição educativa.

Aí é que entra um aspecto que me parece importante. Falou das famílias. Mas a família tem aqui um papel fundamental no domínio da prevenção das toxicodependências.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Eu também referi isso!

A Oradora: Há uma coisa que não referiu, é que infelizmente é na família que se começa muitas vezes a beber precocemente.

Presidente: Sra. Deputada, terminou o seu tempo.

A Oradora: Já termino.

As famílias facilmente fazem entrar as crianças no consumo do álcool.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Não confunda, Sra. Deputada. Eu falei na droga e não no alcoolismo. O alcoolismo fica para a próxima vez!

A Oradora: Não. Infelizmente, o que está provado é que o adolescente que entra pelo álcool e pelo tabaco mais facilmente entre nas drogas ditas ilícitas.

Portanto, se as famílias querem prevenir drogas ilícitas comecem por prevenir o consumo de drogas lícitas. Isso é uma realidade. As famílias facilitam o consumo de álcool e de tabaco e depois ficam muito admiradas quando os seus adolescentes entram...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso não tem relação directa.

A Oradora: Infelizmente tem.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Onde é que estudou isso?

Deputada Nélia Amaral (PSD): É mais directa do que se pensa!

Presidente: Srs. Deputados, tenho que informar V. Exas. de que o tempo esgotou completamente. Portanto, nem com apartes, nem sem apartes, temos que interromper os nossos trabalhos.

Vamos regressar às 15 horas. Bom almoço.

Eram 12 horas e 45 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.

Vamos recomeçar os nossos trabalhos. De acordo com o que ficou acordado, vamos iniciar com a **sessão de perguntas ao Governo Regional, com resposta oral, nos termos do artigo 180º do Regimento.**

Eram 15 horas e 20 minutos.

O tempo global para estas perguntas é de 3 horas, foi fixado na conferência, e processa-se da seguinte forma:

Há uma pergunta ao Governo do partido interrogante, que é o PSD. O Deputado interrogante formula a pergunta por tempo de 3 minutos. Depois o Governo responde e dispõe de 5 minutos para o fazer. Em seguida há uma réplica, o partido interrogante volta a perguntar, se o quiser fazer e tem 3 minutos, e o Governo, se quiser, responde e também tem 3 minutos. Feito isto, os outros grupos parlamentares, neste caso o PS, pode fazer uma pergunta, se quiser, ao Governo e também dispõe de 3 minutos e se o governo quiser responder tem novamente 3 minutos.

Portanto, não há que enganar. Com este entendimento, que é um entendimento regimental, e com uma exigência da mesa de cumprimento escrupuloso destes minutos, vamos dar início a esta sessão. Desculpem estar com todo este formalismo,

mas é para ver se estas coisas correm bem, porque estas são as regras e vamos ver se as cumprimos.

Tem a palavra o PSD para formular a primeira pergunta.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como esta é a primeira pergunta, tentando não fugir às directrizes do Sr. Presidente, gostaria de fazer um pequeno enquadramento do que motiva esta sessão de perguntas. Desde logo, uma razão institucional e política, que tem base constitucional, estatutária e até regimental, e que decorre da circunstância de ser uma responsabilidade e competência do Governo responder perante a Assembleia.

A Assembleia tem competências, mas também tem uma responsabilidade de fiscalizar a acção governativa, exactamente porque é uma obrigação do Governo responder politicamente perante a Assembleia. O Governo quando responde politicamente perante a Assembleia, quando por exemplo fornece um parecer ou o que quer que seja, não é um favor, não é uma benesse, é apenas e só um dever e uma responsabilidade do Governo perante o Parlamento.

De resto, não é possível exercer-se eficazmente estas responsabilidades, a oposição e o Governo, neste debate parlamentar, se alguma das partes não exercer essas funções, isto é, se quem fiscaliza não quiser fiscalizar, ou se aquele que é fiscalizado não se deixar fiscalizar. É esta a primeira razão, uma razão de índole institucional, política e com base constitucional, estatutária e regimental.

Por outro lado, a segunda razão, é que no exercício destas competências, destas atribuições, o Grupo Parlamentar do PSD, em Novembro último, solicitou uma série de esclarecimentos ao Governo Regional. Fez vários requerimentos nos termos regimentais, levaram cerca de 4 meses a responder, mas o que é certo é que na perspectiva do PSD esses requerimentos não foram efectivamente respondidos. Eram feitas perguntas claras, precisas, rigorosas, e essas perguntas não mereceram uma resposta precisa, clara e rigorosa.

Devo dizer, por exemplo, que nalguns casos a resposta do Governo limitava-se a remeter para a lei, a remeter para um site na internet, ou (imagine-se!), a dizer que não é preciso responder ao Parlamento porque “há outras instituições independentes

com competência para tal”. Isto é, o Governo não responde ao Parlamento porque acha que essa “vistoria” – foi o termo utilizado – era feita por outras instituições independentes com competência para tal, como se a competência política de fiscalizar o Governo não fosse exactamente do Parlamento.

O Governo não respondeu às perguntas e, apenas e só, porque o Governo Regional não quis responder efectivamente às questões que o Grupo Parlamentar do PSD colocou, é que o PSD traz estas questões sob esta figura regimental de perguntas orais. O Governo dificultou o exercício da função e da competência de fiscalização do Parlamento.

A terceira razão prende-se com a matéria das questões.

Presidente: Sr. Deputado,...

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente, colocando a pergunta. Esta é a primeira pergunta, daí o enquadramento.

Temos assistido ultimamente a uma sucessão de aumentos, nomeações que tem de algum modo posto em causa aquilo que era a promessa do Partido Socialista em 1996 de diminuir a super-estrutura partidária.

Por isso mesmo, com estes 3 fundamentos, passo à questão que, de resto, já foi distribuída ao Governo Regional:

O PSD solicita que seja discriminado, por gabinete de membro do governo, as respectivas remunerações dos seguintes colaboradores:

- Assessores;
- Assessores técnicos,
- Assessores de imprensa;
- Consultores permanentes, eventuais, e outro pessoal com funções semelhantes de apoio.

A esta pergunta tão clara, tão precisa e tão objectiva, o Governo limitou-se a responder:

“A composição orgânica e regime dos gabinetes são constantes no Decreto Regulamentar Regional nº 18/99/A, e as nomeações estão no Jornal Oficial e no site ...”

Obviamente que não é resposta para a pergunta que foi feita, designadamente pela precisão com que foi feita a pergunta. É isso que solicitamos neste momento, que o Governo Regional aproveite esta oportunidade para, de facto, esclarecer o Parlamento e nessa medida, esclarecer os açorianos, também assim assumindo as suas responsabilidades políticas perante o Parlamento.

São estas as razões da utilização da figura regimental de perguntas orais ao Governo, e esperamos que o Governo, com a postura que suscitamos neste momento, seja digno das responsabilidades que tem e também dignifique este Parlamento apresentando as explicações que solicitamos.

Presidente: Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que o Governo apresenta-se neste Parlamento, mais do que por uma questão de dever, com gosto para esclarecer não só esta câmara, mas todos os açorianos que nos ouvem. Esclarecer, porque se torna necessário refutar o conjunto de insinuações e de inverdades que ao longo destes últimos dias foram surgindo na imprensa regional pela mão do PSD relativamente a esta matéria.

Foram utilizadas expressões que considerámos que, conscientemente, visam criar a confusão nos açorianos em relação a esta matéria de quantas pessoas é que são nomeadas, como é que são nomeadas, quanto é que essas pessoas ganham e é para refutar esta postura que o Governo se apresenta nesta casa.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Se tivessem respondido ao requerimento...!

O Orador: Em primeiro lugar, em gostava de esclarecer a câmara e os açorianos que nos ouvem e que podem colocar esta questão:

- Quando adjuntos é que o Governo pode ter?
- Quantas pessoas é o Governo pode ter a colaborar consigo?
- Quanto é que essas pessoas podem ganhar?
- Isso é algo que o Governo possa livremente decidir? Isso é algo que o Governo possa livremente definir? O senhor vai ganhar 5.000, 2.000, 1.500, 10.000, 15.000.

Este dado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é algo que não é reservado, é público.

A bancada do PSD e qualquer açoriano que queira têm acesso a esses dados, têm acesso no Jornal Oficial, têm acesso no enquadramento legal, porque estas coisas têm regras. Ou seja, o Governo está limitado por regras, legais, a nomear só um certo número de adjuntos ou de assessores, só podem pagar determinada quantia e é importante dizer que qualquer açoriano tem acesso a esses dados.

O primeiro aspecto é que esta postura com que o PSD se apresenta aqui, de que veio descobrir a “pólvora seca”, de que veio desmontar a “teia”, de que veio matar a “aranha cor-de-rosa”, é, pura e simplesmente, oca e vazia de conteúdo.

O Grupo Parlamentar do PSD e qualquer açoriano podem ter acesso não só ao número, não só às remunerações, mas até à pessoa concreta que é nomeada para um determinado cargo no gabinete de um membro do Governo.

Agora, o que é que se passa?

O que se passa é que temos uma oposição preguiçosa!

Deputado Osório Silva (PS): *Muito bem!*

O Orador: O PSD não se quer dar ao trabalho de ir procurar no Jornal Oficial.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): *Muito bem!*

O Orador: Não. O PSD quer transformar o Governo no “assistente administrativo” do principal partido da oposição. Ou seja, o PSD quer que eu, como Secretário da Presidência e que tenho a tutela dos assuntos parlamentares, me ponha de Jornal Oficial em mão, frente a uma fotocopiadora, a tirar fotocópia por fotocópia, para responder àquilo que é público.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Pode pedir a um dos seus assessores!

O Orador: Os senhores têm adjuntos, os senhores têm assessores. Também é público.

Deputado António Marinho (PSD): Até agora não respondeu a nada!

O Orador: Então por que é que não fazem esse trabalho?

Nós temos uma oposição preguiçosa que quer transformar o Governo no seu assistente administrativo. Isto não tem nada a ver com dignidade, isto não tem nada a

ver com responsabilidade política. Isso só tem a ver com querer trabalhar ou não querer trabalhar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vai responder ou não?

Deputado António Marinho (PSD): Não quer mesmo responder!

O Orador: E a oposição não quer trabalhar.

Em relação a esta matéria, as pessoas que podem fazer parte de um gabinete do membro do Governo estão definidas no Decreto Regulamentar Regional 38/A, de 2004, de 11 de Dezembro, e estão definidas no Decreto Regulamentar Regional nº 18/99/A, de 21 de Dezembro.

Isto quer dizer que o Governo, e em concreto os gabinetes dos membros do Governo, podem ter dois adjuntos.

Presidente: Agradecia que concluísse, Sr. Secretário Regional.

O Orador: Eu continuo a seguir, Sr. Presidente.

Deputado António Marinho (PSD): Até agora não respondeu a nada.

O Orador: Respondi!

Deputado António Toste (PS): A resposta é pública!

Deputado António Marinho (PSD): Até agora, zero!

Deputado António Toste (PS): O zero é para si. Guarde-o no bolso!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É profundamente lamentável que perante um conjunto de questões colocadas de forma clara, objectiva, precisa e rigorosa mais uma vez o Governo Regional tenha fugido a esclarecer os açorianos.

Mais uma vez o Governo Regional não quer que os açorianos saibam quantos são os nomeados, os assessores, todos aqueles que dependem da super-estrutura do Governo.

Deputado Lizuarte Machado (PS): É público, Sr. Deputado!

O Orador: E é tão demagógica e tão frágil a sua resposta, Sr. Secretário Regional, que chega ao ponto de querer insinuar, afirmando mesmo, que o PSD queria que o Sr. Secretário Regional tirasse fotocópias.

Sr. Secretário Regional, nós não queremos isso, nem ninguém acredita que quiséssemos isso. O que queremos é que senhor exerça as suas funções com competência e nos diga, de acordo com as suas responsabilidades políticas, quais são aqueles que dependem politicamente do Governo. E o que o Governo Regional não quer é que os açorianos se lembrem, por exemplo, de que em 1996 Carlos César, neste Parlamento, dizia:

Deputado Nuno Amaral (PS): Isso é uma pergunta?!

O Orador: É uma réplica!

“Foi bom do meu ponto de vista, para a Administração Regional, ter-se reduzido o número de secretários regionais.”

Na altura eram 6. Agora são 11.

Se antes foi bom, se calhar agora é mau! E é preciso saber as consequências de ser mau!

O actual Presidente do Governo Regional dos Açores, também dizia:

“Nós já ganhámos nesse ponto de vista, conseguindo até diminuir também direcções regionais.”

Se as aumentaram, é porque perderam!

Mas também dizia o Presidente do Governo Regional dos Açores:

“Fica assim claro que nós estudámos o que queríamos fazer, optámos pela forma que achámos melhor”.

Então agora é pior, porque aumentou, pelo menos em secretários regionais, de 6 para 11 e as consequências de tudo isto ao nível dos assessores, dos adjuntos. É isso que queremos saber e não mais do que isto.

Também dizia o Presidente do Governo Regional dos Açores:

“Tínhamos pensado antes. Pensámos durante e confirmámos depois.”

E agora o que é que dizem, passados 11 anos, deste aumento da máquina, da super-estrutura do Governo Regional, neste caso, apenas e só, em termos de secretários regionais, dos adjuntos, dos assessores, todos aqueles que dependem do gabinete? Só perguntamos isso. Porque perguntámos isso, é isso que queremos saber.

Sr. Secretário Regional, faça um esforço. Não é preciso tirar fotocópias. Diga-nos apenas aquilo que a máquina, que a estrutura, que todos aqueles que são os

colaboradores do Governo Regional conseguiram fazer, se não vamos ter que chegar à triste conclusão que é o Governo Regional e os seus assessores que não trabalham e não dão a informação que devem dar ao Parlamento.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há algo, continuando a responder àquilo que interessa, porém, que é necessário informar esta câmara.

É que se é certo que em relação ao número de adjuntos estes estão fixados em dois, o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, por exemplo, não tem dois adjuntos. Tem um!

O Sr. Secretário Regional da Economia, não tem dois adjuntos. Tem um!

Deputado Francisco Coelho (PS): O PSD tem o dobro!

O Orador: O Sr. Secretário Regional Adjunto do Sr. Vice-Presidente, não tem dois adjuntos. Tem um!

Podem dizer-me: há um artigo na lei que diz que os senhores podem chamar quem quiserem a colaborar nos gabinetes.

É certo! A lei permite isso. Mas sabe o que é que este Governo Regional fez?

Este Governo Regional auto-limitou-se.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quantos são?

O Orador: O Sr. Presidente do Governo definiu que essas pessoas nunca poderiam ser por gabinete em número superior ao número dos adjuntos. Percebe? Ou seja, nós apenas poderemos ter, no máximo, por gabinete, duas pessoas nessa situação, quando a lei permite mais. Isso dá bem conta daquele que é o rigor.

Mais uma vez digo, os números pedidos pelo PSD estão à disposição de quem quer saber.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Então diga!

O Orador: Não, Sr. Deputado, porque eu não sou assistente administrativo dos senhores. Os senhores procurem. Eu tenho os números, mas os senhores têm que procurar.

Deputado António Marinho (PSD): Não quer responder à pergunta!

O Orador: Sr. Presidente, mas que responsabilidade política é essa?

Se o Grupo Parlamentar do PSD dissesse: “os senhores expliquem essa situação, porque não está de acordo com a lei. Como é que os senhores nomearam essa pessoa?”

Mas não. O Grupo Parlamentar do PSD quer transformar esta Assembleia na Secretaria-Geral do PSD: número, quadros, valores, gráfico...

Pelo amor de Deus! Os senhores têm esses dados. E não só os senhores. Qualquer açoriano tem esses dados.

Deputado António Marinho (PSD): Então o senhor diga!

O Orador: Nestas matérias, a postura que nós assumimos é a seguinte:

Essas coisas são definidas por lei, conforme já disse, e fiscalizadas pelo Tribunal de Contas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): A Assembleia não fiscaliza!

O Orador: Fiscaliza. Façam o vosso trabalho!

Deputado Clélio Meneses (PSD): É o que estamos a fazer!

O Orador: Também é preciso que os açorianos saibam que nesta matéria o Tribunal de Contas também fiscaliza e aquilo que nós temos como regra é que se as pessoas são nomeadas para esses lugares é porque efectivamente são necessárias, é porque os membros do Governo entendem que são necessárias dentro desses limites. Isso é assim, Sras. e Srs. Deputados, quer em relação ao Governo Regional dos Açores, quer em relação ao Governo Regional da Madeira, quer em relação aos Governos do Continente.

Por exemplo, o Dr. Costa Neves quando era Ministro da Agricultura nomeou 17 pessoas para o seu gabinete.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso é ridículo!

Deputado António Marinho (PSD): Até já sabe que são 17!

O Orador: Sei, porque fiz o meu trabalho.

Presidente: Sr. Secretário, já terminou o seu tempo.

O Orador: 10 adjuntos!

Sabe qual é a resposta que nós damos a isto?

Sabe qual é a resposta que nós damos à nomeação de 10 pessoas para o Gabinete do Dr. Costa Neves?

Meus senhores, é legal, foi fiscalizado pelo Tribunal de Contas e ele entendeu que precisava dessas pessoas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Estamos a perguntar aos senhores. Fugiu para Lisboa!

O Orador: Foi para vos ajudar!

Deputado António Marinho (PSD): Primeira questão: zero!

Presidente: Terminou o tempo do interrogante e do interpelado.

O Grupo Parlamentar do PS tem agora direito a formular uma pergunta ao Governo Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS associa-se a este debate, aproveitando também a possibilidade de o tornar mais esclarecedor e poder contribuir assim para que este assumira um carácter de maior possibilidade de esclarecimento, embora gostasse, em primeiro lugar, de registar que se trata, no nosso entendimento, de mais uma inovação que o PSD aqui traz, na medida em que transforma um requerimento, sem qualquer alteração, numa figura regimental de perguntas ao Governo, tornando difícil ou impraticável mesmo a resposta objectiva a estas questões, como qualquer pessoa compreenderá.

Por outro lado, e tanto quanto julgo saber, é obviamente, como bem disse o Sr. Secretário, um direito previsto por lei, de que o Sr. Presidente do Governo e os membros do Governo disponham de assessores que os auxiliem no cumprimento das suas funções. Sempre foi assim.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Qual é a pergunta?

Quem está a ser interrogado é o Governo!

A Oradora: Sempre foi assim. Os Srs. Deputados do PSD até já nos elucidaram que conhecem a legislação. Portanto, é natural, e para nós é até desejável que assim seja, que existam essas nomeações, se isso contribuir, como parece que tem contribuído ao

longo da história do PS no Governo, e do PSD também, para auxiliar os Secretários Regionais e o Sr. Presidente do Governo no desempenho natural das suas funções.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): E a pergunta é ...

A Oradora: Como se sabe, os Srs. Secretários não são técnicos. Portanto, auxiliam-se e assessoram-se daqueles que necessitam no desempenho das suas funções. Isto é tão natural que acontece, quer ao nível dos governos, quer ao nível das próprias autarquias. Resta, porém, saber, Srs. Deputados do PSD, se esta preocupação...

Deputado Clélio Meneses (PSD): A pergunta não é para nós!

A Oradora: Isto não é uma pergunta, Sr. Deputado Clélio Meneses. Não se enerve. Vai ser um comentário, quando o senhor me deixar terminar.

Resta saber se essa preocupação é extensiva...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não vale a pena forçar, porque vamos pelo caminho que quisermos!

A Oradora: ... às autarquias, que também elas (os senhores presidentes de câmara) constituem um gabinete em que são assessorados. É este o comentário.

Indo agora mais directamente à pergunta que gostaria de colocar ao Sr. Secretário Regional.

Nós sabemos, pelo intróito que fiz, que esta situação tem historial, tem história. A única pergunta que aqui faz sentido e que não tem necessariamente a ver (e obviamente não pode ter) com aquilo que está publicado, porque isso pode consultar-se (os senhores deputados do PSD tem direito a conhecer aquilo que de facto não é publicado, o que é publicado é público e portanto estamos aqui a falar do óbvio), é se o Sr. Secretário Regional entende que houve evolução nessa matéria, ou seja, no que diz respeito ao crescimento ou não do pessoal que assessora os gabinetes dos membros do Governo Regional?

Muito obrigada.

Deputado Francisco Coelho (PS): *Muito bem!*

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Secretário não é “assistente administrativo” do PS!

Presidente: Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo a esta pergunta que foi colocada pelo Grupo Parlamentar do PS e também respondendo aquelas que foram algumas considerações tecidas pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, aquilo que é possível dizer é que em relação à evolução que esta matéria tem tido ao longo dos Governos da responsabilidade do Partido Socialista, essa evolução é claramente positiva.

Ou seja, o Sr. Deputado Clélio Meneses citou o Sr. Presidente do Governo e aquilo que os números demonstram é que o Sr. Deputado Clélio Meneses não tem razão.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): De 6 para 11!

11 é mais do que 6!

O Orador: Em 1996, entre lugares de direcção, directores regionais, chefias atípicas, chefias intermédias, nós tínhamos 399 lugares.

Em 2007, entre directores regionais, lugares de direcção, chefias atípicas e chefias intermédias, nós temos 271 lugares.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Assessores! Responda à pergunta!

O Orador: Nós temos uma diminuição de 128 lugares, o que quer dizer que o que o Sr. Presidente do Governo disse em 1996 cumpriu!

Muito obrigado.

Deputado Francisco Coelho (*PS*): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): E os assessores?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro para formular a segunda pergunta.

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É regimental que numa sessão de perguntas feita nos termos do artigo 180º, se indique o objecto e as perguntas concretas, apenas e aqui só, formuladas.

O percurso que o Grupo Parlamentar do PSD seguiu foi o de, em vez do objecto, formular em concreto as perguntas que queria ver respondidas pelo Governo. Isto não dá espaço (não foi esse o nosso objectivo) de apanhar de surpresa o Governo Regional nesta sessão de perguntas.

Deputado Francisco Coelho (PS): Nem pensámos isso de vossas senhorias!!!

O Orador: Foi, desde o início, com as perguntas concretas, e não um mero objecto, dito ao Governo o que pretendíamos de resposta. Aliás, numa segunda vez, porque estas mesmas perguntas tinham sido formuladas antes por requerimento escrito. Isso leva-nos a uma conclusão que eu quero registar:

Não tem o Governo Regional desculpa para, exercitando a humildade democrática e o seu dever para com este Parlamento, responder ao que lhe é perguntado, não responder com precisão, com rigor, a todas as questões que lhe são formuladas.

O contrário, pela ausência desta desculpa, é teimosia, não querer responder, é falta de humildade democrática.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Ou o Governo segue um caminho de governo responsável, cumpridor dos seus deveres, de humildade democrática e responde porque não foi surpreendido com as questões em concreto a este Parlamento, ou então segue o outro caminho que é o de não responder ostensivamente à oposição, fazendo birra e querendo desrespeitar o Parlamento e o seu dever de responsabilidade perante o Parlamento.

Estes são os registos, esta é a baliza em que se deve entender e compreender esta sessão de perguntas nos exactos termos em que elas são formuladas.

Contextualizado este pressuposto pergunto, lendo apenas o que já foi dado conhecimento ao Governo:

“Identificação do número de pareceres e estudos encomendados, por assuntos, autores e o respectivo valor de cada um, durante o mandato do IX Governo Regional fora da Administração Regional.” Simples, preciso e conciso.

Deputado Alberto Pereira (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez em relação a essa pergunta eu gostava de referir aquilo que referi anteriormente:

O Governo, segundo as palavras do Sr. Deputado Bolieiro, não tem desculpa para não responder a estas perguntas, nomeadamente à primeira pergunta, colocada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

E que desculpa é que tem uma oposição que recusa a fazer o seu trabalho que é tão simples como ir ler o Jornal Oficial?

Que desculpa é que tem uma oposição que se recusa a fazer o seu trabalho que é tão simples como ler as auditorias do Tribunal de Contas?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isto não é gozo!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isto não é brincadeira!

O Orador: Esta é a arrogância ociosa que o Governo Regional não dará “boleia” ao PSD.

Portanto, em relação a esta matéria e ainda à segunda pergunta, eu gostava também de referir o seguinte:

A contratação de consultores, ou de empresas, ou de pessoas particulares, fruto da sua competência, podem prestar pareceres ao Governo Regional, como foi o caso de ontem. Tem regras definidas na lei. Ou seja, o Governo não pode contratar, por exemplo, pelo valor que quer. Está limitado à lei que regula. Quando quiser comprar, por exemplo, um parecer, tem que seguir determinados procedimentos, tem que seguir determinadas regras. Essas questões são também fiscalizadas pelo Tribunal de Contas.

Para além disso, eu gostava também de dizer que o IX Governo Regional assumiu como sua orientação, e foi definido pelo Sr. Presidente do Governo em 16 de Novembro de 2004, no que diz respeito, por exemplo, a pareceres jurídicos ou contratação de juristas ou de advogados, as seguintes regras (isso consta da orientação do Sr. Presidente do Governo aos membros do Governo Regional):

- “Devem, obrigatoriamente, serem aproveitados os recursos humanos existentes na Administração Pública Regional só se recorrendo à contratação externa ou na área jurídica em último caso.”

Eu posso dizer à câmara que, para além da área jurídica, este é um procedimento que se segue em relação às outras áreas. Depois, o Sr. Presidente do Governo definiu também como orientação que “nos contratos a celebrar com advogados juristas ou jurisconsultos as razões excepcionais para o efeito deverão ser referidas expressamente através de um pedido de autorização ao Presidente do Governo e de comunicação posterior ao Vice-Presidente.”

Deputado António Marinho (PSD): Quantos? Quais? Que valor?

O Orador: Os senhores têm o número. Consta da resposta ao requerimento. São 175 e fundamentam-se principalmente em 3 grupos:

O primeiro grupo de pareceres e de apoio exterior que é pedido:

- casos de representação forense ou de consultadoria jurídica especializada, por exemplo, casos em que a Região está representada em Tribunal e que tem que contratar um advogado para isso,
- casos de pareceres e de estudos que são obrigatórios tê-los;
- casos de pareceres especializados em que se exige a intervenção de equipas multi-sectoriais.

No primeiro caso foram pedidos pareceres jurídicos ao Dr. Álvaro Monjardino, ao Sr. Victor Guerreiro Evaristo, à Sociedade de Advogados Burrin Laton & Paysner ?? **(19.3. cassette 7)**, que é uma Sociedade de Advogados que está a ajudar a Região na questão das 200 milhas, ao Escritório de Advogados do Dr. Sérvulo Correia & Associados, ao Escritório de Advogados da Dra. Maria Flor Lopes, ao Escritório de Advogados do Dr. Vieira de Almeida & Associados, ao Escritório de Advogados do Dr. Sousa Franco, Paz Ferreira & Associados, ao Escritório de Advogados dos Drs. Borges da Ponte, Linhares Dias & Associados e aos Escritórios Dr. Luís Paulo e Dias Pereira.

No caso de pareceres obrigatórios, foram pedidos pareceres, por exemplo:

- para a avaliação ex ante do Programa PROCONVERGÊNCIA foi pedido à Universidade Técnica de Lisboa;
- no caso da projecção arqueológica subaquática para a construção do porto de Vila Franca do Campo e do Porto de São Mateus, foi pedido parecer a uma empresa chamada “Arqueocelis”;

- no caso de pareceres no âmbito de sistemas de incentivos em que é necessário um parecer para averiguar se efectivamente aqueles que são os projectos candidatados estão em condições de serem pagos ou reembolsados consoante o caso, consoante a especialidade de cada um dos projectos;

- no caso de pareceres que exigem equipas de intervenção multi-sectorial especializada, foram pedidos pareceres ao Instituto Superior Técnico, à Universidade dos Açores, à Universidade do Minho, à Universidade Nova de Lisboa e à Universidade Técnica de Lisboa.

Colocada a questão nesses termos, quem faz a pergunta, com ou sem Regimento, sou eu:

Do que é que os senhores duvidam? É da competência dessas entidades?

Deputado António Marinho (PSD): Ninguém duvida! Queremos apenas saber!

O Orador: É da questão do preço? Mas essa questão do preço está definida na lei!

Deputado António Marinho (PSD): Queremos apenas saber!

O Orador: Mas os senhores já sabem! Já conhecem 175 pareceres.

Deputado António Marinho (PSD): Estamos a conhecer agora através de alguns exemplos!

O Orador: Portanto, em relação a esta matéria o que temos aqui mais uma vez é o querer criar um clima de suspeição, um clima de insinuações que o Governo repudia por completo.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro. Tem 3 minutos.

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Obrigado Sr. Presidente. Cumprirei, como aliás cumpri na formulação da pergunta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Primeiro, para devolver à procedência, designadamente ao Sr. Secretário que não tem a tutela, como ele disse, dos Assuntos Parlamentares, nem competência na relação do Governo com o Parlamento (assim é que é e é bom que mantenha esse rigor, porque é mais um exercício de humildade) a acusação de ociosidade. É o seu departamento,

em particular, que se manifestou ocioso, porque à precisa e concisa pergunta que eu aqui formulei, lendo o que já havia sido feito em requerimento, a resposta do seu departamento, essa sim ociosa, foi:

“O IX Governo Regional dos Açores nos termos do Decreto-Lei 197/99, de 8 de Junho, que estabelece o regime de contratação de bens e serviços, encomendou um total de 175 pareceres, estudos e consultadorias para apoio em matérias de interesse para a Região Autónoma dos Açores”. E mais não disse.

Hoje, o Sr. Secretário Regional, contrariando o que primeiro afirmou, acabou por dar-nos outros dados, inclusive, como aliás estão pedidos, identificando os autores e as matérias. Não respondeu, no entanto, aos valores.

Deputado Francisco Coelho (PS): Isso não o entristece!

O Orador: Já chego a si, Sr. Deputado.

O senhor não respondeu aos valores e não disse a verdade. Os valores são contratualizados, não estão definidos na lei.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem! A questão é essa!

O Orador: Era importante saber o volume de despesas que o governo fez nessa matéria.

Esse exercício que eu apelei de humildade e de responsabilidade perante o Parlamento podia tê-lo levado, como aliás o levou, a dizer hoje a este Parlamento a resposta ao requerimento e não devia ter esquecido, como esqueceu, mas mesmo assim foi melhor que a resposta ao requerimento por escrito, o valor em causa destes pareceres.

Por acaso, eu não assisti na sua lista, a pedidos de parecer, designadamente aos escritórios do Dr. Carlos Almeida Farinha e outros.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Mas citei outros!

O Orador: Não ouvi. Já viu pelo o meu trabalho que não sou ocioso, Sr. Secretário.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sabe, por causa da sua excessiva verborreia, apetecia-me citar um velho (como poderei dizer?) “César”: “até quando Catilina abusarás da nossa paciência? Até que pouco vai a tua audácia descontrolada? Será que não vês que todos têm conhecimento da tua conspiração e da tua frustração?”

Foi esta a frustração que o senhor aqui revelou perante o requerimento que teve exactamente os termos que eu aqui li e antes teve uma resposta apenas dizendo 175 pareceres. Hoje, o senhor foi um pouco mais além, mas não foi até ao fim como era seu dever.

Eu aguardo esta resposta com humildade democrática. Por um lado, ouvir a resposta do Governo e, por outro, até prova em contrário, confiar nessa resposta.

Muito obrigado.

Presidente: Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na minha resposta eu exemplifiquei o tipo de entidades, a natureza das entidades a quem o Governo Regional pede pareceres. Agora, é preciso saber o seguinte:

Mas há alguma questão aqui que os senhores coloquem de concreto ou é só a questão da curiosidade intelectual de saber que o governo pediu 175 pareceres?

Além disso, o Governo não respondeu só isso nos requerimentos. O Governo identificou qual o objectivo desses pareceres.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Dê uma resposta concisa e concreta à minha questão!

O Orador: Em relação a esta matéria o Governo está perfeitamente à vontade...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas não duvidamos!

O Orador: ... e com uma questão ainda que acresce: essa matéria é fiscalizada pelo Tribunal de Contas. A questão é exactamente esta, é querer levantar-se a suspeição...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ninguém levantou a suspeição! Que mania da perseguição!

O Orador: ... de que em relação, ou às entidades, ou aos pareceres ou à natureza dos pareceres, ou em relação àquele que é o valor pago, há aqui algum problema. Mas se há algum problema os senhores digam concretamente qual? São muitos pareceres? É isso? Não é!

São as pessoas a quem se recorre? É isso? Não é!

É a questão do enquadramento legal?

O que é que se passa? Digam qual é o problema para nós podermos esclarecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes para colocar a terceira pergunta.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Esta câmara tem assistido a um exercício curioso durante o qual o Governo se esconde entre jogos de palavras e meias verdades.

Para um governo que pela voz do Sr. Secretário Regional da Presidência aqui declarou que tem não só a obrigação e o dever, mas o gosto de prestar esclarecimentos a esta câmara, o que é verdade é que até agora o Governo não prestou nenhum esclarecimento a perguntas claras, cristalinas e transparentes do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Devo dizer-vos, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, que é exactamente a falta de resposta clara, transparente e cristalina do Governo Regional, que tornam suspeitas as matérias sobre as quais as perguntas incidem. O Sr. Secretário Regional da Presidência sabe quantos pareceres, estudos e consultas foram solicitados, a quem foram e quanto custaram?

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Estamos na segunda ou na terceira pergunta?

O Orador: É uma introdução. Vou fazer a pergunta. Esteja descansado, Sr. Secretário Regional da Presidência.

Depois da desculpa da publicação em Jornal Oficial, depois da desculpa da enumeração meramente exemplificativa dos estudos e pareceres que foram pedidos pelo Governo, eu e a bancada do Partido Social Democrata aguardamos com curiosidade para saber qual a desculpa que o Governo tem para não responder à terceira pergunta que vamos formular. A pergunta foi feita em Novembro de 2006. O Governo Regional levou quatro meses para dar uma resposta e a resposta que o Governo Regional deu à pergunta que vou formular a seguir é a resposta que nos remete para a lei e para as condições que a lei fixa para as deslocações oficiais. Muito obrigado, mas essa lei também conhecemos.

O que o PSD queria saber em Novembro e quer saber hoje é o seguinte:

O número, a discriminação, a duração e os respectivos motivos das viagens realizadas para fora da Região durante o presente mandato pelos membros do Governo, membros dos gabinetes dos membros do Governo e altos dirigentes da Administração Regional, aqui se compreendendo os Directores Regionais, Subdirectores Regionais e equiparados?

A pergunta é clara e repete exactamente a pergunta formulada em requerimento pelo Partido Social Democrata em Novembro de 2006.

O PSD aguarda a resposta.

Presidente: Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta pergunta eu gostava de referir que, como em relação às outras, as despesas que são feitas ao abrigo destas questões de deslocações têm o seu enquadramento legal, têm regras para ser feitas, e além disso são fiscalizadas pelo Tribunal de Contas.

Para além daquilo que diz a lei, poder-se-ia pensar “bom, mas então isto quer dizer que é um tal viajar, isto é uma folia”. É esta a ideia e a insinuação que está na pergunta do PSD: o que é que os senhores andam a fazer por aí?

Eu gostava de dizer que a forma como o Governo Regional encara esta matéria, a forma como o Sr. Presidente do Governo determina que o Governo Regional encara esta matéria, está nas orientações para os membros do Governo e para dar conta do cuidado que é colocado nestas questões, por exemplo, estão sempre sujeitas a autorização as deslocações para o estrangeiro, devem ser informadas favoravelmente pelo membro do governo responsável, no caso de funcionários, ou o próprio membro do Governo explicitar qual a razão por que se desloca ao estrangeiro. Ou seja, o próprio Governo auto definiu regras para além daquelas que constam da legislação.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Então deviam envergonhar-se dessas regras!

O Orador: Para além disso há outras questões.

Srs. Deputados, praticamente todas as semanas os membros do Governo viajam inter-ilhas, para Bruxelas, às comunidades e para Lisboa.

Para nós termos uma ideia do que é que está envolvido aqui, nos temos só em Bruxelas, organizações a solicitarem a presença do Governo Regional dos Açores, o Comité das Regiões, duas Comissões do Comité das Regiões (já faz 3), a Rede de Controlo sobre Subsidiariedade (4) a Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa (5), o Buropolitico, a Comissão das Ilhas, a Assembleia das Regiões da Europa, o Congresso dos Poderes Locais e Regionais, a Câmara das Regiões, o Comité Institucional, Grupos de Trabalho das Regiões com Poder Legislativo, o Programa Eurodiceia, a Conferência dos Presidentes das RUP...

Deputado António Marinho (PSD): Quem? Quando? Onde?

O Orador: ... o Comité de Acompanhamento, Feiras de Turismo de divulgação da nossa Região, contactos com as comunidades.

Curiosa pergunta! Curiosa questão de se levantar!

O Dr. Costa Neves está a visitar as comunidades. Se está a correr bem ou se está a correr mal, não sei.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Está a correr muito bem!

O Orador: Então o Governo Regional não tem a obrigação de estar presente nessas questões de Bruxelas?

O que é que os senhores querem?

As deslocações são exactamente por serviço oficial para participar nessas reuniões, para contactos com os membros do Governo da República, para contactos com as nossas comunidades.

Qual é a dúvida?

É curiosidade intelectual?

Muito obrigado.

Deputado António Marinho (PSD): É só querer saber!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez mais o Governo Regional não responde à pergunta formulada pela bancada do Partido Social Democrata, uma pergunta clara, transparente e de fácil resposta.

A pergunta que nós fazemos é esta:

De que é que tem medo o Governo Regional de dizer a este Parlamento quantas deslocações são realizadas, quanto está gasto nessas deslocações, quem viajou e para onde?

O Partido Social Democrata não pensa que os Srs. Membros do Governo Regional, os senhores altos funcionários da Administração Pública viajam, em viagens oficiais, para fins particulares. Nós não pensamos isso! Essas insinuações só podem nascer na cabeça de V. Exa. Sr. Secretário Regional da Presidência.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Neste pressuposto, o desafio está repetido. O Governo Regional responda à pergunta formulada pelo Partido Social Democrata quanto às viagens, pergunta que me dispense de repetir.

A não resposta do Governo Regional é que é suspeitosa e levanta fundadas dúvidas quanto à probidade dessas viagens e à utilização de fins públicos para as mesmas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mas então aqui fica o desafio:

Se o PSD tem alguma suspeição, que diga!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Não tem!

O Orador: O clima é exactamente este. Os senhores têm que compreender aqui uma coisa:

O Governo responde a dizer para onde é que vai e o que é que vai fazer. O que é que os senhores queriam? Voo 1, 2, 3, partida de Lisboa a x horas e chegada a Ponta Delgada x horas? Se o Secretário pagou excesso de peso se não pagou? É disso que precisam?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não precisa tanto!

Deputado António Marinho (PSD): Não brinque com coisas sérias!

O Orador: Pelo amor de Deus!

O Governo também tem o direito de saber isso, ou não tem?

Não tem o direito de saber se por acaso há alguma suspeição?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Não temos!

O Orador: Não têm? Não têm nenhuma?

Então eu acabei de explicar que motivos nos levam a viajar para o exterior ou para o Continente.

Para além disso, gostava de informar a câmara de outra questão que dá conta daquele que é o rigor com que o Governo Regional encara estas questões das deslocações. Por exemplo, por determinação do Sr. Presidente do Governo, os funcionários e agentes da Administração Regional Autónoma, os membros do Governo Regional e o pessoal dos respectivos gabinetes, bem como os directores regionais e os titulares de cargos equiparados, estão impedidos de receber quaisquer regalias decorrentes de deslocações em serviço público, com excepção dos abonos de ajudas de custo e transporte previsto e tipificados na lei.

É vedada conseqüentemente às entidades referidas no número anterior a percepção para utilização particular de créditos acumulados ao abrigo da figura de passageiro frequente ou de outra análoga de companhias de aviação em resultado de deslocações oficiais, cujos encargos sejam suportados pelo orçamento da Região.

É importante que esta câmara e os açorianos que nos ouvem tenham esta ideia do rigor com que o Governo Regional encara estas questões das deslocações ao estrangeiro, o que só acontece em casos de estrita necessidade, mediante a autorização e dentro de todos os condicionalismos que estão previstos pela lei.

Além disso, mais uma vez reafirmo:

É preciso também que a câmara e os açorianos saibam que essas matérias são também fiscalizadas pelo Tribunal de Contas.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E responder às perguntas, Sr. Secretário? Nada!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho para colocar a pergunta nº 4.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sem querer exigir mais do que o simples trabalho de casa que o Governo deveria ter feito, mas que até agora na resposta às três primeiras questões demonstrou não o ter feito...

Deputada Maria José Duarte (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... vamos ver se eu tenho um pouco mais de sorte do que tiveram os meus três companheiros que fizeram as três perguntas anteriores e se consigo obter alguma resposta, se não obtenho o zero que até agora se verificou nas três respostas anteriores. Aliás, acho que o rigor que o Sr. Secretário acabou de invocar, o rigor que reivindicou para o Governo, devia tê-lo utilizado justamente na resposta a estas questões e devia ter sido rigoroso na resposta às três questões anteriores.

Eu tenho uma certa esperança que o Sr. Secretário desta vez vai responder e não vai ficar outra vez na faixa 1 do CD que tem estado a tocar. Vai passar à faixa 2.

Quanto a invocar a suspeição, que o PSD tem suspeição e que visa criar confusão, não visa nada. O PSD quer respostas e quer respostas claras, quer esclarecimentos. Mais nada do que isso! Já o fez através de requerimentos e aquilo que os senhores responderam nos requerimentos não foi zero, foi praticamente zero, no caso concreto desta questão que vou agora repetir, já que o fizemos anteriormente no requerimento apresentado e aí foi o zero absoluto, aí não deram pura e simplesmente resposta a esta questão.

A questão é a seguinte:

- montantes globais das despesas apresentadas a título de representação dos serviços, efectuadas pelos membros do Governo e respectivos membros dos gabinetes, durante o mesmo período com indicação genérica dos eventos que a justificaram.

Não queremos obviamente que nos digam (para que o Sr. Secretário não vá invocar novamente que está tudo na lei) para irmos ao Classificador das Despesas Públicas e que apliquem...

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Está a ver como é que chega lá!

O Orador: Não. Nós estudámos, o senhor é que disse que não estudámos. Nós trabalhamos muito, sabia? Trabalhamos! Com certeza que trabalhamos!

Não queremos obviamente saber as suas despesas de representação como Secretário Regional ou as despesas de representação do Sr. Presidente do Governo. Essas nós conhecemos. São valores que estão definidos por lei.

Queremos é aquelas que, invocando aqui a classificação económica dessa despesa pública, que estão em representação dos serviços. Essa é que nos interessa saber. Queremos saber o valor, sem qualquer suspeição, sem querer instalar qualquer confusão.

Queremos é retirar a confusão. Queremos é o esclarecimento e são “as despesas determinadas por necessidades acidentais de representação dos organismos, com exclusão das despesas de representação pelo exercício de determinados cargos oficiais (essas nós conhecemos), que assumem a natureza de despesas com pessoal. Quando efectuadas no país, trata-se em regra de despesas dos próprios ministérios, serviços ou entidades que os representam em virtude de recepções ou visitas de individualidades nacionais ou estrangeiras.

Podem também ocorrer no estrangeiro por motivo de congresso, feiras e outros certames, as despesas com os funcionários que forem determinados pela representação do serviço aqui tratada, classificar-se-ão nas adequadas rubricas.”

Queremos só saber essas despesas de representação. O que é que os senhores secretários e os membros dos respectivos gabinetes apresentaram nos respectivos serviços a título de despesas de representação. É tão só isso e nada mais. Agradecemos que desta vez nos façam o favorzinho de nos darem pelo menos uma resposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostava de, em primeiro lugar, referir o seguinte:

É óbvio que nós estamos a falar aqui de insinuações lançadas pelo Grupo Parlamentar do PSD, porque se o líder do PSD vai para os jornais falar de uma imensa teia – ainda hoje fala na “aranha cor-de-rosa”! – ...

Deputado António Marinho (*PSD*): Pelo amor de Deus, Sr. Secretário, dê respostas!

O Orador: Vou responder!

... que todas as pessoas dessa teia são nomeadas de forma discricionária e por vezes arbitrária, o que é que isso quer dizer?

Isso quer dizer que está a ser feita uma acusação a este Governo!

Quando questionado para concretizar essa acusação, o PSD não diz nada.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor é que não diz! Esclareça!

O Orador: Em relação à pergunta que foi colocada pelo Sr. Deputado António Marinho, conforme o senhor sabe, e muito bem, porque o citou, tem aí em que matérias é que estas despesas de representação e o que é que estas despesas de representação visam satisfazer.

É importante clarificar perante a câmara e perante os açorianos que estas despesas de representação não se destinam a pagar toda e qualquer coisa.

São questões que envolvem a dignidade dos órgãos, são questões que visam enquadrar determinadas visitas, por exemplo, de Comissários Europeus,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O senhor responda se faz favor!

O Orador: Eu tenho 5 minutos para responder e durante esses 5 minutos eu vou responder àquilo que entender e que é perguntado.

Em relação a esta matéria, essas despesas de representação visam exactamente isso.

Portanto, dentro da Administração Regional essas despesas de representação são, no caso da Região, colocadas, por exemplo, quando há um comissário que visita os Açores – o caso do Comissário Borg, o ano passado – em que é oferecido um jantar ou é oferecido um almoço; também temos o caso de falecimento de entidades – por exemplo, um Juiz do Tribunal Constitucional ou um Juiz do Supremo Tribunal de Justiça –, por questões de delicadeza é importante que os órgãos de Governo próprio mandem uma coroa de flores, por exemplo.

É esse tipo de despesas que aqui está em causa.

Ora, esse tipo de despesa envolve também, quando estão no exterior, almoços de trabalho com membros de gabinete de comissários europeus. No meu caso, a título de exemplo, no ano de 2005 foram apresentados 484 euros e 90 cêntimos de despesas de representação. No ano de 2006, foram apresentados 911 euros e 85 cêntimos de despesas de representação. Essas despesas de representação têm os seus recibos...

Deputado António Marinho (PSD): Apresentados onde e por quem?

O Orador: Foram apresentados por mim à minha secretária, que por acaso é quem trata da questão da contabilidade e de encaminhar os recibos da minha mão para a Contabilidade Pública. É isso que o senhor quer saber?

Deputado António Marinho (PSD): É, é!

O Orador: Quer saber como é que isso foi feito?

Ela levantou-se da sua cadeira, atravessou o corredor da Palácio da Conceição e dirigiu-se à Contabilidade Pública.

Sr. Deputado, santa paciência!

Deputado António Marinho (PSD): Quero saber tudo!

O Orador: No caso do Sr. Secretário Regional da Economia, que tem feiras de turismo, visitas de jornalistas...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está a correr mal!

O Orador: Está a correr mal? Isto está a correr muito bem!

... visitas de entidades que vêm ver a realidade da nossa Região, no ano de 2005, por exemplo, foram apresentados 4.546,62 euros; no ano de 2003, 3.320,85 euros

Se nós tivermos a noção da quantidade de eventos que são feitos na Região, eu gostava de saber, e agora está também na minha obrigação e na minha curiosidade saber, qual é o problema que os Srs. Deputados vêm aqui?

Deputado Clélio Meneses (PSD): O problema é o senhor não responder à pergunta!

O Orador: Há alguma questão que se coloque?

Por exemplo, o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais apresentou 3024,73 cêntimos.

Mas mais do que isso e para não continuar nesse exercício...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Porquê?

O Orador: ... eu gostava de dizer à câmara e aos açorianos que nos ouvem que todas essas despesas são fiscalizadas pelo Tribunal de Contas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós não nos importávamos, depois de 2 ou 3 exemplos que deu, de ficar mais tempo a ouvi-lo com muito gosto. Aliás, se o Sr. Secretário não tivesse perdido tempo no início da resposta, teria passado por todos os membros do Governo e ter-nos-ia dito todos esses valores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Em 96 era mais depressa porque eram só 6. Agora são 11!

O Orador: Portanto, se o Sr. Secretário quiser depois continuar na sua intervenção seguinte, pode completar. Nós ficamos contentes ao saber esses valores.

Agora há aqui uma questão que o senhor não precisa falar nela (já está dita), porque os senhores jornalistas (se é para eles que está a falar!) já o ouviram. Não há aqui nada de suspeição...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não!!! Não!!!

O Orador: ... não queremos entrar aqui em confusão. Queremos saber! Pura e simplesmente diga! Suplique-lhe que diga alguma coisa.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Os senhores não têm suspeição, porque sabem que está correcto, mas querem passar para a opinião pública essa posição!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu direi e reafirmarei sempre, porque é importante e isso é um tipo de matéria com a qual entendo que não se deve brincar.

Deputado António Marinho (PSD): Mas está a brincar!

O Orador: E acho que o Grupo Parlamentar do PSD aproximou-se perigosamente de encarar esta questão como uma brincadeira. Ou é isso ou é inconsciência total!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Só faltava essa!

O Orador: Porque sabe-se que quando se faz perguntas dessas – eu agradecia que se é assim, o senhor reafirmasse em todas as perguntas – há ou não suspeição; se há ou não suspeição de que o Governo, por exemplo, está a gastar demais em despesas correntes, ou em despesas de funcionamento, com esse tipo de coisas.

Mais do que a questão de eu estar aqui a referir o euro e o cêntimo, porque para controlar o euro e o cêntimo há o Tribunal de Contas, gostava de, do ponto de vista

político, se os senhores têm alguma coisa que releve e que tenha alguma relação com esta questão.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Só queremos que o senhor responda.

Já estamos com uma hora e vinte minutos de debate e ainda não tivemos nenhuma resposta!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Parecendo não haver suspeições e pegando no final da intervenção do Sr. Secretário Regional da Presidência, eu gostava que me esclarecesse, falando como falou, e bem, e uma vez que a figura da representação está devida e legalmente enquadrada e se justifica plenamente, aliás com uma questão que antes abordei da composição do gabinete dos membros do Governo, e não havendo dúvidas quanto a essa matéria, se o Governo Regional tem conhecimento de auditorias feitas nesse particular, nessa matéria em específico, do Tribunal de Contas e de eventuais esclarecimentos que isso possa trazer à colação?

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Tribunal de Contas, para além daquelas que são as suas observações e a análise que faz em termos genéricos sobre essas matérias em todas as contas anuais da Região, teve no ano de 2005, uma auditoria específica sobre despesas de representação e gratificações.

Aquilo que posso dizer à câmara é que essa auditoria é útil porque ajuda também o Governo, dentro deste rigor e escrupuloso cumprimento, naquela que é a lei em relação a esse tipo de despesas.

Muito obrigado.

Presidente: Pergunta 5.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Várias eram as possíveis conjecturas que nós fazíamos relativamente ao comportamento do Governo face às nossas perguntas.

Evidentemente que, tal como numa disputa amigável de um qualquer jogo de futebol até a uma liga profissional, é sempre bom nós acautelarmos e pensarmos nas várias hipóteses com que o adversário, neste caso político, poderia responder às nossas questões.

Pensamos em todas, só não pensámos foi na hipótese que hoje estamos aqui a presenciar. É muito, muito, muito triste o que aqui se está a passar. Senão, vejamos:

Desde o início que o Governo Regional se comporta como o “toureiro que foge consecutivamente para trás das tábuas quando o touro não investe, apenas olha”.

Tem medo da sua própria sombra e com a mania da perseguição não consegue responder a uma única questão e, pior do que isso, levanta suspeições sobre a falta de resposta face àquilo que o PSD aqui coloca e questiona.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Eu passo de imediato à pergunta:

Número de viaturas de representação e outras viaturas de serviço afectas aos gabinetes dos membros do Governo, a data e o preço das respectivas aquisições.

Presidente: Sr. Secretário Regional, quer responder a esta pergunta?

(*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Com certeza, Sr. Presidente. É para isso que cá estamos.

Deputado António Marinho (PSD): Até agora não se notou!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta pergunta colocada pelo PSD, o Governo Regional gostaria de, em termos de enquadramento, referir o seguinte:

Existe, desde 1997, na Região, um regulamento de utilização de viaturas da Região Autónoma dos Açores, o qual foi aprovado pela Portaria nº. 41/97, de 19 de Junho. Ou seja, a utilização de viaturas do parque automóvel da Região Autónoma dos Açores, faz-se ao abrigo de regras (quem é que pode ou não andar com essas viaturas, em que circunstância é que essas viaturas devem ou não ser utilizadas).

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): E também diz que devem ter um autocolante. Há muitas que andam por aí sem autocolante!

O Orador: Para além disso, eu gostava de referir à câmara e aos açorianos que nos ouvem que, quer no orçamento de 2004, quer nos orçamentos de 2005 e de 2006, foram aprovadas regras restritivas em termos da aquisição de viaturas para o parque automóvel da Região Autónoma dos Açores.

Por último, a aquisição dessas viaturas faz-se, como em relação a todas as outras despesas, ao abrigo de legislação que regula a aquisição de bens por parte de entidades públicas e são matérias que são fiscalizadas pelo Tribunal de Contas.

Se assim é, vamos então ao seguinte:

Neste momento, em termos de gabinetes de membros do Governo Regional, existem 27 viaturas. Neste número de viaturas está incluído quer viaturas oficiais, quer viaturas que fazem serviço para o gabinete.

Ora, como nós temos uma realidade arquipelágica, se nós confrontarmos este número com o número de entidades que utiliza viaturas, a conclusão a que chegamos é que existem carros que servem mais do que um membro do Governo. Ou seja, há viaturas de gabinetes de membros do Governo que, para além de servir o secretário da tutela, ainda servem outros membros do Governo quando porventura estão em deslocação nessas ilhas.

Para além disso, ainda em relação àquilo que o Governo Regional estabelece para a utilização dessas viaturas, eu gostava de referir que o próprio Governo Regional auto-vinculou-se, auto-limitou-se, definiu para si próprio regras, através da orientação do Sr. Presidente do Governo, como por exemplo, esta que consta da orientação, que já fiz referência anteriormente, que data de Novembro de 2004.

“Em qualquer circunstância devem os responsáveis limitar ao máximo a realização de horas extraordinárias por parte dos funcionários e agentes da Administração Pública Regional, admitindo tal prestação – estamos a falar da utilização de viaturas oficiais – apenas quando as necessidades do serviço imperiosamente o exigirem e procedendo de forma sistemática a um exigente e rigoroso controlo das mesmas”. Esta é a orientação do Sr. Presidente do Governo em relação a esta questão de viaturas oficiais.

Para além disso eu gostava de referir ainda que, em relação à utilização de viaturas oficiais, foi realizada pelo Tribunal de Contas uma auditoria cujas conclusões e recomendações, aferindo exactamente esta questão do Regulamento de Utilização de Viaturas Oficiais, contribuiu para aperfeiçoar os mecanismos de controlo do Governo Regional em relação a estas matérias.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Eu tive sorte, porque até agora os meus colegas que colocaram questões antes de mim não tiveram idêntica sorte. Mas agora coloca-se um problema – isto é quase “preso por ter cão e preso por não ter”:

Por que é que à pergunta nº 5, relativamente ao número de viaturas foi dada uma resposta clara, objectiva (que saúdo, apesar de ter faltado a data e o preço) de peito aberto, sem falar muitas vezes no Tribunal de Contas, sem falar muitas vezes na lei que regulamenta todas as aquisições de bens e serviços?

Por que é responderam a esta questão e não responderam às anteriores?

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: É porque dá jeito ou porque não convinha muito responder aos números e aos valores das perguntas anteriores?

Fica a suspeição!

Deputado Nuno Amaral (PS): Não há suspeição nenhuma!

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Qual é a suspeição?

O Orador: Agora é que fica a suspeição. Por que é que os senhores responderam a esta e não responderam às outras?

Agora dão-nos o benefício dessa dúvida enquanto não responderem às outras. Ainda vão a tempo. Temos 3 horas e pode responder a coisas que já foram perguntadas. Penso que o Sr. Presidente não vai impedir de o fazer.

Respondendo a umas e não respondendo a outras o Governo sai daqui com o rótulo de que o Governo responde ao PSD quando dá jeito e “esconde-se atrás das tábuas” também quando lhe dá jeito.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional respondeu às questões. O problema é que a resposta do Governo Regional não era exactamente aquilo que o PSD esperava.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nem aquilo que perguntámos!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O Governo falou, não respondeu!

O Orador: O problema é que se calhar o PSD esperava que, por exemplo, na questão das despesas de representação houvesse aqui valores de milhares, de centenas de milhares de euros.

Quando se apresenta 400 e tal, ainda me chamam semítico. Como é que se pode perceber?

Deputado Clélio Meneses (PSD): A pergunta era sobre todos os membros do Governo, não era só um!

O Orador: Todos estão dentro dessa margem, daquela que eu referi.

Em relação a esta questão das viaturas, Sr. Deputado Jorge Macedo, concretamente, qual é a suspeição? Qual é a suspeição que o PSD tem em relação a esta questão das viaturas que são utilizadas pelos membros do Governo ou que estão ao serviço de gabinetes?

É que a questão também deve entrar em linha de conta com outra matéria. Por exemplo, é uma questão de despesa com esse tipo de material?

Mas na legislação que aprova o orçamento há regras claras. O Tribunal de Contas fiscaliza o tipo de despesa que se faz com esse tipo de bens.

Concretamente, o que o Governo gostava de perceber é qual é o problema que o PSD vê nesta matéria?

Deputado António Marinho (PSD): Não há problema nenhum!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Está na hora do intervalo regimental. O Sr. Secretário precisa de descansar. Eu sei que é duro estar aí!

O Orador: É o número de viaturas? O que é que os senhores querem? Que andemos de táxi?

Eu ando de táxi em Bruxelas, por exemplo.

Em relação a datas de aquisição, em relação a preços, Srs. Deputados, os carros andam, os carros circulam!

A coisa mais fácil de perceber é esta.

A pergunta que eu faço, e gostava deste esclarecimento, é qual é o problema do PSD em relação a esta matéria?

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Datas, preços e o que circulam! Não bate certo!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Também para colocar uma pergunta nesta questão particular:

O Sr. Secretário Regional da Presidência elucidou-nos que ao serviço dos membros do Governo existem 27 viaturas. Penso que o que seria talvez importante, embora isso já tenha sido previamente adiantado pelo Sr. Secretário, de que isto serviria, muitas vezes, mais do que um Secretário Regional, é termos um ponto de comparação. Portanto, a minha pergunta vai neste sentido.

O Sr. Secretário Regional tem, comparativamente, dados de outra região autónoma, neste caso a Madeira, ou mesmo da República, que nos permitam aferir?

Este número de 27 é significativo ou não?

Deputado Jorge Macedo (PSD): O aconchego e o quentinho era para nós e não para vocês!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se consultarmos dados que são públicos...

Deputado Francisco Coelho (PS): Não fizemos nenhum requerimento ao Governo!

O Orador: ... – não fizemos nenhum requerimento ao Governo Regional da Madeira – por exemplo, uma auditoria de Novembro de 2004, feita pela secção do Tribunal de

Contas da Madeira sobre esta questão, constatamos que o Gabinete do Sr. Secretário Regional do Ambiente e Recursos Naturais tem 5 viaturas ao seu serviço, afectas ao gabinete.

O Gabinete do Sr. Secretário Regional da Educação tem 14 viaturas apenas para o gabinete.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Governo não responde às perguntas que lhe fazem em relação aos Açores, mas responde pela Madeira!

O Orador: O Gabinete do Secretário Regional de Equipamento Social e Transportes, tem 18 viaturas.

Ora, em apenas três secretarias há mais viaturas afectas aos gabinetes dos membros do Governo do que em todo o Governo Regional da Região Autónoma dos Açores. Podíamos ir também à República, nomeadamente no tempo do Dr. Costa Neves.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Qual a suspeição que o Governo tem em relação ao Governo da República?

O Orador: Em relação a esta matéria aquilo que se conclui é o rigor com que o Governo Regional gere esta questão da aquisição e da utilização de viaturas oficiais. Muito obrigado.

Presidente: Pergunta 6. Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para já uma questão que eu gostaria de anotar é que o senhor, pela primeira vez, foi diligente em relação à pergunta colocada. Só que foi diligente no estudo e na apresentação dos dados sobre a Madeira. Até que enfim! Mas não era isso que estávamos a perguntar. Estávamos a perguntar, porque até agora não obtivemos nenhuma resposta a não ser o vinte e setesinho do meu colega Jorge Macedo, que é a única coisinha que levamos para casa. Até agora é um vinte e sete! Mas vamos lá ver se eu, com esta questão, tenho direito a mais um vinte e setesinho qualquer, para ver se o senhor consegue, pelo menos, começar a responder.

Por algum motivo, aliás, a nossa opção nesta sessão de perguntas ao Governo Regional, não foi, tal como diz o Regimento, apontar o objecto das perguntas, mas foi

fazer as perguntas objectivas, claras, precisas, isto porque queríamos efectivamente as respostas. Queremos estar esclarecidos. Foi essa a nossa opção, se não tínhamos feito só com o objecto, como tem acontecido em sessões de perguntas anteriores. Colocámos as questões de forma objectiva para termos uma resposta também objectiva, que até agora – e está mais que à vista – não aconteceu.

Por isso, quando o Sr. Secretário, nas respostas que nos dá, começa a perguntar o que é que nós queremos saber, nós não queremos saber mais nada do que a resposta às questões que colocámos. O tal 27 que deu meu companheiro Jorge Macedo, que obviamente foi insuficiente, porque não teve o resto da resposta, queremos relativamente a todas as outras.

Deputada Maria José Duarte (PSD): Pergunta sobre a Madeira!

O Orador: Relativamente à questão nº 6, composição e respectivos vencimentos base e despesas de representação dos administradores das empresas com capitais total ou maioritariamente públicos, provavelmente vai fazer a introdução que tem feito em relação a todas as outras: Tribunal de Contas para aqui, o rigor do Governo Regional, a orientação do Sr. Presidente no início do mandato. Não nos dê, pelo amor de Deus, a resposta que deu ao requerimento, remetendo para o diploma que regulamenta os vencimentos dos administradores das empresas públicas.

Vou dizer-lhe por que é que não quero, à partida, que me diga isso. É porque não é suficiente.

Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Desde 27 de Março que não é suficiente!

O Orador: Apresento-lhe um caso:

Vamos supor que está aplicado o que vem no nº 3 da Resolução nº 71, de 1990, de 29 de Maio.

Independentemente do disposto no nº 1, que é o que fixa o valor padrão, “as renumerações a bónus, subsídios e prémios legalmente em vigor em cada momento para os membros dos conselhos de administração, poderão ser acrescidas, sendo caso disso, de um complemento remuneratório a fixar por despacho conjunto dos Secretários Regionais das Finanças e Planeamento e da tutela de modo a não

resultarem reduzidas as retribuições e vantagens sociais auferidas pelo exercício de funções em empresa ou instituição em que trabalhavam anteriormente.”

Eu não sei se há algum caso assim nas empresas públicas. Diga-me. É isso que nós queremos saber.

Portanto, não é suficiente remeter isto para este conjunto de resoluções e de despachos normativos que o Sr. Vice-Presidente invocou na resposta.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Em relação, não às empresas públicas, mas às sociedades em que o Governo Regional participa...

Presidente: O seu tempo terminou, Sr. Deputado.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

...pelo amor de Deus, não me responda que isso é uma questão das assembleias-gerais, porque tanto quanto eu sei, designadamente em muitas dessas sociedades anónimas quem vai às assembleias-gerais é o sócio dessas sociedades anónimas. E o sócio dessas sociedades anónimas é a Região Autónoma dos Açores. Por isso mesmo, a competência de fiscalização cabe a esta Assembleia. Não dê essa resposta!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer ao Sr. Deputado António Marinho que eu reafirmo na íntegra toda a resposta que foi dada ao requerimento, porque efectivamente é aquela a resposta correcta para se perceber como é que são as remunerações em termos de administração.

Deputado António Marinho (PSD): Isto é impossível!

O Orador: Mas há um dado novo neste processo. E o dado novo deste processo tem a ver com a publicação em 27 de Março último daquilo que é o Estatuto do gestor público.

Até a este momento a Região tinha, e tem ainda, normas que determinam quanto pode ganhar um gestor público e o processo de nomeação dessas pessoas.

Esta legislação que foi publicada recentemente altera as soluções que estão consagradas a esse nível, nomeadamente em termos da distinção que o Sr. Deputado

António Marinho fez, entre aquilo que são os gestores nomeados e aquilo que são os gestores eleitos em assembleia-geral.

Portanto, nós temos aqui um dado novo e em relação a este dado novo o que o Governo gostaria de informar a câmara e os açorianos que nos ouvem é que as novas soluções que estão vertidas neste diploma serão também tomadas em conta pelo Governo, porque fundamentalmente o que gostaríamos de realçar neste aspecto é o seguinte: ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Responda à questão! Isto é jogo passivo, é anti-jogo, é tudo menos responder!

O Orador: ... esta questão da nomeação ou da eleição e respectivas remunerações processa-se segundo regras legais que estão indicadas no parecer e segundo esta que foi recentemente publicada, mas há situações que interessa referir também nesta câmara. É que, por exemplo, por lei, os vogais dos conselhos de administração podem auferir de uma determinada remuneração, mas eu gostava de informar câmara de que, por exemplo, os vogais da Atlânticoline, os vogais da Lotaçor, os vogais da SPRA, Açores, os vogais da APIA, não auferem qualquer remuneração.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E os outros?

O Orador: Os outros estão de acordo com a lei.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Exactamente! Recebem só o que está na lei?

O Orador: Para além disso, gostava de referir que, auferem abaixo do que estipula a lei, o Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Ilhas de Valor mais os vogais, as Pousadas de Juventude e o Teatro Micaelense.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mais acima do que era antes!

O Orador: Sobre esta matéria, aquilo que gostaria ainda de referir é que há casos em que poderão pensar “bem, mas nós temos dois grupos, por exemplo, o Grupo SATA e o Grupo EDA e têm várias empresas. Será que os senhores não recebem por serem Presidentes do Conselho de Administração de outra empresa?”

Deputado Jorge Macedo (PSD): É claro que não!

O Orador: Ora aí está. Está a ver como sabe a resposta! Então queixa-se de quê?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quanto? Responda!

O Orador: Está fixado na lei. Os senhores querem é que façamos o trabalho por vocês.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os senhores têm que responder, mas não querem!

O Orador: Convém talvez referir que para o cargo...

Deputado António Marinho (PSD): Diga! Quais os vencimentos?

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Trabalhem!

O Orador: Está na lei. Os senhores procurem.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Secretário, responda!

O Orador: Os senhores vejam. Por que é que não vêm?

Deputado António Marinho (PSD): Já lhe supliquei! Já lhe pedi! Responda!

O Orador: Não quero que suplique!

Deste elenco de empresas que acabei de referir, estão abaixo daquilo que está fixado pela lei.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): E voltou a não dizer quanto. Se está abaixo da lei, continuamos sem saber quanto! O que a lei diz é a tabela máxima!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Isto está a começar na fase do desespero. Desespero, porque queremos uma resposta desde que apresentámos o requerimento e continuamos a não ter.

Sr. Secretário, por muito respeito e consideração que tenho por si (e tenho!) seja diligente neste momento e responda pelo menos à actual questão e depois reveja um pouco as suas posições relativamente às 5 questões anteriores.

O senhor tem boas qualidades para nos dar essa resposta, de uma forma clara. Por isso faça-o. Até agora os senhores não responderam a nada.

Como eu dizia no início desta questão deram-nos um número, o 27. No final de 6 questões que abordam as mais diversas temáticas, conseguimos saber que os gabinetes dos Srs. Secretários Regionais e do Sr. Presidente do Governo possuem, na sua totalidade, 27 viaturas. No final de 6 questões, é apenas isto que sabemos. Em

rigor, não sabemos mais nada. Sabemos também umas coisas da Madeira que o Sr. Secretário foi pesquisar e que não cabem naquilo que nós estamos a perguntar aqui. Até agora, os senhores responderam a ZERO.

Recusaram-se a responder! Estão a fugir à resposta! Porquê?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há aqui uma questão que tem que ficar perfeitamente esclarecida.

Deputado Mark Marques (*PSD*): Várias!

O Orador: O Governo Regional, naquilo que os senhores podem procurar, trabalhar e obter por via do Jornal Oficial, deixa-vos esta questão.

Agora em relação à questão das viaturas é óbvio que não era possível ver no Jornal Oficial.

Portanto, desse ponto de vista, Sr. Deputado António Marinho, não há aqui uma questão de responder ou não responder. O critério é claro, transparente e liminar. Naquilo que os senhores podem saber (e qualquer açoriano, basta consultar o Jornal Oficial) tenham santa paciência!...

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Os pareceres estão no Jornal Oficial?

O Orador: Consultem o Jornal Oficial!

Eu não fui pesquisar a Madeira. Por acaso, até, uma das leituras que faço é de relatórios do Tribunal de Contas.

Já tinha conhecimento disso há muito tempo.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Então encomendou a pergunta!

O Orador: Os senhores por que é que não lêem os relatórios do Tribunal de Contas? Se calhar já muitas das vossas perguntas estavam respondidas.

Por que é que não consultaram o Jornal Oficial? Se calhar muitas das vossas perguntas já estavam respondidas.

Portanto, não me venham dizer aqui que o Governo responde a umas e não responde a outras, que só responde àquilo que convém.

Deputado António Marinho (*PSD*): Não responde. Respondeu a uma e parcialmente!

O Orador: Não, não. O critério é claro e preciso. O conhecimento que pode ser obtido pelos Srs. Deputados através de meios como o Jornal Oficial, tenham santa paciência, mas o Governo não fará o papel de assistente administrativo do PSD.

Os senhores procurem! Os senhores têm adjuntos e assessores exactamente para isso.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Se a questão era por que é que o Governo responde a umas e não responde a outras, está perfeitamente esclarecido.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): E os pareceres estão no Jornal Oficial, Sr. Secretário?!

Presidente: Pergunta 7.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

(*) **Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

As razões que levaram o Grupo Parlamentar do PSD a requerer um conjunto de perguntas orais ao Governo ficaram claras em todas as intervenções do PSD.

O que queríamos era, apenas e só, informação sobre a actividade do Governo Regional no exercício das nossas responsabilidades e competências.

No entanto, isso não aconteceu e de todas as perguntas até agora feitas, como já foi aqui referido pelo Deputado António Marinho, apenas ficámos a saber que o Governo tem 27 viaturas. A todas as outras perguntas o Governo não respondeu, em claro desrespeito para com a Assembleia.

A todas as perguntas o Governo limitou-se a responder:

- “Vejam o Jornal Oficial!”;
- “Está em relatórios do Tribunal de Contas!”;
- “Vão à Internet!”.

Por exemplo, e para pegar só numa das perguntas que o senhor diz com esse ar aparentemente cândido, de que “tudo o que não está no Jornal Oficial nós respondemos”, o senhor está a contradizer-se Sr. Secretário.

Foi o Sr. Secretário que, por exemplo, relativamente aos estudos e pareceres, deu só alguns exemplos. E os outros? Estão no Jornal Oficial?!

Não estão no Jornal Oficial, nem o senhor respondeu!

Por isso anuncio aqui, Sr. Presidente, que o PSD prescinde de todas as outras perguntas, exactamente porque não quer pactuar com este desrespeito, com essa atitude de desresponsabilidade do Governo Regional dos Açores que não responde a perguntas.

O Governo Regional dos Açores foge às perguntas!

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Os senhores é que fugiram a 7 pés!

Deputado António Marinho (PSD): Quem é que fugiu, Sr. Presidente?

O Orador: O Governo Regional dos Açores não quer responder!

O Governo Regional dos Açores não quer ser fiscalizado!

Por que razão?

Do que é que o Governo Regional dos Açores tem medo?

Estamos aqui há 3 horas. Estamos de boa fé. Estamos aqui no sentido de sermos esclarecidos do que é a verdade naquilo que se passa na actividade do Governo Regional dos Açores.

É esse o nosso propósito!

Por que é que o Governo Regional não responde?

Limitou-se a responder apenas com 27 viaturas. Chegou até a fugir para a Madeira. Em vez de responder às perguntas que lhe foram feitas em relação aos Açores, o Governo Regional responde com dados da Madeira, com dados do Governo da República.

Que irresponsabilidade!

Que desrespeito para com a Assembleia!

De resto, isto não é novo!

Já em 2004, este mesmo Governo Regional do Partido Socialista, a uma sessão de perguntas do então Deputado José Decq Mota, do Partido Comunista Português, recusou-se a dar respostas.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Isso é falso!

O Orador: Na altura, a Secretária Regional da Presidência, sobre perguntas da publicidade e propaganda institucional, dizia:

“Todo o investimento é feito na sequência de actos administrativos na divulgação da acção administrativa”.

Não responde!

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): É falso! O senhor é mentiroso e mau carácter!

O Orador: Na altura o Governo não revela gastos em propaganda. O Governo recusa revelar informação. É essa a postura do Governo Regional dos Açores. Não quer informar!

O Governo Regional dos Açores não quer que os açorianos saibam!

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): O senhor é mentiroso e mau carácter!

O Orador: O PSD apenas pretende informação!

O Governo Regional dos Açores fugiu à informação!

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Isso é política de sarjeta!

O Orador: Lamentavelmente foi a fuga de informação do Governo Regional dos Açores, lamentavelmente foi a atitude irresponsável do Governo Regional dos Açores, que depois de 4 meses sem responder a requerimentos, voltou a repetir genericamente a mesma postura.

Foi essa a sua postura, Sr. Secretário Regional, que criou um clima de suspeição sobre as reais contas do Governo Regional dos Açores e sobre a actividade do Governo Regional dos Açores.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

O Orador: É isso que está em causa e o PSD não que pactuar com este tipo de situações e para registar e marcar a nossa clara oposição a essa postura de tentar

enganar os açorianos, nos demarcamos disso e acabamos aqui esta sessão de perguntas.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Isto não é uma brincadeira!

Deputado António Marinho (PSD): Não, não é brincadeira!

Deputado Mark Marques (PSD): Tem toda a razão! É isso mesmo!

O Orador: Os senhores estão a brincar com isto.

O PSD veio para aqui julgando que ia descobrir a “pólvora seca”.

Quando afinal molhou a pólvora, chegou à conclusão que queria fugir ao debate.

Deputado António Marinho (PSD): Fugir ao debate? Os senhores é que fugiram!

O Orador: É isso que o PSD prefere!

O PSD preferiu diversão e a fuga debate do que esclarecer cabalmente o resto das perguntas.

Deputado António Marinho (PSD): Estamos há 2 horas aqui! Pelo amor de Deus! Isso é ridículo!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu posso ter só 5 minutos, mas os senhores vão levar resposta às outras perguntas!

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Clélio Meneses (PSD): 5 minutos? Sr. Presidente, o que é isto?

O Orador: O que é isto?!

Não há Presidente de Assembleia-Geral que aufira remuneração nas empresas públicas!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Agora!

O Orador: Não há Presidente de Assembleia-Geral que aufira de senhas de presença nas empresas públicas!

Voices dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Não há Presidente de Assembleia-Geral que tenha outras regalias nas empresas públicas dos Açores.

É isso que os senhores não queriam ouvir, mas é isso que têm que ouvir!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Há outras questões.

Os senhores não querem ouvir que, por exemplo, só existem duas empresas públicas nos Açores que têm cartões de crédito para os seus Administradores: a EDA e a SATA!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Têm?!

O Orador: Têm! Têm! E sabe quando é foi definido que os Administradores tinham direito a cartão de crédito? Em 1992 foi definido que a Administração da SATA tinha direito a cartão de crédito!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputada Maria José Duarte (PSD): Devia ter sido retirado em 1996! Por que é que não retiraram?

O Orador: Em 1993 o Dr. Costa Neves decidiu, para si próprio, ter direito a carro!

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Em 1995, a Dra. Berta Cabral decidiu que o Conselho de Administração da SATA tinha direito a cartão de crédito!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Os senhores não queriam era ouvir isto!

Que legitimidade moral (porque política têm-na e é inegável!) é que os senhores têm para chegar a esta Assembleia e fazer perguntas que levantam efectivamente suspeição, quando têm esse passado?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Esse passado? Mas o que é isto?!

O Orador: Que legitimidade moral é que tem o Dr. Costa Neves para falar na “teia”, na aranha “cor-de-rosa”, quando ele próprio, como Presidente da SATA, decidiu atribuir um carro para o Conselho de Administração e agora vem levantar dúvidas sobre essas benesses?

Falar na aranha “cor-de-rosa”?!

Mas isso é alguma brincadeira?! Brincar com a honorabilidade, com a honestidade e com a forma como essas pessoas trabalham?

Deputado Nuno Amaral (PS): *Muito bem!*

O Orador: Era isto que os senhores não queriam ouvir, mas ouviram!

Deputado António Marinho (PSD): Tanto queríamos ouvir que perguntámos!

O Orador: Ouviram os senhores e ouviram os açorianos, que é o mais importante!

Presidente: O Sr. Deputado Clélio Meneses pede a palavra para...?

(*) **Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, na sequência do requerimento de encerramento da sessão de perguntas, obviamente que o senhor devia ter encerrado o debate.

No entanto, o Governo Regional quis continuar ...

Presidente: Não, não, Sr. Deputado. Desculpe lá.

O Orador: Obviamente, perante os ataques que foram feitos ao PSD, que mais não seja para exercer o direito de réplica previsto nos termos regimentais...

Presidente: Sr. Deputado, pelo amor de Deus.

O Orador: Eu reformulo...

Presidente: Sr. Deputado, estou a fazer isto com o máximo de cuidado. O senhor falou. Disse que a sessão de perguntas terminava. A seguir, o Governo também tem o direito de falar.

O Orador: Com certeza. Então é uma réplica.

Presidente: Acabou. Não há mais perguntas.

O Orador: Sr. Presidente, quero utilizar o direito de protesto.

Presidente: Quer fazer um protesto? Isso é outra figura. Tem 2 minutos para um protesto.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Governo Regional dos Açores teve a oportunidade, hoje, nesta Assembleia, de esclarecer a oposição, de esclarecer o Parlamento dos Açores, sobre a sua actividade no concerne a cargos de nomeação e a um conjunto de despesas que o PSD entende necessário e útil que sejam do conhecimento público.

O Governo Regional, durante 2 horas de debate fugiu a esclarecer os açorianos.

Durante 2 horas de debate o Governo Regional fugiu no espaço!

Foi para a Madeira!

Foi para Lisboa!

Foi para 1992!

Mas sobre o que está à sua responsabilidade, que é isso que é necessário, é o dever político do Governo Regional, nada! Apenas soubemos que havia 27 carros!

Se respondeu relativamente aos 27 carros, por que é que não respondeu ao resto?

Por que é que não respondeu a todas as outras perguntas que o PSD de uma forma clara, precisa e objectiva colocou ao Governo Regional?

Até aquela pequena habilidade dos números dos cargos de chefia, não foi suficiente.

Sr. Secretário Regional, o que o PSD perguntou são os cargos de nomeação. E por que será? Por que será que tudo aquilo que são cargos e lugares de nomeação o Governo Regional não respondeu.

Limitou-se a responder aos cargos de chefia!

O Governo Regional temeu responder!

O Governo Regional dos Açores tem medo da verdade! Tem medo de esclarecer os açorianos!

Foge de quê?

Durante estas 2 horas de debate, estas 2 horas de perguntas, o Governo Regional não respondeu às perguntas colocadas pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sobre o mais, sobre tudo aquilo que é o passado, que é a Madeira, em cada tempo e em cada espaço, as respectivas populações julgam os respectivos responsáveis.

O que está em julgamento, o que está em apreciação neste Parlamento é o Governo Regional dos Açores em 2007.

É isto que está em causa e é este tempo e este espaço que os senhores fogem repetidamente.

A pergunta fica: por que será que fogem ao esclarecimento do que se passa em 2007 com o Governo Regional dos Açores?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Está exercido o direito de protesto. O Governo pede a palavra para um contra-protesto.

Tem a palavra o Secretário Regional da Presidência. Tem dois minutos.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de clarificar o seguinte:

Quem fugiu ao debate foi o PSD. O PSD é que desistiu das perguntas.

Deputado António Toste (*PS*): *Muito bem!*

O Orador: Repare-se: quando é que o PSD desiste das perguntas?

Quando se começa a chegar aos gestores, às empresas públicas. O PSD viu o “lume” a chegar perto da estopa e ... “Ai! Vamo-nos daqui para fora!”.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado António Marinho (*PSD*): Se tivesse dado resposta às perguntas formuladas, tínhamos continuado!

Tenha dó, Sr. Secretário!

O Orador: Respostas?

Eu já tive oportunidade de esclarecer a câmara de qual foi o critério que o Governo Regional seguiu.

Em tudo aquilo que pode ser consultado no Jornal Oficial, os senhores podem procurar, qualquer açoriano pode procurar. O Governo não é assistente administrativo do PSD.

O problema não é este. O problema é que esta oposição não quer trabalhar. O problema é que esta oposição é preguiçosa e não tem sequer a capacidade de ler o Jornal Oficial e as auditorias do Tribunal de Contas.

Fugir ao debate?

Deputado António Marinho (PSD): Os senhores não responderam a nada!

O Orador: Os senhores é que vieram “tosquiar” e saíram “tosquiados”, porque estavam à espera que daqui resultasse uma grande questão e afinal resultou em nada.

Deputado António Marinho (PSD): O senhor nem sequer tinha “tesoura”. Tinha uma pequena “pinça”!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este é o momento paradigmático da forma como esta oposição não trabalha. Não trabalha, não quer procurar no Jornal Oficial. Quando o Governo responde e quando ela vê o “lume” chegar perto da estopa, (deixem-me sair daqui para fora!) desiste de fazer perguntas.

Os açorianos hão-de saber que os senhores têm passado nesta matéria e o mesmo homem (o líder do vosso partido!) que anda a levantar questões da “aranha cor-de-rosa”, da “teia”, dos gestores públicos e de tudo isto teve o comportamento que teve.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos por 30 minutos, para depois voltarmos aos diplomas em apreciação.

Eram 17 horas e 05 minutos.

Presidente: Vamos prosseguir com a **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/A, de 27 de Maio, regime jurídico da publicação, identificação e formulário dos diplomas regionais”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Eram 17 horas e 45 minutos.

(*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O diploma que o Governo apresenta a esta Assembleia deve ser tido em conta juntamente com aquela que foi uma decisão desta Assembleia de 2003 e que reformulou e alterou o regime da publicação dos actos normativos da Região Autónoma dos Açores.

Por este diploma de 2003, a Região Autónoma dos Açores ficou na vanguarda daquelas que eram as soluções nacionais sobre essa matéria, nomeadamente com a atribuição de relevância jurídica à data da disponibilização na internet do Jornal Oficial e daí para cá decorreram três anos que serviram também para o Governo Regional fazer uma avaliação da forma como decorreu este processo e das eventuais necessidades de aperfeiçoamento.

É de referir também que o ano passado a República seguiu aquele que foi o trajecto iniciado pela Região Autónoma dos Açores através de uma reformulação da forma de publicação do Diário da República.

Neste momento, o Governo considera que estão reunidas as condições para que a Região dê mais um passo neste trajecto, introduzindo e propondo uma profunda reforma do Jornal Oficial e, por essa via, tendo novamente a dianteira em todo este processo.

Em que é que consiste esta reforma do Jornal Oficial?

Fundamentalmente no seguinte:

Em primeiro lugar, na eliminação da versão em papel do Jornal Oficial, na reformulação das séries passando de 4 para 2, e em alterações ao nível da própria disponibilização deste instrumento, tendo em conta as necessidades de acessibilidade por parte de cidadãos portadores de deficiência.

Este trabalho, conforme já referi, é feito após uma avaliação que o Governo Regional fez do estado actual. Essa avaliação permitiu também, para além da conclusão, da oportunidade desta reforma, detectar alguns aspectos que importa melhorar,

nomeadamente ao nível do site do Jornal Oficial. São eles, fundamentalmente, os que dizem respeito às questões de busca e, conforme também já referi, às questões da acessibilidade a cidadãos que sejam portadores de deficiência visuais.

Isto serve para dar conta à câmara que o Governo já está a trabalhar neste processo, está a trabalhar, em contactos com a empresa que concebeu a aplicação do Jornal Oficial, no sentido de alterar aquelas que são as matérias que entendemos que devem ser alteradas e nas quais avultam fundamentalmente as questões do motor de busca.

Por outro lado, também serve para informar a câmara que o Governo já encetou contactos com a empresa que neste momento assegura a edição em papel, no sentido de, tendo em conta a data do termo do contrato, acautelar aqui alguma eventualidade que possa ocorrer.

O diploma que hoje se apresenta a esta câmara parece-nos adequado para o momento actual, não só que a Região Autónoma vive, mas também aquilo que a nível internacional é já uma clara tendência de instituições e de institutos semelhantes em relação a esta matéria.

A Região Autónoma dos Açores ficará, assim, se a câmara aprovar esta proposta, dotada de um instrumento moderno, adequado aos seus tempos, numa visão também ela moderna e reformista.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração ao Decreto Legislativo sobre a publicação, identificação e formulário dos diplomas regionais é mais do que o seu sumário e objecto. Ela não só trata da publicação, identificação e formulário dos diplomas como trata do próprio processo da edição do Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores. Até podia ter outra designação para corresponder mais em síntese àquilo que ela realmente é, um diploma que trata não só dessa questão de publicação e identificação dos formulários, mas como a existência e o procedimento do Jornal Oficial enquanto órgão onde se publicitam os actos administrativos além dos normativos da Autonomia.

É por isso um diploma de saudação matriz, na estrutura vertical mesmo, não na construção da Autonomia, da transparência e do funcionamento da legalidade na Região Autónoma dos Açores, quer quanto à eficácia jurídica dos actos legislativos, quer quanto à publicitação e fácil acessibilidade dos actos administrativos praticados no exercício da governação, ademais, também relativamente a actos dos particulares publicados antes deste decreto na II e III Séries, agora, pelos vistos todos a integrarem-se na II Série.

Gostaria, por isso, de saudar o acompanhamento que, aliás, foi sendo realizado pelo Diário da República e alterações à lei da República quanto à publicação, identificação e formulário dos diplomas que nós aqui possamos ter acompanhado, fazendo um esforço de modernização e de introdução das novas tecnologias.

No entanto, o que podemos constatar é que este percurso e este esforço de trazer para o Jornal Oficial as novas tecnologias tem sido lento e é preciso corrigir algumas coisas. O diploma está à frente, para já, da realidade de funcionamento do Jornal Oficial, mas não é por isso que vem mal ao mundo, porque é preciso abrir pela via legislativa o percurso de modo a que materialmente o Jornal Oficial possa desmaterializar-se, passe a contradição, isto é, possa tornar-se digital.

Por isso, é que nós vemos com estímulo esta alteração e um reforço da digitalização do Jornal Oficial, mas não nos deixa também, por outro lado, face à realidade concreta com que tem funcionado o Jornal Oficial, de ter algumas preocupações quanto ao fim da edição em papel e o prazo que aqui está identificado.

Felizmente, e quero também saudar a Comissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, que analisou este diploma e produziu algumas alterações correctivas no bom caminho e, desde logo, também alterou a data da entrada em vigor desta Proposta de Decreto, tendo passado de 1 de Abril, como era previsto pela proposta do Governo, para 1 de Agosto.

Portanto, podemos perceber aqui que há um reconhecimento de que, tal como as coisas estão a funcionar, ainda não estão preparadas para se excluir definitivamente a edição do papel e passar apenas para digital.

Eu gostava, na apreciação na generalidade, de dizer que o Grupo Parlamentar do PSD vota favoravelmente este diploma, consideradas as alterações produzidas também

pela Comissão Parlamentar que o analisou, mas gostaria de ver algumas dúvidas esclarecidas por parte do Sr. Secretário Regional.

Vou identificar alguns dados que justificam esta preocupação.

Na II Série, por exemplo, até hoje temos verificado que há um vazio de presença na distribuição on-line de 1984 a 2004. Que acontecerá, a partir de Agosto, quanto a essa matéria? O Sr. Secretário Regional está em condições de assegurar que estará disponível as edições de 1984 a 2004, em PDF, na edição on-line?

Muitos dos diplomas actualmente disponíveis na edição on-line têm uma visualização apenas em *Word* e não têm em PDF. Não é o que acontece, por exemplo, com o Diário da República que tem em PDF e, por isso, a impressão em papel retoma a imagem da antiga edição em papel e facilita, desde logo, a identificação com o Diário da República e com a leitura dos respectivos diplomas e sumários.

Não estando hoje nestas condições a edição e o sítio do Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores a partir de 1 de Agosto, estará em condições para funcionar bem e assim o leitor e o cidadão terem facilidade de acesso ao Jornal Oficial?

Por outro lado, ainda hoje a velocidade de acesso e o motor de busca que o próprio sítio do Jornal Oficial disponibiliza é muito lenta, algo confusa e não é fácil, e basta recolher o bom exemplo que hoje pratica o Diário da República, fazendo um motor de busca bem mais acessível e rápido. Gostava também de questionar o Sr. Secretário Regional sobre esta matéria.

Uma outra matéria tem a ver com quem e em que processos informáticos pode ter acesso ao Jornal Oficial?

Isto é, quem tem no seu computador a disponibilidade do Internet Explorer vai com facilidade, quer ao Diário da República, quer ao Jornal Oficial, independentemente das limitações que acabei de referir. Mas se não tiver o Internet Explorer, mas outro motor de busca, pode aceder? O sítio do Jornal Oficial está preparado tecnicamente para que, por exemplo,...

Deputado José San-Bento (PS): O Browser!

O Orador: Aceito o lembrete!

... possa ir por outro Browser fazer essa busca?

Sr. Secretário, estas são questões que carecem de esclarecimento, mas também são sugestões para, neste percurso, até ao dia 1 de Agosto, a empresa contratada, assegurar a boa disponibilização do Jornal Oficial digitalizado, e apenas digitalizado no sítio próprio, no sítio da internet adequado, de modo a que tenhamos garantias de não ter dificuldades.

Quando pretendemos universalizar o acesso ao Jornal Oficial, não estejamos, pelo contrário a limitar o acesso ao Jornal Oficial, por mau funcionamento do sítio da internet e sem a oportunidade de ter, para compensar essa limitação a edição em papel.

Por isso, gostaria de saber se está em condições de, não optando o legislador por uma norma de transição, assegurar um período em que se certifique a qualidade do serviço digital e mantenha em comum, com a disponibilidade digital, uma edição em papel, e depois de certificada a qualidade, a eficiência e a excelência do acesso digitalizado, então, findo esse período transitório, extinguir a edição em papel.

Não seria mais prudente assim?

Consegue o Sr. Secretário Regional garantir que esta opção, sem essa norma transitória, dá garantias ao Governo, ao Parlamento e, designadamente, aos futuros utilizadores do acesso digital do Jornal Oficial, que a edição do papel não fará falta nem necessitaremos de qualquer período transitório?

Era este esclarecimento e esta garantia que gostaria de ter por parte do Sr. Secretário Regional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É com agrado que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vê hoje, com a discussão desta iniciativa, dar-se mais um passo em frente na sequência da decisão que foi tomada em 2003 com a atribuição de relevância jurídica à disponibilização da edição electrónica do Jornal Oficial.

Pretende-se agora, com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, extinguir a versão impressa ao mesmo tempo que se reformula também o Jornal Oficial que passará, de acordo com a proposta, das actuais 4 para apenas 2 séries.

É, pois, como disse, com agrado que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista releva a importância desta iniciativa no quadro do esforço de modernização que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito da Administração Regional Autónoma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Para tentar esclarecer algumas das dúvidas que foram colocadas pelo Sr. Deputado José Manuel Bolieiro e algumas questões que interessa esclarecer.

Em primeiro lugar, acho que há que distinguir aqui duas situações:

Primeiro aquela que é o futuro, que é, do ponto de vista jurídico e da eficácia jurídica, seguramente, aquela na qual o nosso esforço está concentrado. Porquê? Porque é a partir daí que o que vai surgindo de novo e não tem outro meio de divulgação, tem, no site do Jornal Oficial, a única via de ser tornado público. Portanto, a nossa prioridade é a de ter totalmente reformulado o site do Jornal Oficial, de forma a permitir que, em termos de legislação futura, tudo isto corra da melhor forma.

Em relação à II Série, efectivamente há uma parte que não está digitalizada, mas, em relação a esta parte, existe a disponibilidade na versão papel, da mesma forma que, por exemplo, o Diário da República também não tem, até 1960, parte digitalizada e vai sendo actualizado.

Portanto, há aqui um trabalho que vai sendo feito, que cumpre com o objectivo de disponibilizar todo o acervo legislativo regional gratuitamente na internet e nisso distinguimo-nos daquela que foi a solução que a República seguiu, mas esse é um trabalho que vai sendo feito.

A nossa prioridade é garantir que em termos da legislação que vai sendo produzida e todos os outros actos cuja publicação vai sendo necessária, tudo esteja operacional, tudo esteja correcto.

Há também um trabalho (aliás, na audição, a propósito do Plano para 2007 tive oportunidade de referir), que é necessário fazer de digitalização e carregamento de legislação que está neste momento ausente do site do Jornal Oficial.

Posso confirmar que vai haver uma edição em PDF individualizada, pelo menos foram estas as orientações que foram dadas à empresa com quem estamos a trabalhar neste assunto, e em relação à questão da velocidade de acesso e de busca, nós estamos a trabalhar exactamente para melhorar esta questão. Em relação à questão dos Browsers, o Internet Explorer é efectivamente aquele que é, na esmagadora maioria, utilizado, mas esta é uma questão que se avaliará em conversações e em contactos com a própria empresa e com as soluções técnicas que a empresa for também disponibilizando ou pondo à consideração do Governo Regional nesta matéria.

Em relação à questão do período transitório, eu gostava de referir que na perspectiva do Governo o período transitório já decorreu entre 2003 e esta data. Porquê? Porque do ponto de vista de relevância jurídica a edição em papel já não tem a mesma relevância que tinha até 2003, ou seja, a partir de 2003 até a este momento, o que releva do ponto de vista jurídico é a data de disponibilização na Internet e é efectivamente neste processo e neste tempo que mediou entre 2003 e a data presente que nós consideramos que decorreu este período transitório ou este período em que podemos testar e avaliar aquelas que foram essas soluções.

Portanto, nós não consideramos que este período transitório seja algo necessário. Aliás, é curioso ler a discussão do diploma de 2003, em que também este era um argumento avançado,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não é um argumento, é uma preocupação!

O Orador: ... se não seria melhor esperar, se não seria melhor ter alguma cautela, se não seria melhor nós termos um período transitório.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Já fizemos isso aquando da Bolsa de Emprego!

O Orador: Efectivamente o Governo não entende que seja necessário e entende que esta é a solução que, a partir do dia 1 de Agosto, dá garantias de termos o Jornal Oficial de acordo com as melhores normas internacionais sobre essa matéria.

Em relação às garantias do Governo Regional sobre se o site estará a 1 de Agosto disponível, aquilo que lhe posso dizer é que as orientações que foram dadas pela empresa e todo o trabalho que está a ser feito pelo Governo Regional, é para garantir que a 1 de Agosto o novo site esteja on-line e com todos os benefícios que daí decorrem. É para isso que nós estamos a trabalhar num processo que envolve a participação de outras entidades que não apenas o Governo Regional, mas é a essa a nossa aposta, é para isso que estamos a trabalhar e é isto que estamos convictos que vamos conseguir.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Muito breve, porque creio que não se justifica alongar este debate. Os esclarecimentos estão dados e temos que confiar no empenho do Governo e na eficiência da tecnologia. A avaliação será feita posteriormente, o mesmo é dizer que neste caso “não há prognósticos possíveis antes do jogo”. Logo veremos se a funcionalidade corresponderá à expectativa.

No entanto, para evitar depois debate na especialidade, creio que dispensando depois uma avaliação, independentemente de considerar as propostas de alteração subscritas pelos deputados da Comissão, gostava apenas de levantar uma questão e, desde logo, cumprimento o Sr. Secretário Regional, na medida em que creio que será um bom portador para as negociações com a empresa desta sugestão de avaliar a disponibilidade por outros browsers de acessibilidade do Jornal Oficial.

As outras preocupações que antes havia manifestado já tinham sido manifestadas pelos meus colegas Deputados, membros da CAPAT.

Esta preocupação importa ficar registada no Diário das Sessões, para memória futura, digamos assim. Tem a ver com a importância que deve ser dada nesta Proposta de Decreto Legislativo à necessidade de um depósito, na Torre do Tombo e na Biblioteca Nacional, à edição digital impressa, porque assim garante mais um reforço de fidedignidade do que está disponível em determinada data na edição electrónica e

aquilo que efectivamente foi, no dia da sua distribuição, impresso e depositado na Biblioteca Nacional e na Torre do Tombo.

No entanto, o diploma não faz qualquer referência ao prazo que obriga o Governo a fazer essa impressão da edição electrónica e enviá-la para a Torre do Tombo e para a Biblioteca Nacional.

Gostava de ver, por isso, quanto a esta matéria do prazo, um esclarecimento por parte do Governo, se tenciona ou não fazer algum regulamento de execução desta Proposta de Decreto Legislativo.

Por outro lado também, gostaria de saber, sem dúvida confiando nos meios tecnológicos que garantam a fácil acessibilidade aos portadores de deficiência à edição electrónica, se por qualquer outra razão, designadamente a infoexclusão de alguns dos eventuais utentes do Jornal Oficial, está assegurada e em que medida, designadamente quanto a custos, por exemplo, a disponibilização do Jornal Oficial, a edição electrónica em PDF impressa distribuída, a este cidadão que infelizmente possa ainda, nos tempos em que vivemos ser um infoexcluído e por isso não ter facilidade de acesso. Já não é portador de deficiência, no modo tradicional, mas sim tem um défice desta infoexclusão e, logo, não tem fácil acesso ao Jornal Oficial digitalizado. Importa saber que modelo é que o Governo Regional tem previsto para estas situações, garantindo a universalidade na acessibilidade ao Jornal Oficial.

Eram estas as questões, e assim abstinha-me de fazer intervenções na discussão na especialidade, artigo a artigo, onde estas matérias são referidas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em relação à questão do envio para a Torre do Tombo e para os demais arquivos, penso, Sr. Deputado Bolieiro, que não será necessário fazer um regulamento de execução. Fica registada a nota, fica registada a preocupação do PSD - aliás, também é preocupação do Governo - ...

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): É uma preocupação meritória!

O Orador: ... de garantir que todo este processo decorra de forma célere e regular. Enfim, não haverá problema por causa disso.

Em relação à questão da impressão nem braille...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não falei em braille! Falei em papel!

O Orador: Impressão em papel? Para invisuais penso que só se referiria à impressão em braille.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Referi-me aos infoexcluídos!

O Orador: Não estou a acreditar que a impressão pudesse ser outra para invisuais que não em braille.

Em relação aos infoexcluídos, Sr. Deputado Bolieiro, com a disponibilidade das novas tecnologias que neste momento se assiste, por exemplo, ao nível das Juntas de Freguesia da Região, dos postos RIAC e de um conjunto de outras estruturas, nós entendemos que é mais fácil aceder ao Jornal Oficial com esta solução do que com uma solução de acesso em versão papel.

Em cada computador haverá a possibilidade de aceder ao Jornal Oficial.

Portanto, a Região Autónoma dos Açores também não está mal colocada em termos nacionais no que diz respeito ao uso de computador e ao uso da internet. Nós estamos em segundo lugar, a nível nacional, no que diz respeito ao uso da internet, o que é bastante significativo.

Desse ponto de vista, julgamos que esta medida vem ao encontro também daquela que é a tendência dos dias de hoje e que será cada vez mais o acesso das pessoas a essas novas tecnologias.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): E o custo?

O Orador: A disponibilização de todo o acervo legislativo da Região contido no Jornal Oficial na internet é gratuita.

É óbvio que se a pessoa recorrer a um serviço, a uma empresa, para imprimir duas ou quatro páginas de um Decreto Regulamentar Regional ou de uma portaria, a disponibilização é gratuita, mas pode haver algum custo que tem a ver com aquilo que essas entidades podem levar para tirar uma fotocópia. De qualquer das formas o compromisso do Governo, é de na internet disponibilizar gratuitamente (livre e sem assinatura) este produto.

Eu gostava apenas de chamar a atenção da câmara que depois, em cada computador, há a possibilidade acesso. Se houver uma empresa que, por tirar a impressão, resolve levar 10 ou 25 cêntimos,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O RIAC?

O Orador: Eu penso que o RIAC nem sequer cobra esse tipo de produtos, mas naquilo que releva em termos de Jornal Oficial, essa disponibilização passa de um sistema de assinatura para um sistema inteiramente livre.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Então o RIAC terá uma atitude tendencialmente gratuita!

Presidente: Passamos à votação.

Este diploma tem algumas alterações na especialidade. A Mesa precisa de um documento a dizer quem é que assume estas alterações.

Por uma questão de economia processual, vamos votar as alterações que vêm da Comissão e que são subscritas por todos.

Vamos fazer a primeira votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Na especialidade, os Srs. Deputados que concordam com as propostas de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida a parte restante dos artigos alterados e os artigos que não sofreram alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Este diploma baixa à CAPAT para redacção final.

Eu permito-me chamar a atenção de que não se esqueçam que há uma norma que obriga à republicação.

Passamos para a **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime jurídico dos Institutos Públicos Regionais da Região Autónoma dos Açores”**.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional para apresentar o diploma.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que apresentamos cria um enquadramento jurídico, uniforme e disciplinador, que inclui todos os fundos e serviços autónomos que tenham autonomia financeira administrativa e patrimonial que sejam dotados de personalidade jurídica e consequentemente tenham órgãos e património próprio.

Esta proposta inclui actualmente e irá abranger 24 entidades inseridas na Administração Pública Indirecta, nomeadamente 4 Fundos Regionais (o Fundo Regional de Ciência e Tecnologia, o Fundo Regional do Emprego, o Fundo Regional dos Transportes e o Fundo Regional de Apoio à Coesão e Desenvolvimento Económico), 4 institutos (o Instituto de Acção Social, o Instituto de Gestão de Regimes da Segurança Social, Centro de Gestão Financeira e o IAMA), 10 Centros de Saúde, 2 Unidades de Saúde de Ilha (Pico e São Jorge), o Centro de Oncologia dos Açores, o Serviço Regional de Protecção Civil e a Escola Profissional das Capelas.

Só não estão abrangidos no âmbito deste diploma o Fundo Regional de Desporto e o Fundo Regional de Apoio à Actividade Cultural, porque não têm personalidade jurídica própria.

Este diploma visa estabelecer normas que regulamentem a organização e funcionamento destas entidades, nomeadamente regras na composição, nomeação, competências, duração e cessação de mandato e funcionamento dos Conselhos Directivo, Fiscal Único e Consultivo, que são os órgãos de gestão identificados.

Define também as normas de organização, nomeadamente apontando-se como uma estrutura pouco hierarquizada e flexível, privilegiando essencialmente as estruturas matriciais.

Estabelece por outro lado regras de gestão (económica, financeira e patrimonial). Define, precisamente, os regimes de tutela, superintendência e responsabilidade e, nesse enquadramento permite também definir as regras no que concerne à arrecadação de receitas, à realização de despesas, à contabilização dos procedimentos e dos fluxos financeiros, à apresentação de contas e à gestão de tesouraria.

Introduz-se um sistema de indicadores de desempenho que permitirá a avaliação do desempenho e dos resultados. Nomeadamente pertencia à gestão por objectivos, particularmente aquela que pretende atingir objectivos de carácter económico, melhoria da eficácia, de eficiência e da qualidade do serviço público.

A criação dos institutos, ou seja, os serviços dotados de autonomia administrativa, financeira e patrimonial e conseqüentemente com personalidade jurídica própria, permite, e é esta a grande vantagem da Administração Pública Indirecta, a avaliação constante e permanente dos meios afectos à actividade, à gestão por objectivos e por metas, à definição, quantificação e avaliação do serviço público prestado e incentiva à obtenção de receitas próprias criando meios alternativos e complementares de financiamento, a rentabilização do património e a criação de centros de custos que permitirá quantificar cada actividade que é desenvolvida, potenciando assim uma avaliação permanente numa relação custo benefício para a melhoria da qualidade do serviço prestado, do serviço público que lhe está afecto como responsabilidade.

É, pois, um instrumento de gestão moderno, rigoroso, transparente e criterioso que quantifica exactamente o serviço público prestado, rentabiliza o património que potencie as receitas, que racionalize as despesas e que maximize a produtividade social da Administração Pública Indirecta.

Tudo isto é feito e criado com o escrupuloso respeito pelas regras e enquadramentos jurídicos, económicos e financeiros da Administração Pública Directa.

Estas entidades estão obrigadas e vinculadas ao Código do Procedimento Administrativo no que concerne à sua actividade de gestão pública, ao Regime Jurídico da Função Pública, ao contrato individual de trabalho, de acordo com o

Regime Pessoal aplicável, ao Regime da Administração Financeira e Patrimonial do Estado e da Região, ao Regime de Empreitadas de Obras Públicas, ao Regime de Realização de Despesas Públicas e de Contratação Pública, ao Regime de Incompatibilidades dos Cargos Públicos, ao Regime de responsabilidade Civil do Estado, às Leis de Contencioso Administrativo e ao Regime de Jurisdição e Controlo Financeiro do Tribunal de Contas.

Neste contexto, estas entidades ao terem um conjunto de fluxos financeiros que são contabilizados no âmbito da Conta da Região e estão no perímetro orçamental da apresentação das Contas da Administração Regional, têm, pois, um efeito complementar e de consolidação das contas públicas regionais em termos de transparência, em termos de fluxos financeiros, garantindo e assegurando que, na globalidade e de forma consolidada, a sua gestão financeira e económica tenha o controlo e fiscalização por parte do Tribunal de Contas do ponto da vista da legalidade, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores do ponto de vista político, do INE do ponto vista estatístico, do Banco de Portugal do ponto de vista financeiro e do EUROSTAT no âmbito dos compromissos que Portugal assume no pacto de estabilidade e crescimento.

Portanto, são tudo entidades que não se desresponsabilizam das obrigações que a Administração Regional e o Governo Regional têm perante estas entidades, sendo isso, sim, uma forma de modernização administrativa, reforçando a transparência, a uniformidade e essencialmente a racionalidade de gestão da Administração Pública Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo institui um Regime Jurídico dos Institutos Públicos Regionais. É uma proposta que confirma o entendimento que o PSD sempre teve e, por isso, saúda e acompanha esta iniciativa.

Pela primeira vez vamos garantindo a interpretação que o PSD sempre fez de um direito de concorrência legislativa na Região sobre esta matéria.

Havia um regime jurídico para os Institutos Públicos Nacionais, de aplicação a todo o território nacional, e os Institutos Públicos Regionais, nos Açores, por analogia, regiam-se por este regime jurídico previsto para a República.

Neste caso, e assegurando uma prática de concorrência legislativa, uma vez que temos competência nesta matéria, a Região, através deste Parlamento, assegura um regime próprio para os Institutos Públicos Regionais, assegurando por isso certeza jurídica e transparência no funcionamento e na criação dos Institutos Públicos Regionais dos Açores.

Devo também informar que, para além do que o título refere, um Regime Jurídico dos Institutos Públicos Regionais dos Açores, este diploma abrange fundações regionais, aliás, recentemente, este Parlamento previu uma competência atribuída ao Governo Regional para o reconhecimento das fundações regionais.

Justifica-se por isso, depois de uma audição ao Sr. Vice-Presidente do Governo na Comissão de Política Geral, comissão competente que analisou esta proposta, uma série de alterações que aqui são apresentadas e subscritas por todos os Deputados que fazem parte da Comissão, no sentido de assegurar não só no objecto do diploma, como depois para efeitos de redacção final, no título deste diploma, que ele institui o Regime Jurídico dos Institutos Públicos e das fundações regionais nos Açores.

Portanto, com este entendimento de que exercitamos uma competência legislativa concorrencial, assegurando nos Açores um regime próprio para estas instituições, nós votaremos a favor deste diploma, confirmando por isso a nossa perspectiva autonómica, a nossa alma autonómica quanto à criação de um direito regional.

Gostaria de destacar neste diploma, para que assim se assegure o conhecimento efectivo da baliza onde nós entendemos que deve surgir ou extinguir-se os Institutos Públicos Regionais ou as fundações regionais, designadamente o artigo 8º que passo a citar, dando ênfase a esta matéria, porque assegura transparência e certeza jurídica quanto ao funcionamento dos actuais institutos ou eventualmente futuros institutos ou fundações a criar:

“Os Institutos Públicos Regionais só podem ser criados para o desenvolvimento de atribuições que recomendem, face à especificidade técnica da actividade desenvolvida, designadamente no domínio de produção de bens e da prestação de

serviços, a necessidade de uma gestão não submetida à direcção do Governo Regional”.

É preciso, pois, que na prática se assegure a independência destes institutos. Para os actuais que serão abrangidos por este regime jurídico, como para os futuros a serem criados, está assegurado, por virtude deste regime, a sua independência face a qualquer tutela do Governo Regional.

O diploma também diz, e para que fique registado no Diário das Sessões, que eles “não podem ser criados para desenvolver actividades que nos termos da Constituição e do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores devam ser desempenhadas por organismos da administração directa da Região Autónoma dos Açores; personificar serviços de estudo e concepção ou serviços de coordenação, apoio e controlo de outros serviços administrativos”.

Por outro lado também, gostaria de destacar que os Institutos Públicos ou Fundações devem ser criados por Decreto Legislativo, o que significa que o Parlamento não deixará de ter o controlo da criação dos Institutos Públicos, uma vez que a forma legal adequada para os criar é o Decreto Legislativo Regional.

Mantendo a economia processual no debate e na apreciação deste diploma, eu gostava de referir que, para além das propostas de alteração que a Comissão por unanimidade decidiu apresentar e que constam do relatório da apreciação deste diploma, e face à alteração legislativa que a República produziu sobre o Regime Jurídico dos Institutos Públicos Nacionais, houve, em comunhão e entendimento, quer com o Governo Regional, quer com todos os Deputados da Comissão de Política Geral, que saúdo aliás pela disponibilidade para uma avaliação criteriosa e posterior à reunião formal da Comissão, outras duas propostas de alteração que pressuponho que já deram entrada na mesa e já foram distribuídas a todas as Sras. e Srs. Deputados:

A primeira, relativa ao artigo 25º, nº 1, que passo a ler:

“Aos membros do Conselho Directivo é aplicável o regime definido no presente diploma e subsidiariamente o fixado no Estatuto do Gestor Público ou no Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Pública Regional, nos termos a definir no diploma a que se refere o artigo 33º”.

Depois é aditado um nº 3, que diz:

“Aos membros do Conselho Directivo é aplicável o disposto no Decreto-Lei nº 148/2000, de 19 de Julho”.

Esta é a proposta de alteração que os Deputados membros da Comissão de Política Geral subscreveram, posterior à reunião que relatou a apreciação deste diploma.

Relativamente à segunda proposta de alteração, refere-se ao artigo 30º. O nº 1, tem *in fine*, o seguinte aditamento:

“Nos termos a definir no diploma a que se refere o artigo 33º”.

Há também uma inserção no nº 3 que diz:

“O Presidente do Conselho Consultivo é indicado no diploma a que se refere o artigo 33º.” O resto da redacção mantém-se.

Portanto, feita a apresentação das duas propostas de alteração aos artigos 25º e 30º que foram realizadas pelos Deputados membros da Comissão de Política Geral, em momento posterior à reunião que apreciou e relatou a presente Proposta de Decreto Legislativo, abstenho-me por isso, aquando do debate na especialidade, de voltar ao assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento, com todo o gosto.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Muito obrigado, pela consideração.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Depois destas duas intervenções, para ser franco, não tenho muito mais a acrescentar a não ser dizer que este diploma virá regular o modo de funcionamento das pessoas colectivas de direito público na Região Autónoma dos Açores, dos institutos e das fundações, impondo regras de controlo uniforme, o que não existia até agora. Cada instituto quando era criado tinha o seu Decreto Legislativo Regional próprio. Agora há vantagens óbvias que já aqui foram referidas, por isso também não irei repetir.

No entanto, e uma vez que me pareceu que os anteriores intervenientes já abordaram o diploma numa perspectiva de economia processual, portanto, fazendo a discussão na generalidade e de certa forma também já focando aspectos da especialidade, gostava de subscrever aquilo que foi dito por ambos.

Todavia, gostava de acrescentar uma disposição que me parece muito importante em termos da forma de criação dos institutos, complementando aquilo que foi dito anteriormente, nomeadamente no nº 2 do artigo 10º onde é dito claramente que “a criação de Instituto Público Regional será sempre precedida de um estudo sobre a sua necessidade e implicações financeiras e sobre os seus efeitos relativamente ao sector em que vai exercer a sua actividade”.

Portanto, complementando o Sr. Presidente da Comissão, isto é, em nosso entender, mais uma prova de rigor e de transparência na gestão pública, como muito bem aqui enfatizou o Sr. Vice-Presidente do Governo.

Já agora, uma referência a um aspecto curioso e que reforça também aquilo que eu acabei de referir. É o que o diploma prevê em termos do seu artigo 44º, onde refere que “os institutos públicos devem disponibilizar uma página electrónica, com todos os dados relevantes, nomeadamente os diplomas que os regulam, os estatutos e os regulamentos internos; a composição dos corpos gerentes, incluindo os elementos biográficos mencionados no nº 4 do artigo 19º; o planos e os relatórios de actividades dos últimos 3 anos; os orçamentos e as contas dos últimos 3 anos...”.

Portanto, é o rigor e a transparência completa na perspectiva com que o Governo apresenta esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Nestes termos, só para terminar, uma referência que não foi dito por nenhum dos anteriores intervenientes e que tem a ver com as novas designações que este diploma virá trazer para os institutos regionais e para as fundações.

Passará a existir o instituto IPRA e a fundação FRA. Pode ter outras conotações mas são aspectos curiosos que este diploma introduz e que são, julgo eu, muito relevantes para a discussão que estamos a fazer.

Por último, uma referência àquilo que foi – e julgo que isto também é justo, porque o Governo é tantas vezes criticado, na minha opinião injustamente, sobre a forma como se relaciona com as comissões, com os deputados e com o Parlamento – a postura do Governo, na pessoa do Sr. Vice-Presidente, na reunião da Comissão, a abertura e a disponibilidade do Governo para colaborar e para negociar com os deputados da Comissão.

Também para salientar aquilo que já foi salientado pelo Sr. Deputado Bolieiro, mas também gostava de chamar a atenção para esse aspecto, para as alterações que foram sugeridas pela Comissão.

O relatório é claríssimo em relação às alterações que foram sugeridas para redacção final e também as propostas de alteração que a Comissão subscreveu, para além das outras duas também aqui já muito bem referidas pelo Sr. Presidente do Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de agradecer os contributos de todos os Srs. Deputados, das diversas bancadas, na análise deste diploma. Efectivamente contribuíram não só para actualizar do ponto de vista legislativo, face ao seu enquadramento, depois da proposta ter sido entregue, que surgiu a nível nacional, mas particularmente também para aperfeiçoar conceitos.

Gostaria também de reforçar que este diploma é uma demonstração efectiva de que o Governo Regional aposta na transparência da Administração Pública Regional, no seu rigor, na sua racionalidade e na criação criteriosa, transparente e objectiva de entidades que, modernizando o conceito de Administração Pública, permitem uma maior eficácia e eficiência na sua gestão. Ou seja, nós por vezes, em determinados momentos nesta casa, discutimos formas de modernização da administração, que levam à criação de formas de administração indirecta ou no âmbito do sector público empresarial.

Tudo isto é feito com o objectivo de gerar melhores resultados, melhor rentabilizar o património, assegurar a mais eficaz arrecadação de receitas e de recursos, mantendo os níveis de rigor, de fiscalização, de transparência que estão directamente afectos à administração pública directa.

Gostaria de dizer, para concluir, que do ponto de vista da administração pública directa, da administração pública indirecta, do sector público empresarial, a sua consolidação, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista contabilístico e

económico, já com os dados finais de 2006, orgulham muito a nossa Região e a Região Autónoma dos Açores deu, mais uma vez, um contributo muito positivo para a consolidação da estrutura financeira nacional e os seus compromissos com a União Europeia.

É, pois, mais um contributo, mais um passo na continuação deste caminho de rigor, de transparência e de modernidade.

Presidente: Não havendo mais inscrições, vamos proceder às votações.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma na generalidade, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos para as propostas de alteração que vêm da Comissão e que são subscritas por todos os partidos.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida as propostas de alteração entregues na mesa e que também são subscritas por todos os partidos.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar os restantes artigos e os artigos que foram objecto destas propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O diploma baixa à Comissão de Política Geral para redacção final.

O ponto seguinte da nossa Agenda da Reunião é a **Proposta de Resolução – “Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2007”**.

Já foi objecto de análise na Comissão de Assuntos Parlamentares.

Trata-se apenas de integrar o saldo do ano anterior e distribuí-lo convenientemente e consoante as nossas necessidades.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução – “Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2007”, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Temos de seguida o **Parecer sobre a reapreciação do Decreto Legislativo Regional n.º 5/2007, relativo ao regime jurídico da publicidade e do patrocínio dos produtos do tabaco.**

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Comissão Permanente reuniu a 11 de Abril de 2007, em Ponta Delgada, a fim de reapreciar o Decreto Legislativo Regional n.º 5/2007, relativo ao regime jurídico da publicidade e do patrocínio dos produtos do tabaco, na Região Autónoma dos Açores, na sequência da devolução por Sua Excelência o Representante da República da RAA, previsto no n.º 2 do artigo 233.º da Constituição.

As razões aduzidas por Sua Excelência o Representante da República para solicitar a nova apreciação do diploma reconduzem-se, no fundo, ao conteúdo da norma do artigo 11.º, cujo teor é de modo a suscitar dúvidas relevantes quanto à sua conformidade com o disposto na Directiva n.º 2003/33, do Parlamento e do Conselho, de 26 de Maio, relativo à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos estados-membros em matéria de publicidade e de patrocínio dos produtos do tabaco.

Na sequência dessa argumentação de Sua Excelência o Representante da República, e considerando que, tal como reconhece Sua Excelência o Representante da República,

é da indiscutível competência da Assembleia Legislativa da Região Autónoma proceder à transposição de directivas comunitárias, quer à rigorosa conformidade nos restantes artigos do Decreto Legislativo Regional nº 5/2007, com o disposto no acto normativo da União Europeia, objecto de transposição, a Comissão deliberou, por unanimidade, propor a eliminação do artigo 11º. Farei chegar à mesa a assinatura dos Deputados do PS e do PSD em termos da proposta de eliminação do artigo 11º do diploma em causa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da posição já tomada em Comissão, o PSD considera pertinentes as questões invocadas pelo Sr. Representante da República na carta em que devolveu o presente diploma à Assembleia.

Sendo assim, resta-nos dizer que entendemos ser razoável a eliminação do artigo 11º sobre o qual suscitaram algumas dúvidas e entendemos ser razoável a sua eliminação, o que aliás, como foi dito pelo Sr. Deputado José Rego, constitui uma proposta votada por unanimidade na Comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, feito o debate na generalidade, vamos fazer a primeira votação que se destina apenas a confirmar o diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está confirmado o diploma. Vamos passar à votação na especialidade.

A Comissão de Economia propõe a eliminação do artigo 11º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo ponto da ordem de trabalhos é o **pedido de autorização para prestar depoimento o Sr. Deputado Alberto Costa**, nos termos do Estatuto dos Deputados.

Vamos votar o relatório e parecer da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho relativos a esta audição.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O relatório da comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Finalmente, Srs. Deputados, o último ponto da nossa ordem de trabalhos é uma Proposta de Deliberação, apresentada por mim próprio, em que a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Abril.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Terminaram os nossos trabalhos neste período legislativo.

Muito obrigado pela vossa colaboração e boa viagem de regresso às vossas ilhas e aos vossos círculos eleitorais.

Eram 18 horas e 50 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Hernâni Hélio Jorge

José Gabriel Freitas Eduardo

Manuel Herberto Santos da Rosa

Nuno André da Costa Soares Tomé

Partido Social Democrata (PSD)

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Jorge Alberto da Costa Pereira

José Manuel Avelar Nunes

José Manuel Cabral Dias Bolieiro

Pedro António de Bettencourt Gomes

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

(*) Texto não revisto pelo orador.

Documentos entrados

Listagem da correspondência

1 – Requerimento:

Assunto: Porto da Urzelina – Ilha de São Jorge, com Grua “Enguiçada”

Autor: Mark Marques (PSD)

Data de Entrada: 07.04.13

Referência: 54.03.05 - N.º 240/VIII;

2 – Diários

Por lapso na listagem da correspondência distribuída no dia 17.04.2007, onde se lê “...Consideram-se aprovados...”, deve ler-se “...Estão presentes...”.

Requerimento

No passado dia 11 do corrente mês, houve uma por parte de população residente na freguesia da Urzelina, “um manifestar de descontentamento” pelo facto da grua do Porto, daquela freguesia estar avariada há mais de 3 meses.

Considerando que esta freguesia tem excelentes condições climatéricas e algumas infra-estruturas para o turismo.(parque de campismo, piscina).

Considerando que este porto tem sempre grande actividade, quer na pesca profissional, mas sobretudo para pesca lúdica, servindo também para recreio e lazer.

Considerando que estamos próximos da “época estival”, o que proporciona uma maior afluência de pessoas e embarcações de recreio aquele porto.

Considerando que 3 meses é tempo demais para a reparação de uma avaria numa grua apenas daquele porte (5.t).

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, requeiro a V.Ex.^a que seja solicitada informação ao Governo Regional, através da **Secretaria Regional do Ambiente e do Mar** o seguinte:

- O porquê de tanto tempo para se reparar a referida grua?
- A quem, ou a que Instituição está atribuída a manutenção e conservação das gruas existentes nos pequenos portos da Ilha de São Jorge?
- Para quando se prevê o funcionamento “**em pleno**” desta grua do Porto da Urzelina?

Velas de São Jorge, 13 de Abril de 2007.

O Deputado Regional, *Mark Marques*

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco